

C&P

15 anos

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

164 jul./set. 2009

ISSN 1413-1536

Entrevista: **Christovam Sanches**

Pré-sal: uma nova
fronteira energética

**Origens e impactos da
crise no Brasil e na Bahia**

**Novas bases do
crescimento econômico**

Ponto de vista: **Adriano Sarquis**

A relevância dos
recursos do pré-sal para
o progresso do Brasil

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

164 jul./set. 2009

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Sinais de recuperação na conjuntura baiana

Carla do Nascimento,
Elissandra Britto,
Jorge Tadeu Caffé,
Joseanie Mendonça,
Rosângela Conceição,
Zélia Góis

Entrevista

18

Pré-sal: uma nova fronteira energética

Christovam Penteado
Sanches

Artigos

24

Efeitos das políticas de valorização do salário mínimo sobre o poder de compra do trabalhador no período de 2004 a 2009

Sarah Farias Andrade,
Mônica de Moura Pires,
Michele Dreger
Vasconcelos Silva

32

A crise econômica atual: origens e impactos no Brasil e na Bahia

Luiz Carlos de Santana
Ribeiro,
Armando Affonso de
Castro Neto

43

Desafios da gestão brasileira de recursos humanos na administração pública federal

Iara Pinto Cardoso

50

Crescimento econômico em contexto de crise: abordagem da recente trajetória brasileira

Vinícius de Araújo
Mendes,
Osmar Sepúlveda

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
WALTER PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jair Sampaio Soares Junior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento, Jorge Caffé,
Joseanie Aquino Mendonça, Zélia Góis

REVISÃO DE LINGUAGEM
Calixto Sabatini

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO – COBI
Ana Paula Sampaio

NORMALIZAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CODIN
Márcia Santos

PADRONIZAÇÃO E ESTILO/ EDITORIA DE ARTE
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Aline Santana (estagiária)

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Anna Luiza Sapucaia

DESIGN GRÁFICO/EDITORAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Petrobras, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA
Tiragem: 1.000

57

A educação e a teoria econômica: uma abordagem ortodoxa

Urandi Roberto Paiva Freitas

Seção especial

62

PIB da Bahia mantém ritmo e encerra o segundo trimestre com variação de 0,6%

Bruno Freitas Neiva,
Denis Veloso da Silva,
Gustavo Casseb Pessoti

Ponto de vista

72

A importância dos recursos do pré-sal para a equidade econômica e social do federalismo brasileiro

Adriano Sarquis

Investimentos na Bahia

74

O estado da Bahia prevê a captação de aproximadamente R\$ 73,8 bilhões em investimentos industriais até 2013

Fabiana Karine Santos de Andrade

78

Livros

80

Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

90

Indicadores econômicos

97

Indicadores sociais

107

Finanças públicas

Colaboraram com este número as jornalistas Ana Paula Porto e Luzia Luna.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2009. n. 164 Trimestral Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154. ISSN 1413-1536

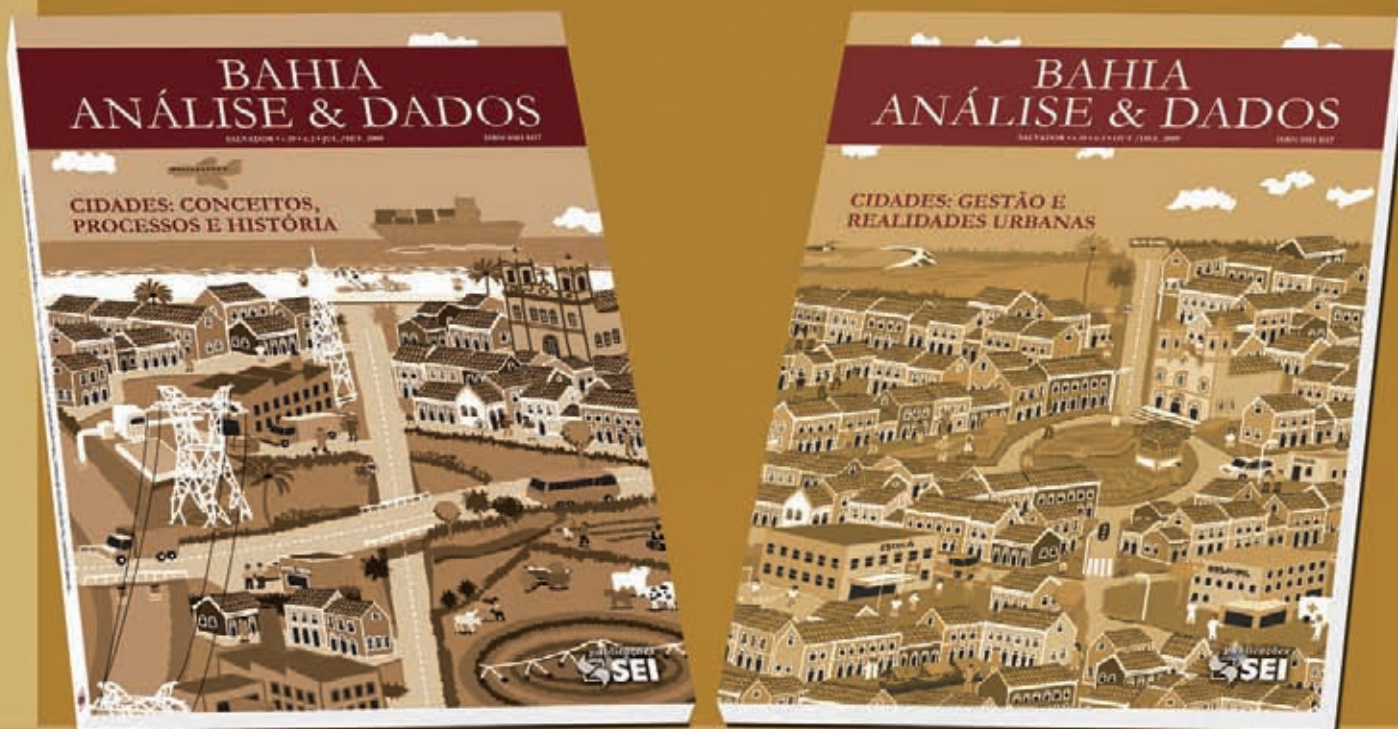
1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

A Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
lança as revistas *Bahia Análise & Dados*
Cidades – Conceitos, Processos e História
e *Cidades – Gestão e Realidades Urbanas*



As duas publicações abordam o tema cidade sob os mais diversos aspectos. A primeira edição discute as relações entre as mudanças e tendências gerais da economia e da sociedade e o movimento das cidades, e busca verificar como isso se reflete na dinâmica social e na vida dos seus moradores. Já a segunda está focada nos processos, gestões e dinâmicas ocorridas nas cidades, sobretudo no espaço intraurbano.

Confira nossas publicações. Você pode fazer o download no site da SEI (<http://www.sei.ba.gov.br>) ou adquirir a versão impressa no endereço: Av Luiz Viana Filho, 435 – 4ª avenida, 2º andar, CAB CEP 41745-002 Salvador – Bahia. Mais informações pelo telefone: 55 (71) 3115-4704.

Carta do editor

Os indicadores econômicos revelam uma aparente estabilidade na condução da economia brasileira, após o pessimismo instaurado no cenário mundial nos últimos meses do ano de 2008. As medidas adotadas pelo governo federal criaram expectativas de resultados mais satisfatórios para o quarto trimestre de 2009. Nesse aspecto, a revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P), em sua edição 164, traz, em linhas gerais, os fundamentos que regem a recuperação econômica, na medida em que trata da aplicabilidade da teoria num momento de desajuste financeiro-econômico.

Na seção ponto de vista e entrevista, foram convidados Adriano Sarquis, da Unifor, e Christovam Penteado Sanches, da Petrobras, que, em uma excelente explanação, abordam a questão do pré-sal e a sua relevância para a economia brasileira. Em artigos, buscando elucidar alguns aspectos condizentes com a ciência econômica, foram apresentados, além do texto da análise conjuntural sobre a economia baiana e a avaliação sobre o comportamento do PIB estadual para o segundo trimestre de 2009, trabalhos como os de Ribeiro e Castro Neto, Mendes e Sepúlveda e o de Freitas, que retratam os desdobramentos da crise financeira internacional.

No primeiro, intitulado *A Crise Econômica Atual: Origens e Impactos no Brasil e na Bahia*, os autores analisam a recente crise econômica internacional do ponto de vista da fundamentação teórica. Em *Crescimento Econômico em Contexto de Crise: Abordagem da Recente Trajetória Brasileira*, chama-se a atenção para a divergência entre a trajetória de crescimento iniciada em 2006 e finalizada no último trimestre de 2008 e as bases que conduzirão o desempenho econômico em 2009 e 2010. No terceiro, *A Educação e a Teoria Econômica: uma Abordagem Ortodoxa*, o autor trabalha a questão da educação sob a ótica da teoria econômica liberal.

Assim, a SEI, por meio da C&P, traz para o centro de discussão os aspectos inerentes à economia. Os temas abordados ampliam o conhecimento da sociedade, especificamente dos leitores da *Conjuntura & Planejamento*. Dessa forma, espera-se que as informações apresentadas provoquem novas discussões e que sirvam de ferramenta para enriquecer o conhecimento da população acerca da potencialidade nesse momento singular da economia brasileira e baiana.

Sinais de recuperação na conjuntura baiana

Carla do Nascimento^A

Elissandra Britto^B

Jorge Tadeu Caffé^C

Joseanie Mendonça^D

Rosangela Conceição^E

Zélia Góis^F

No ambiente externo é possível verificar reação em alguns países, embora não se possa afirmar que eles saíram da recessão, mas as previsões são otimistas para os próximos trimestres. Porém, são grandes as incertezas em relação ao ritmo da recuperação, sobretudo porque, nos Estados Unidos e também em vários países da Europa, agentes econômicos continuam enfrentando dificuldades de acesso ao crédito bancário, que permanece caro e escasso. Segundo análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI),

No grupo das principais economias avançadas (G7), o resultado do PIB no 2º trimestre ainda foi negativo (-0,1%), porém a queda foi muito menor do que a registrada no 1º trimestre de 2009 (-2,1%) – ambas as variações calculadas com relação ao trimestre imediatamente anterior e com ajuste sazonal. Há, contudo, diferenças marcantes nos desempenhos individuais dessas economias. Enquanto, na passagem do 1º para o 2º trimestre, as economias do Japão (0,9%), Alemanha (0,3%) e França (0,3%) registraram

^A Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

^B Mestre em Economia; graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

^C Especialista em planejamento agrícola; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnico da Secretaria de Planejamento da Bahia (Seplan); trabalha na Diretoria de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). tadeu@sei.ba.gov.br

^D Especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela Universidade Salvador (Unifacs); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joseaniem@hotmail.com

^E Especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

^F Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Administração Pública/Planejamento pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); professora universitária; técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). zeliagois@sei.ba.gov.br



Itália (-0,5%) e Reino Unido (-0,8%), a atividade econômica se manteve em trajetória de retração, não obstante a menor intensidade da queda (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2009).

Nesse contexto, enquanto as economias maduras (EUA, Europa e Japão) mostram sérias dificuldades para reverter a recessão, as grandes economias asiáticas (China e Índia) têm conseguido sustentar um bom ritmo de expansão do produto. O comportamento do PIB nas principais economias da OCDE está ilustrado no Gráfico 1.

Mesmo frente ao cenário mundial desfavorável, a economia brasileira mostra-se resistente, graças aos fundamentos econômicos robustos e às medidas de política fiscal e monetária adotadas pelas autoridades.

Os principais indicadores econômicos expressam reação frente às medidas anticíclicas adotadas desde o ápice da crise econômica internacional, tornando-se mais robustos a partir do início do segundo trimestre. Esse movimento está fortemente relacionado ao estímulo da demanda doméstica em substituição à externa, garantida pela manutenção do poder aquisitivo dos consumidores e por uma melhora da confiança dos agentes. Ao mesmo tempo, observa-se uma retomada da demanda e dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil, alavancada pelo consumo chinês, que apresentou desempenho superior às expectativas formadas no momento mais crítico.

As expectativas para os próximos trimestres são melhores porque o governo continua adotando medidas de política fiscal e monetária para estimular o mercado interno

O PIB a preços de mercado, dados dessazonalizados, na comparação trimestre a trimestre, apresentou queda de 0,8% após recuo de 3,6% no quarto trimestre de 2008. Esse comportamento é o oposto ao observado nos três primeiros trimestres de 2008, quando foram registradas taxas de 1,9%, 1,6% e 1,4%, respectivamente. As expectativas para os próximos trimestres são melhores porque o governo continua adotando medidas de política fiscal e monetária para estimular o mercado interno, com o intuito de recuperar o patamar de crescimento observado nos três primeiros trimestres de 2008. Nesse contexto é que o INSS antecipou 50% do 13º salário das aposentadorias e pensões. Tal medida irá injetar na economia R\$ 7,98 bilhões nos meses de agosto e setembro em todo Brasil, além de cerca de R\$ 17 bilhões do benefício mensal, de acordo com o Ministério da Previdência (ANTECIPAÇÃO..., 2009).

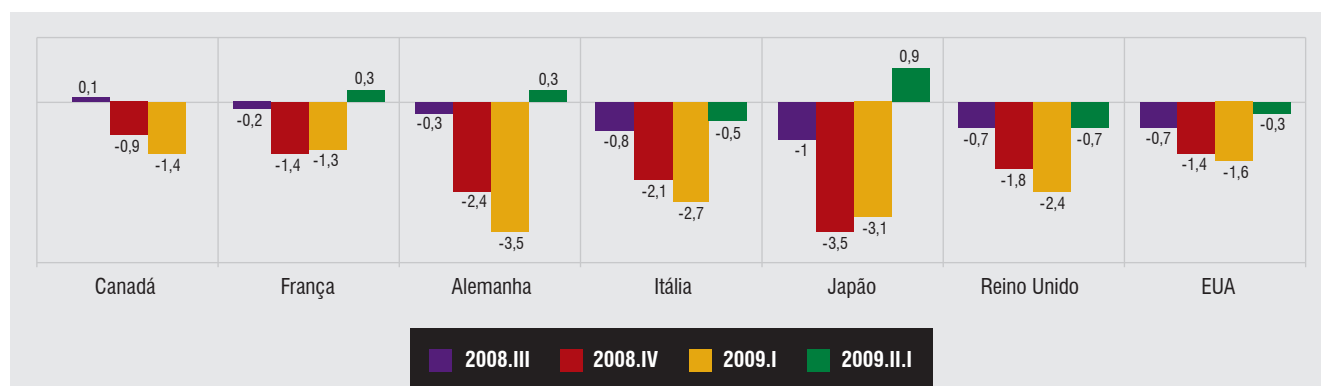


Gráfico 1
PIB das principais economias da OCDE*

Fonte: OCDE.

* Variação em relação ao trimestre exatamente anterior.

Nota: Para o Canadá o dado do 2º trimestre não está disponível.

Em que pesem os indicadores econômicos que reagiram positivamente às medidas anticíclicas, vale ressaltar que a produção física industrial nacional, na margem, segundo dados ajustados sazonalmente, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), manteve-se, em junho, estável em 0,2%, comparativamente ao mês anterior, após acréscimo de 1,2% em maio e abril. No entanto, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor continua apresentando taxas negativas, uma vez que, no mês de junho, teve recuo de 10,9% em relação a igual mês de 2008, o que resultou em decréscimo de 13,4% no primeiro semestre do ano.

A redução no nível de produção levou a um ajuste na força de trabalho no primeiro momento, fato que se refletiu no aumento das taxas de desemprego. Entretanto, ao final do segundo trimestre, já se observa redução nessas taxas e na geração de postos de trabalho. Por outro lado, a massa salarial manteve-se em elevação no primeiro semestre. Isso garantiu, junto com a inflação sob controle, a manutenção do poder aquisitivo dos consumidores, favorecendo a ampliação do consumo doméstico.

O saldo da balança comercial e as vendas do comércio estão entre outros indicadores que apresentaram leve recuperação recentemente. O volume de vendas do comércio varejista, de acordo com dados dessazonalizados do IBGE, teve elevação de 1,7% em junho, seguindo acréscimo de 0,4% em maio e decréscimo de 0,2% em abril. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve elevação de 5,6%, o que resultou em crescimento de 4,4% no ano.

O saldo da balança comercial acumulado em 12 meses se recuperou na margem. Sob esse critério, o saldo totalizou US\$ 25,54 bilhões em maio, elevou-se para US\$ 27,43 bilhões em junho e reduziu-se para US\$ 27,0 bilhões em julho.

Diante desse cenário mais confortável, o Comitê de Política Monetária (Copom), cautelosamente, reduziu a taxa de juros de 9,25% para 8,75%, menor patamar histórico. O intuito foi manter o aquecimento da atividade econômica, dado que o ambiente não é inflacionário (BANCO CENTRAL, 2009). Nesse aspecto, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuou de 0,36%, em junho, para 0,24%, em julho. Com isso, a

O Comitê de Política Monetária (Copom), cautelosamente, reduziu a taxa de juros de 9,25% para 8,75%, menor patamar histórico. O intuito foi manter o aquecimento da atividade econômica

inflação acumulada no período de janeiro a julho de 2009 alcançou 2,81%, taxa menor que a observada no mesmo período de 2008 (4,19%).

É com esse panorama que as próximas seções foram reservadas para analisar mais detalhadamente o comportamento das economias nacional e baiana, do ponto de vista dos diferentes setores de atividade econômica. Ao mesmo tempo, enfocam as expectativas para o segundo semestre de 2009, considerando os sinais de retomada da atividade econômica do país após o período crítico da instalação da crise financeira internacional.

INDÚSTRIA APRESENTA LEVE RECUPERAÇÃO NA MARGEM

Os impactos da crise financeira internacional sobre a indústria estão sendo revertidos, embora esse setor continue apresentando recuo intenso em seus indicadores acumulados. Sendo assim, já se vislumbram alguns resultados de "leve" retomada da produção, como pode ser observado no Gráfico 2. Em junho, a produção física industrial, na comparação mês/mês, excluindo-se os efeitos sazonais, obteve variação de 0,2%, sendo que esse é o sexto acréscimo consecutivo neste tipo de comparação em 2009. Em comparação com junho de 2008, a produção industrial brasileira apresentou variação negativa de 10,9%. A taxa negativa de 6,5% registrada para

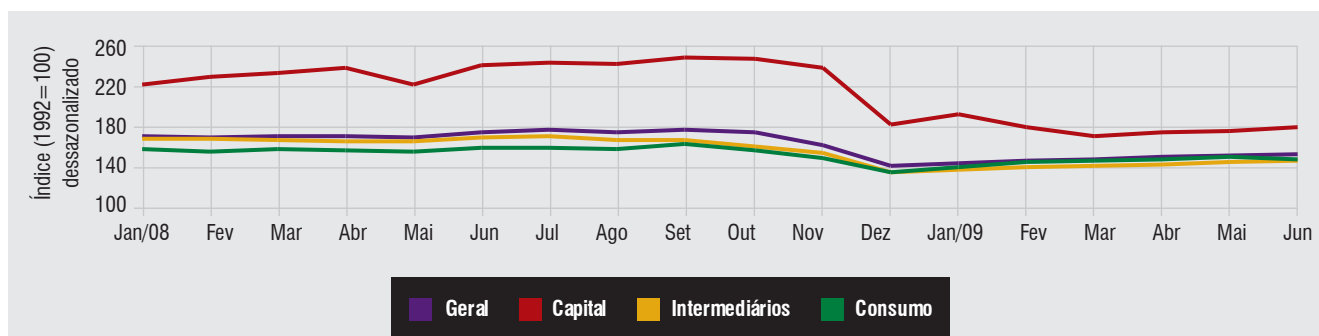


Gráfico 2
Índices da produção física industrial geral e categorias de uso
Brasil – jan. 2008/jun. 2009

Fonte: IBGE.

o acumulado dos últimos 12 meses confirma a trajetória declinante observada desde setembro de 2008.

A produção industrial no primeiro semestre de 2009 recuou 13,4%, relativamente a igual período de 2008, repercutido em 24 dos 27 segmentos pesquisados. A fabricação de veículos automotores (-23,6%) sustentou a maior contribuição negativa sobre o índice global, seguida por máquinas e equipamentos (-29,0%), metalurgia básica (-27,8%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-40,1%) e outros produtos químicos (-14,4%).

Referente aos índices por categoria de uso, todos mostraram queda na produção: bens de capital (-23,0%) registrou o maior recuo, seguido por bens de consumo duráveis (-19,1%) e bens intermediários (-15,8%), enquanto

em bens de consumo semi e não duráveis (-3,1%), a redução foi menos intensa.

Na análise do Copom (BANCO CENTRAL, 2009), a queda do dinamismo entre as categorias de uso, mais precisamente na produção de bens de capital, foi proveniente da persistente turbulência financeira internacional. Por outro lado, a “leve” recuperação, na margem, como pode ser visualizado no Gráfico 1, do dinamismo da produção de bens duráveis, decorre das medidas de desoneração tributária, como a redução do IPI para os automóveis novos, eletrodomésticos e materiais de construção.

Na Bahia, a produção industrial cresceu 2,4% no comparativo a junho de 2008. Considerando o desempenho do setor no acumulado, registraram-se taxas negativas de 10,2% nos primeiros seis meses, em relação ao mesmo período anterior, e 5,0% nos últimos 12 meses.

Setorialmente, o ritmo de queda da produção baiana nesse primeiro semestre de 2009 é atribuído ao comportamento negativo apresentado pela indústria extrativa (-5,6%) e sobretudo pela indústria de transformação (-10,4%). O acentuado declínio desse último setor veio de seis das nove atividades pesquisadas, com destaque para as maiores contribuições negativas de *Refino de petróleo e produção de álcool* (25,5%), procedente da queda na produção de óleo diesel e outros óleos combustíveis e nafta para petroquímica; *Metalurgia básica* (23,8%), proveniente da redução da barra de ferro, perfis e vergalhões de cobre e lingotes, blocos tarugos ou placas de aço ao carbono; *Produtos químicos* (5,9%), em função do

Na análise do Copom, a queda do dinamismo entre as categorias de uso, mais precisamente na produção de bens de capital, foi proveniente da persistente turbulência financeira internacional

declínio de dióxido de titânio e hidróxido de sódio (soda cáustica) ou de potássio (potassa cáustica).

Por outro lado, as maiores contribuições positivas foram observadas em *Alimentos e bebidas* (2,8%) e *Minerais não metálicos* (7,4%), em consequência do aumento na fabricação de farinhas e *pellets* da extração do óleo de soja em bruto e massa de concreto preparada para construção (concreto usinado) e ladrilho e placa cerâmica, respectivamente. O desempenho desses dois últimos segmentos está ancorado basicamente na capacidade do consumo doméstico e na manutenção das obras na construção civil.

Retomando a baixa performance da indústria baiana, ressalte-se que a queda observada foi basicamente nos setores produtores de bens intermediários, o que pesou significativamente no setor baiano, dada a sua concentração nessa indústria. A indústria de automóveis reflete a medida de redução no IPI, uma vez que se recupera mês a mês, registrando, nos meses de abril, maio e junho, taxas de -35,0%, -26,3% e -8,4%, respectivamente.

Como reflexo da retração na atividade industrial, o nível de emprego no setor também recuou. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (Pimes) do IBGE, em junho de 2009, o nível de pessoal ocupado caiu 4,2% na Bahia, o que resultou em decréscimo de 2,7% no primeiro semestre do ano. Analisando a indústria de transformação, que reduziu 3,0% no primeiro semestre, verifica-se que os segmentos produtivos que contribuíram para a redução no nível de ocupação foram *Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (-27,2%); *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-19,0%); *Produtos químicos* (-16,5%) e *Vestuário* (-9,6%). Ressalte-se que a indústria nacional registrou recuo de 6,4% no total de pessoal ocupado no indicador mensal, acumulando retração de 5,1% no primeiro semestre.

A despeito desse ambiente recessivo, a expectativa diante da melhoria do cenário externo é que o setor industrial apresente, nos próximos meses, quedas menos acentuadas, haja vista a recuperação na margem apresentada na produção industrial. Como a indústria foi um dos setores mais atingidos pela crise financeira que se abateu sobre os países, espera-se que, ao sinal de um aquecimento nesse setor, a economia baiana adquira novos rumos.

Os segmentos produtivos que contribuíram para a redução no nível de ocupação foram *Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (-27,2%); *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-19,0%); *Produtos químicos* (-16,5%) e *Vestuário* (-9,6%)

FLUXOS COMERCIAIS CRESCEM NO SEMESTRE

A economia brasileira dá sinais de aquecimento nas relações comerciais realizadas com o exterior. De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a balança comercial brasileira registrou, no primeiro semestre do ano de 2009, superávit de US\$ 13,982 bilhões. Em julho de 2009, o saldo apurado foi de US\$ 2,927 bilhões.

Quando analisado o comportamento da balança comercial por unidade da federação, verifica-se que, na Bahia, inicia-se a recuperação do fluxo comercial a partir do mês de junho. Considerando o acumulado no primeiro semestre, o saldo foi de US\$ 938 milhões, que, acrescido ao saldo de julho (US\$ 343 milhões), totalizou um saldo acumulado de US\$ 1,282 bilhão. Esse resultado reflete a expansão de 30,7%, das exportações baianas no mês de julho, frente a junho, alcançando US\$ 744,7 milhões.

O crescimento registrado pelas exportações reforça, quando analisados os primeiros sete meses do ano de 2009, como ilustrado no Gráfico 3, a perspectiva de que as vendas externas sinalizam trajetória de ascensão, modificando o

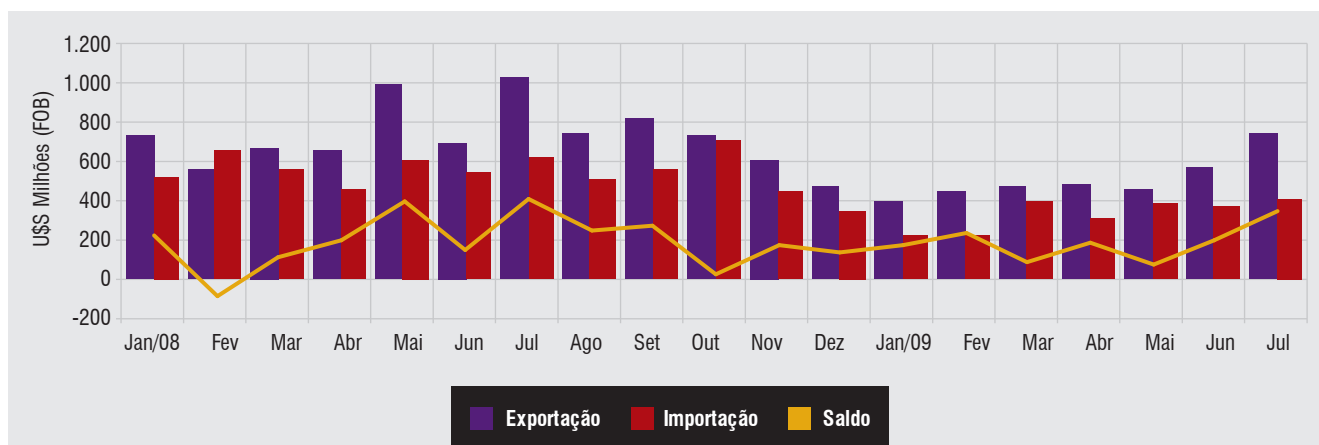


Gráfico 3
Balança comercial – Bahia – jan. 2008-jul. 2009

Fonte: Secex.

quadro criado pela crise financeira internacional. Nesse cenário, as importações também apresentaram variações que, embora não tenham a mesma intensidade, refletem melhoria nas relações comerciais com o exterior.

No semestre, as importações alcançaram US\$ 1,884 bilhão que, associados a US\$ 401 milhões no mês de julho, totalizaram aquisições acumuladas de US\$ 2,285 bilhões. No acumulado do ano, as importações recuaram 42,0%. As compras de bens intermediários, que representam 41% do total, recuaram 48,4% no período. A categoria *Combustíveis e lubrificantes*, que participa em 20% das importações totais baianas, decresceu 56,9%.

A retomada das exportações de petróleo e derivados (US\$ 123,6 milhões), o crescimento das vendas de celulose em 40%, além do impulso dado pelas *commodities* agrícolas, foram determinantes para o comportamento favorável do comércio exterior baiano no mês de julho

As expectativas para o próximo semestre são de que as importações sejam favorecidas pelo câmbio e pela retomada da produção industrial, como já se observa no resultado apresentado no mês de julho, destacado como o maior valor dos últimos sete meses. Por outro lado, observa-se um movimento de queda no preço médio de importação, principalmente das *commodities*.

O comportamento do comércio exterior baiano é animador, posto que ainda não tenha alcançado os patamares anteriores à instalação da crise. Vide as quedas nas exportações em junho e julho, de 18,3% e 27,1%, respectivamente, comparando-se com os mesmos meses do ano anterior. No acumulado dos seis primeiros meses de 2009, as vendas para o exterior foram de US\$ 2,823 bilhões, atingindo, nos sete meses, US\$ 3,567 bilhões, ou 32,9% menores em relação a igual período do ano anterior.

A retomada das exportações de petróleo e derivados (US\$ 123,6 milhões), o crescimento das vendas de celulose em 40%, além do impulso dado pelas *commodities* agrícolas, como soja, café e algodão, foram determinantes para o comportamento favorável do comércio exterior baiano no mês de julho (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2009).

Com relação ao destino das exportações, verifica-se que os principais parceiros comerciais da Bahia, no período de janeiro a julho, foram China, Estados Unidos e Argentina,

responsáveis por fluxos comerciais de 18,0%, 13,2% e 10,9%, respectivamente (BRASIL, 2009).

VENDAS DO VAREJO EM RITMO DE CRESCIMENTO

O volume de vendas do comércio varejista nacional, em junho, cresceu 1,7% em relação ao mês de maio, com base na série ajustada sazonalmente. Na comparação com igual período do ano anterior, esse crescimento é mais expressivo: 5,6%. No primeiro semestre deste ano, o comércio acumulou crescimento de 4,4%, enquanto nos últimos 12 meses esse crescimento foi de aproximadamente 6,0%. Esses dados são apurados na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE. Os resultados indicam recuperação em relação à desaceleração verificada no ritmo de crescimento das vendas no primeiro trimestre. Essa desaceleração proveio das restrições ao crédito – dado o aumento da inadimplência tanto no comércio varejista como no mercado financeiro – e da deterioração da confiança dos consumidores.

Ainda no âmbito nacional, as atividades que mais contribuíram para o crescimento das vendas no setor, na comparação com igual mês do ano anterior, foram a de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, cuja variação foi de 8,2%, seguida do segmento *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, com uma taxa de 11,5%, e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria*, com a terceira maior posição, em torno de 13%.

O comércio varejista na Bahia, segundo dados da PMC, apresentou, para o mês de junho, um crescimento no volume de vendas de 7,0% em relação a igual mês de 2008. O primeiro semestre acumulou crescimento de 4,6%, em comparação com igual período do ano anterior. E no acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento registrado foi de 6,3%, conforme Tabela 1.

Tabela 1
Variação no volume de vendas no varejo¹
Bahia – jun. 2009

Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	7,0	4,6	6,3
Combustíveis e lubrificantes	-0,7	0,9	5,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	11,0	7,1	5,9
Hipermercados e supermercados	11,1	5,9	4,5
Tecidos, vestuário e calçados	-3,2	-3,8	-5,1
Móveis e eletrodomésticos	10,2	-1,3	5,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,7	7,0	8,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	12,0	10,1	21,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-43,4	-26,6	-11,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	27,8	38,3	32,7
Veículos, motos e peças	24,9	5,3	6,3
Materiais de construção	-5,7	-10,2	0,3

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

¹ Dados deflacionados pelo IPCA.

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

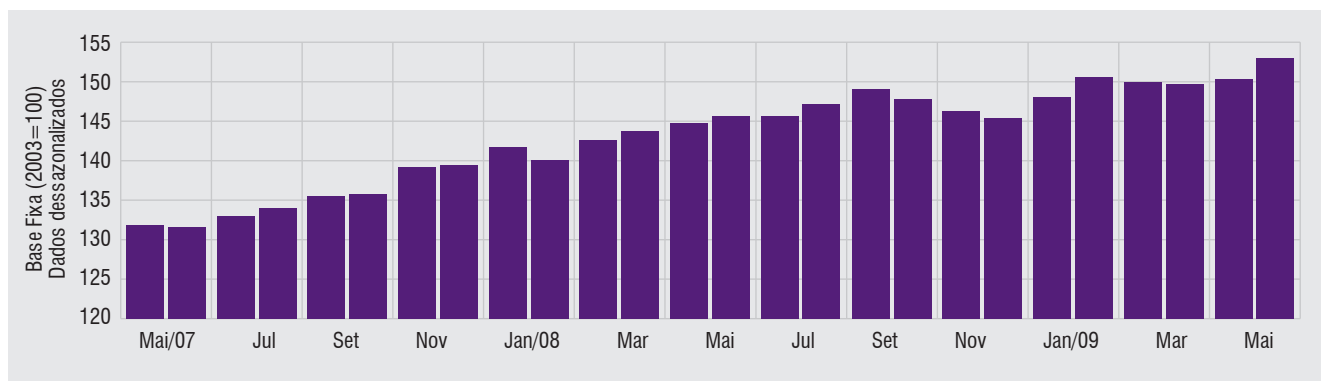


Gráfico 4
Índice de volume de vendas no comércio varejista
Brasil

Fonte: IBGE.

No mês de junho, o crescimento nas vendas do comércio é justificado, principalmente, pela festa do Dia dos Namorados e festas juninas. Essas datas são historicamente incentivadoras do comércio, tanto nas vendas de alimentos, quanto de artigos de uso pessoal e diversos.

Conforme a PMC, as atividades que apresentaram maior expansão no volume de vendas, em relação ao mesmo mês do ano anterior, foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (27,8%); *Livros, jornais, revistas e papelaria* (12,0%); *Hipermercados e supermercados* (11,1%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (11,0%); *Móveis e eletrodomésticos* (10,2%); e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (6,7%).

Merece destaque o grupo de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, com resultados positivos ao longo do ano, devido, principalmente, à estabilidade dos preços dos alimentos e ao aumento do poder de compra da população.

Ao se analisar as atividades que apresentaram declínio nas vendas em junho, sobressaem-se as de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-43,4%); *Tecidos, vestuário e calçados* (-3,2%); e a de *Combustíveis e lubrificantes* (-0,7%).

No primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2008, as atividades que apresentaram desempenho positivo foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (38,3%); *Livros, jornais, revistas e papelaria* (10,1%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (7,0%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (7,1%); *Hipermercados e supermercados* (5,9%); e *Combustíveis e lubrificantes* (0,9%). As atividades que contribuíram negativamente foram as de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-26,6); a de *Tecidos, vestuário e calçados* (-3,2%); e *Móveis e eletrodomésticos* (-1,3%).

Em junho, o varejo ampliado apresentou desempenho positivo de 11,3%, sendo o segmento de *Veículos, motos e peças* (24,9%) o grande responsável por esse resultado. Analistas admitem que a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a acirrada concorrência entre as concessionárias, além da gradual queda na

taxa de juros, foram os fatores que concorrem para a boa performance do setor. A atividade de *Materiais de construção* registra taxa negativa de 5,7%.

QUEDA NA SAFRA DE COMMODITIES

O reflexo da crise econômica também atinge o setor agrícola brasileiro, desacelerando o seu crescimento. Segundo o IBGE, o primeiro semestre de 2009 confirma a expectativa da 2ª maior safra nacional da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, inferior a 8% em relação à safra recorde de 2008. Em julho de 2009, as estimativas para a safra aumentaram 0,8% em comparação a julho de 2008, correspondendo a 134,4 milhões de toneladas. A tríade soja, milho e arroz, que responde por mais de 81% da área plantada, apresentou, respectivamente, as seguintes variações na produção em relação ao ano anterior: -5,2%, -14,2% e 4,2%.

A safra esperada de cereais, leguminosas e oleaginosas para 2009 figurou com a seguinte distribuição regional: Região Sul, 53,6 milhões de toneladas (-12,6%); Centro-Oeste, 48,1 milhões de toneladas (-5,2%); Sudeste, 16,9 milhões de toneladas (-3,8%); Nordeste, 12,0 milhões de toneladas (-4,0%) e Norte, 3,7 milhões de toneladas (-1,8%).

Na Bahia, a conjuntura agrícola nos últimos anos apresentou resultados positivos, impulsionados pelas elevações constantes dos preços dos produtos, levando a aumento significativo das safras. Entretanto, com a instalação da

O primeiro semestre de 2009 confirma a expectativa da 2ª maior safra nacional da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, inferior a 8% em relação à safra recorde de 2008

crise financeira internacional, houve reduções na produção das principais *commodities* agrícolas em 2009.

As estimativas de julho de 2009 para a Bahia, do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), seguem a mesma tendência de queda observada no cenário brasileiro. A produção de grãos tem redução de 5,1% em relação à safra do ano anterior e queda do rendimento físico de 7,6%. O resultado negativo da produção de grãos no estado é puxado, sobretudo, pela soja e algodão. Esses dois produtos representam, juntos, quase 60% do total produzido, chegando a 3,4 milhões de toneladas. A estimativa de produção de soja teve queda aproximada de 12% e a de algodão, 17,6%.

A estimativa do mês em tela para a safra de feijão mantém a trajetória de crescimento ajustada para 17,5% em relação ao ano anterior. Os preços atrativos do feijão e as boas perspectivas climáticas vêm favorecendo a performance da oferta dessa importante leguminosa da dieta doméstica, além do aumento na produtividade (rendimento médio da produção), decorrente das melhorias nas técnicas de produção. As estimativas da produção de milho em 2009 também figuram com acréscimo em relação ao ano anterior, porém muito menor do que o feijão.

Dados do LSPA/IBGE confirmam a tendência de queda da produção de mandioca no estado, em julho de 2009, que foi da ordem de 6,5%, como também da produção de cana-de-açúcar (-3,9%), em relação à safra 2008

Os dados do LSPA/IBGE confirmam a tendência de queda da produção de mandioca no estado, em julho de 2009, que foi da ordem de 6,5%, como também da produção de cana-de-açúcar (-3,9%), em relação à safra 2008. Esses resultados negativos para ambos os produtos podem ser explicados pelo excesso das chuvas ocorridas nas regiões produtoras, acrescidos dos rescaldos da crise internacional, especificamente no setor sucroalcooleiro.

Tabela 2
Estimativas de produção física, área plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – 2008/2009

Produtos/ safra	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2008 ¹	2009 ²	Var. (%)	2008 ¹	2009 ²	Var. (%)	2008 ¹	2009 ²	Var. (%)	2008	2009 ³	Var. (%)
Mandioca	4.519.966	4.225.114	-6,52	393.036	405.348	3,13	344.364	323.577	-6,04	13.126	13.058	-0,52
Cana-de-açúcar	6.180.785	5.940.840	-3,88	109.558	109.828	0,25	108.479	105.429	-2,81	56.977	56.349	-1,10
Cacau	139.331	135.422	-2,81	569.155	558.326	-1,90	547.244	528.569	-3,41	255	256	0,63
Café	170.680	180.140	5,54	160.569	165.085	2,81	154.399	154.568	0,11	1.105	1.165	5,43
Grãos	6.221.347	5.906.330	-5,06	2.668.861	2.720.720	1,94	2.481.566	2.549.196	2,73	2.507	2.317	-7,58
Algodão	1.189.460	980.363	-17,58	315.477	300.645	-4,70	315.477	300.370	-4,79	3.770	3.264	-13,43
Feijão	298.556	350.930	17,54	578.454	565.754	-2,20	489.617	518.805	5,96	516	676	31,06
Milho	1.882.648	2.027.890	7,71	804.372	809.948	0,69	707.014	693.888	-1,86	2.341	2.923	24,87
Soja	2.747.634	2.418.401	-11,98	905.018	947.823	4,73	905.018	947.823	4,73	3.036	2.552	-15,96
Sorgo	103.049	128.746	24,94	65.540	96.550	47,31	64.440	88.310	37,04	1.572	1.458	-7,28
TOTAL	-	-	-	3.901.179	3.959.307	1,49	3.636.052	3.661.339	0,70	-	-	-

Fonte: IBGE/GCEA-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ IBGE-LSPA safra 2008.

² IBGE-LSPA julho 2009.

³ Rendimento = produção física/área colhida.

As estimativas para a produção de cacau em julho de 2009 apresentam queda de 2,8%, refletindo o quadro de descenso da área plantada (-1,9%) e área colhida (-3,4%) dessa tradicional *commodity* da economia agrícola baiana. Já para o café, constata-se um incremento de produção de 5,5%, em razão do aumento de produtividade de 5,4%, embora a colheita esteja atrasada, sobretudo na região Oeste, devido às chuvas que ocorreram entre maio e junho, prejudicando a colheita. A expectativa no mercado do café em 2009 é de otimismo para os produtores brasileiros, face à retomada de boas cotações do produto no mercado futuro.

RECUPERAÇÃO NA TAXA DE DESEMPREGO

A tímida recuperação do mercado de trabalho no primeiro semestre de 2009 pode não ter sido a esperada, sobretudo por quem almeja uma vaga no mercado de trabalho. No entanto, a retomada na margem do nível de atividade no segundo trimestre cria expectativas de expansão da oferta de vagas de trabalho para o próximo semestre, ou, pelo menos, tranquiliza os atores com relação ao aumento do desemprego observado nos primeiros meses de 2009. Por enquanto, no final do primeiro semestre de 2009, o mercado de trabalho vem experimentando reduções na taxa de desemprego e aumento da oferta de ocupações, basicamente formais, após os momentos críticos de instabilidade econômica e crise de confiança dos atores econômicos, em fins de 2008 e início de 2009.

Nesse contexto, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a taxa de desocupação, no mês de julho de 2009, foi estimada em 8,0% para o conjunto das seis regiões abrangidas pela pesquisa¹, atingindo o mesmo patamar de janeiro de 2008 e apresentando estabilidade em comparação a junho (8,1%). No confronto com julho do ano passado (8,0%), a taxa também não variou.

Na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese/Seade/MTE/SEI/UFBA/Setre, a taxa de desemprego total,

O Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta um menor saldo na ocupação no período de janeiro a julho de 2009 em relação ao registrado no mesmo período do ano passado

em julho, manteve-se estável em 14,6% em seis regiões metropolitanas pesquisadas². Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto decresceu (de 10,5% para 10,4%), enquanto a de desemprego oculto pouco variou (de 4,3% para 4,6%).

Pelo lado do mercado formal, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o Brasil aponta um menor saldo na ocupação no período de janeiro a julho de 2009 em relação ao registrado no mesmo período do ano passado. De janeiro a julho de 2009, o saldo alcançou 437.908 postos de trabalho, equivalendo a uma variação positiva de 1,4% no acumulado do ano.

Para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), que serve de espelho para o estado da Bahia, os dados da PME informam que a taxa de desocupação em julho de 2009, de 11,4% contra 12,1% em julho de 2008, representa uma queda de 0,7 p.p. confrontando-se os dois períodos. Na comparação com o mês de junho de 2009, a taxa de desocupação aumentou, passando de 11,2% para 11,4%.

Segundo dados apresentados pela PED, a taxa de desemprego total, em julho, apresentou variação positiva (2,5%), passando de 20,4%, em julho de 2008, para os atuais

¹ Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

² Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo.

20,9%. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto oscilou de 12,2%, em junho 2008, para 13,3% no mesmo mês de 2009, e a de desemprego oculto diminuiu de 8,4% para 7,6% no mesmo período.

Com relação ao emprego formal na Bahia, tendo por base o Caged, verifica-se um saldo de 32.890 vagas com carteira de trabalho assinada, geradas no período de janeiro a julho de 2009. O total de admissões (356.436) superou o total de desligamentos (323.546) acumulado no período. Esses dados podem ser indicativos de que o mercado de trabalho formal na Bahia encontra-se em recuperação.

Setorialmente, a *Construção civil* destacou-se com a geração de 10.426 postos, seguida pelo setor de *Serviços*, com 10.348, e a *Agropecuária*, com 9.850 vagas com carteira assinada. Esses novos postos de trabalho refletem o aumento da safra baiana no primeiro semestre do ano, captado pelo LSPA do IBGE, e o desempenho do segmento *Comércio e administração de imóveis*, que respondeu por 70% das vagas geradas no setor de *Serviços*. Quanto à *Construção civil*, atribui-se o acréscimo aos novos lançamentos imobiliários na RMS, como também a incentivos ao setor, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, capitaneado pela Caixa Econômica Federal. Com resultados negativos, destacam-se *Indústria extrativa* (-680) e *Administração pública* (-201).

No lado do rendimento, os indicadores observados permitem inferir que a renda dos trabalhadores baianos não apresentou grandes perdas durante o período crítico, inclusive porque, em conjunto com outras medidas de incentivo ao consumo, como, por exemplo, a redução do IPI, contribuiu para estimular a demanda doméstica.

Conforme a PME, a massa de rendimento real efetivo da população ocupada em Salvador obteve, em junho de 2009, uma variação positiva de 9,8%, em relação a junho de 2008, e de 2,6%, comparando-se com maio de 2009. Os resultados da PED mostram que a massa de rendimentos médios reais dos ocupados recuou, em junho de 2009, 0,5% em relação ao mesmo mês de 2008. Houve queda também na comparação de junho com o mês de maio, da ordem de 2,4%.

A massa de rendimento real efetivo da população ocupada em Salvador obteve, em junho de 2009, uma variação positiva de 9,8%, em relação a junho de 2008, e de 2,6%, comparando-se com maio de 2009

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações detalhadas nas seções anteriores, conclui-se que houve reação dos agentes econômicos às medidas anticíclicas adotadas pelas autoridades monetárias, o que pode ser visualizado nos principais indicadores da economia brasileira. Ressalte-se que o movimento positivo foi basicamente na margem dos indicadores, isto é, sem apresentar grandes variações em relação ao desempenho do ano de 2008. Sendo assim, a produção industrial e as exportações apresentaram pequenos acréscimos na margem, mantendo, portanto, as variações acumuladas para o ano de 2009 ainda negativas.

Considerando-se as medidas anticíclicas adotadas, quais sejam a redução do IPI sobre automóveis, materiais de construção e alguns itens da linha branca, além dos bilhões liberados pela redução dos depósitos compulsórios e das políticas adotadas pelos bancos públicos para maior liberação de crédito, infere-se que elas contribuíram para a sinalização da retomada da atividade no final do primeiro semestre de 2009, principalmente para o aumento, no curto prazo, da confiança dos agentes econômicos. Com isso, pode-se verificar uma inflexão na trajetória da curva do desemprego, não se confirmando, assim, as expectativas pessimistas para o mercado de trabalho.

Por outro lado, a queda expressiva do investimento e das exportações ainda constitui-se no principal obstáculo à retomada mais robusta da atividade econômica. A crise financeira afetou fortemente a indústria, contribuindo significativamente

para o aumento dos estoques e, conseqüentemente, da ociosidade do setor. Tais fatos explicam o adiamento nas decisões de investimento, o que prejudica sobremaneira a indústria nacional de bens de capital. Entretanto, a expectativa é que o processo de ajuste dos estoques finalize-se, o que permitiria melhores resultados do setor no segundo semestre.

Em que pese a performance negativa das exportações, a retomada do crescimento econômico vem se concentrando, principalmente, em países da Ásia, em especial na China, acarretando aumento da demanda por nossas exportações de *commodities*. No entanto, as expectativas para o segundo semestre de 2009 são de que a China regularize seus estoques, contribuindo cada vez menos para as exportações baianas. Mas a maior perda para os exportadores está no movimento do câmbio. O dólar registrou nova desvalorização, de quase 5% em julho, ampliando para 20% a queda acumulada no ano.

Outro entrave são os juros bancários, que, a despeito da redução da Selic, permanecem elevados, pois os altos *spreads* bancários não permitiram reduzir o custo do dinheiro para os clientes. Isso se deve ao fato de que os bancos, mesmo retendo o crédito, aumentam os *spreads* para manter suas margens de lucro. O que significa que a redução dos juros ocorrida nos últimos meses reflete quase que exclusivamente a queda da taxa Selic, que colabora para a redução do custo de captação dos bancos.

Diante desse cenário, e dos indicadores de que se dispõe, as previsões ainda são bastante incertas para o PIB baiano em 2009. Alavancado pelo setor de serviço, o crescimento de 0,6% no nível de atividade para o segundo trimestre deste ano em relação a igual período de 2008 arrefece o clima pessimista que paira sobre o mercado. Entretanto, ainda não é possível prever o comportamento da economia baiana nos próximos meses. Nesse contexto, a expectativa é a de que o setor de serviços seguirá mostrando desempenho positivo, compensando a queda da indústria e equilibrando o nível de emprego e renda no estado.

REFERÊNCIAS

ANTECIPAÇÃO do 13º salário para aposentados injetará R\$ 8 bilhões na economia. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/08/25/materia.2009-08-25.6278054423/view>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas* [Brasília]: MDIC, 2009. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

BANCO CENTRAL (Brasil). *Ata do Copom jul. 2009*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

CADASTRO DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Informativo do comércio exterior*. Salvador: PROMO, 2009. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

COMÉRCIO baiano cresceu 7% em junho. Salvador: SEI, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *Resultados do 1º trimestre de 2009*. Indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Economia global. Recuperação à vista nas economias avançadas? *Análise IEDI*, 27 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Índices especiais de categoria de uso por atividade. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

_____. Índices especiais de categoria de uso por atividade. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.



Entrevista **Christovam Penteado Sanches**

No mar, a sete mil metros de profundidade, distante 300 km da costa, o Brasil está depositando suas chances de independência energética. Trata-se da camada pré-sal, onde a Petrobras encontrou potencial de pelo menos duplicar a reserva atual de petróleo e gás natural do País. Mas a promessa ainda é cercada de incertezas, decorrentes do grande desafio que representa explorar os recursos fósseis nessas condições. Um dos maiores especialistas no assunto, o geólogo Christovam Penteado Sanches, atual Gerente Executivo de Exploração e Produção N-NE da Petrobras, apresenta, nessa entrevista, todos os detalhes do projeto e defende que para superar os obstáculos será necessário a “aglutinação do talento científico e criatividade do meio acadêmico e industrial brasileiros, para alavancarmos o desenvolvimento tecnológico, industrial e social do Brasil”.



Pré-sal: uma nova fronteira energética

C&P – O que é o pré-sal?

Christovam Sanches – A camada pré-sal é, literalmente, uma nova fronteira para a prospecção de petróleo e gás. São rochas depositadas antes da camada de sais, portanto geologicamente abaixo dessa camada, por isso denominada de camada pré-sal. A Petrobras descobriu aí grandes reservatórios de petróleo e gás natural. A chamada província pré-sal é uma faixa na costa do Brasil que se estende desde o sul do Espírito

Santo até o norte de Santa Catarina, abrangendo uma área de aproximadamente 149.000 km², com algo em torno de 800 km de comprimento por 200 km de largura. Apesar do baixo risco exploratório dessa nova província petrolífera, vez que 100% dos poços até então perfurados pela Petrobras detectaram presença de hidrocarbonetos, as condições são muito desafiadoras para o desenvolvimento da produção: distância de cerca de 300 km da linha de costa

e até 7 mil metros de profundidade, sendo mais de 2 mil metros de lâmina d'água e até 5 mil metros de rochas abaixo do solo marinho, dos quais cerca de 2 mil metros são de sal. Além disso, nessas jazidas o petróleo está armazenado nos poros de rochas carbonáticas, cujo histórico de produção no Brasil é ainda pequeno. Até o momento, as principais descobertas do pré-sal estão localizadas nas bacias sedimentares de Santos, nas áreas denominadas

Temos expectativa de comprovação de volumes potencialmente recuperáveis entre 11 e 16 bilhões de barris de óleo e gás natural, o que poderá duplicar as atuais reservas provadas do Brasil

Tupi, Guará e Iara, e de Campos, na área conhecida como Parque das Baleias. Apenas com as descobertas dessas áreas, já temos expectativa de comprovação de volumes potencialmente recuperáveis entre 11 e 16 bilhões de barris de óleo e gás natural, o que poderá duplicar as atuais reservas provadas do Brasil. O mais importante é que a camada pré-sal contribuirá decisivamente para a independência energética do Brasil. Além do aspecto econômico, a complexidade dos desafios colocados para explorar essa área tão distante dos polos de produção atuais requer a aglutinação do talento científico e criatividade do meio acadêmico e industrial brasileiros, para alavancarmos o desenvolvimento tecnológico, industrial e social do Brasil.

C&P – Qual o maior desafio para produção petrolífera na camada pré-sal?

CS – Existem vários desafios a serem superados, mas nenhum que esteja a impedir o desenvolvimento da produção. Os desafios tecnológicos são

os relacionados à caracterização dos reservatórios, perfuração e completação de poços, engenharia sub-marina, garantia de escoamento e ancoragem de unidades de produção flutuantes. Os desafios logísticos são os de transporte de grande quantidade de trabalhadores, suprimentos e equipamentos a grandes distâncias da costa, em condições oceanográficas mais severas que as da Bacia de Campos, e de gestão e tecnologias de armazenagem e transporte do petróleo e gás produzidos. Temos desafios de recursos humanos, que é o de treinar e preparar enorme contingente de técnicos, para a Petrobrás e para a indústria nacional, capacitar universidades e criar centros de excelência que permitam o salto científico e tecnológico necessário ao suporte desse novo polo industrial. Por último, os desafios comerciais de maximizar o aproveitamento das sinergias entre projetos e da escala do pré-sal para a obtenção de reduções de preços, além de exportar derivados e petróleo em escala nunca antes realizada pelo país. A Petrobras está direcionando grande parte de seus esforços para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico que garantirão, nos próximos anos, a produção dessa nova fronteira exploratória. Além de desenvolver tecnologia própria, a empresa trabalha em sintonia com uma rede de universidades que contribuem para a formação de um sólido portfólio tecnológico nacional.

C&P – O que esse projeto representa para a economia brasileira?

CS – Representa uma expressiva fonte de geração de renda, de emprego, de impostos, de divisas

e uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento da capacitação da indústria nacional de fornecedores de bens e serviços para o setor de petróleo e de gás natural, uma vez que serão investidos cerca de R\$ 200 bilhões (US\$ 110 bilhões) no pré-sal até 2020, com forte conteúdo nacional. Consideramos que a sociedade brasileira tem em suas mãos a possibilidade de transformar a realidade do Brasil e, se souber aproveitar a oportunidade, passaremos da condição de país pobre e “em desenvolvimento” para uma sociedade desenvolvida e economicamente autossustentada.

C&P – O pré-sal irá contribuir efetivamente para o avanço científico e tecnológico do país?

CS – Com certeza. A produção do petróleo acumulado na camada pré-sal requer e viabiliza o avanço técnico-científico. Temos plena convicção de que a sociedade saberá aproveitar a oportunidade. Para vencer os desafios tecnológicos e viabilizar a produção do pré-sal, a Petrobras planeja investir aproximadamente R\$ 7 bilhões (US\$ 4 bilhões) em desenvolvimento de tecnologia, entre 2009 e 2013, e está se posicionando, mais

Passaremos da condição de país pobre e “em desenvolvimento” para uma sociedade desenvolvida e economicamente autossustentada

uma vez, na vanguarda da indústria mundial de petróleo. Através do Prosal, Programa Tecnológico para o Desenvolvimento da Produção de Reservatórios do Pré-Sal, estamos direcionando as nossas melhores competências técnicas para que, em conjunto com os parceiros, fornecedores, universidades e centros de pesquisa, sejam desenvolvidas as soluções mais adequadas, inovadoras e criativas. Como forma de acelerar a evolução das pesquisas, estamos articulando com as universidades brasileiras a criação de dezenas de redes temáticas, o que também servirá para a sistematização do processo de atualização tecnológica do país. Mais que dar condições aos pesquisadores, estamos montando e equipando laboratórios de alta qualidade, para permitir o desenvolvimento de pesquisa de ponta nas universidades brasileiras. Certamente estamos atentos à necessidade de retermos nossos talentos na companhia. Para desenvolvermos centros de excelência científica será necessária toda a massa crítica que o país puder arregimentar. Tal demanda deverá trazer de volta muitos pesquisadores

Todos esses investimentos representarão uma colocação anual de cerca de R\$ 35 bilhões (US\$ 20 bilhões) de compras junto à indústria nacional

que atuam no exterior, pela absoluta falta de oportunidade de desenvolver suas pesquisas no Brasil.

C&P – A exploração irá atender ao forte apelo para o desenvolvimento de uma indústria de fornecedores de bens e serviços com elevado conteúdo nacional?

CS – Sim, sem dúvida. Diante do grande crescimento previsto das atividades da companhia para os próximos anos, tanto no pré-sal quanto nas demais áreas onde ela já opera, a Petrobras aumentou substancialmente os recursos programados. São investimentos robustos, que garantirão a execução de uma das mais consistentes carteiras de projetos da indústria do petróleo em todo o mundo. Serão novas plataformas de produção, mais de uma centena de embarcações de apoio, além da maior frota de sondas marítimas de perfuração a entrar em atividade nos próximos anos. Todos esses investimentos representarão uma colocação anual de cerca de R\$ 35 bilhões (US\$ 20 bilhões) de compras junto à indústria nacional, conforme estimado no nosso plano de negócios. A construção das plataformas P-55 e P-57, entre outros projetos já encomendados à indústria naval, garantirá a ocupação dos estaleiros nacionais e de boa parte da cadeia de bens e serviços *offshore* do país. Só o Plano de Renovação de Barcos de Apoio, lançado em maio de 2008, prevê a construção de 146 novas embarcações, com a exigência de 70% a 80% de conteúdo nacional, a um custo total orçado em US\$ 5 bilhões. A construção de cada embarcação vai gerar cerca de 500 novos empregos diretos, além de

A política energética nacional contempla importantes iniciativas, muitas com a participação direta da Petrobras na área de energias renováveis

um total de 3.800 vagas para tripulantes, para operar a nova frota.

C&P – Há possibilidade do pré-sal comprometer a nossa matriz energética?

CS – Não, de forma alguma. O pré-sal não só é um importante fator que irá assegurar a segurança energética do país no futuro como proporcionará ao Brasil a possibilidade de ser um exportador de energia de peso no cenário internacional. Além disso, a Petrobras é uma empresa de energia, não apenas de petróleo e gás. Como é de conhecimento público, a política energética nacional contempla importantes iniciativas, muitas com a participação direta da Petrobras na área de energias renováveis. Tais iniciativas proporcionarão a expansão do etanol, do biodiesel, da hidroeletricidade e energia eólica, além de projetos de investimento em pesquisa para geração energia geotérmica, isso tudo contribuindo para diversificação da nossa matriz energética.

C&P - Neste momento de pós- crise, o mundo discute possibilidades de mudanças no padrão energético, buscando alternativas

para uma economia de baixo carbono. Com a exploração do pré-sal, a Petrobras e o Brasil não estariam caminhando na contramão da história? Quais os riscos ambientais na exploração do pré-sal? Qual a estratégia da empresa para amenizar esses riscos?

CS – Não, a Petrobras e o Brasil não estão na contramão da história. Por mais que se desenvolvam a oferta de energias alternativas, a eficiência energética e as tecnologias de produção e de uso final, haverá necessidade de se ampliar substancialmente a oferta mundial de petróleo nos próximos anos. Isto ocorre em razão não só do crescimento da demanda, mas, principalmente, devido às elevadas taxas de declínio da produção mundial de petróleo em campos existentes. A Agência Internacional de Energia apresenta esta questão com muita propriedade em seus relatórios. No que tange aos riscos ambientais, a preservação do meio ambiente e a segurança operacional são prioridades para todos os projetos que serão implantados. Uma das principais iniciativas nesse sentido é o Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para o CO₂, ou Pro-CO₂, que tem por objetivo

viabilizar a captura, o transporte e o armazenamento geológico do CO₂ que será produzido associado ao gás natural. Nessa linha, a Petrobras vem desenvolvendo pesquisas para captura e injeção de CO₂ em reservatório, tendo na Bahia seu principal projeto-piloto. Ainda em 2009, estaremos iniciando a injeção de CO₂ no Campo de Miranga, na Bacia do Recôncavo. Nesse projeto, faremos sequestro geológico de carbono. É um projeto pioneiro no Brasil e será um importante protótipo para viabilizarmos a reinjeção do carbono que poderá ser produzido com a exploração dos reservatórios do pré-sal. A Petrobras tem sido mantida no grupo restrito de empresas que são consideradas sustentáveis pelos critérios do Dow Jones Sustainability Index. A busca da excelência no trato da questão ambiental é algo muito importante dentro do plano estratégico da companhia.

C&P – Com a descoberta do pré-sal, a Petrobras já tem uma estimativa de quanto sua produção será ampliada?

CS – Vamos praticamente dobrar a produção nacional de petróleo, sem falar do gás. Em seu Plano Estratégico Petrobras-2020, a companhia planeja um crescimento da produção de petróleo no Brasil de 2,0 milhões de barris/dia em 2009 para 3,9 milhões em 2020, sendo que, do total, cerca de 1,2 milhão de barris/dia virão do pré-sal. A Petrobras se prepara para ser uma das maiores produtoras e estar entre as grandes produtoras de petróleo do planeta, com integração para agregar valor ao óleo, através do refino e exportação de derivados.

podemos afirmar que o potencial existente irá gerar um acréscimo tão expressivo nas reservas nacionais que proporcionará ao país a condição de ser um grande exportador de petróleo no futuro

C&P – Por que foi escolhido o modelo de partilha e não o de concessão?

CS – O petróleo é a fonte primária de energia com maior peso na matriz energética brasileira e mundial e continuará com uma importância relativa muito alta, mesmo com o crescimento de outros tipos de energia. A garantia do suprimento de petróleo é uma questão estratégica e de soberania. Neste contexto, a grande vantagem do modelo de partilha da produção é que ele permitirá que a União seja proprietária de uma parcela do petróleo produzido. No contrato de concessão, a propriedade da produção é do concessionário. O modelo de partilha é mais utilizado em situações onde temos menor risco exploratório, uma característica do pré-sal. O regime de partilha foi proposto por proporcionar a melhor apropriação da renda, pela sociedade brasileira, do petróleo produzido em um contexto de risco exploratório mais baixo. O risco reduzido permite que as companhias de petróleo aceitem

A preservação do meio ambiente e a segurança operacional são prioridades para todos os projetos que serão implantados

um retorno econômico percentualmente menor, porém invistam em ritmo satisfatório em relação ao crescimento esperado da produção. Isso em função dos grandes volumes de petróleo envolvidos em cada jazida. Embora não tenhamos ainda condições de estimar precisamente o volume de reservas no pré-sal, podemos afirmar que o potencial existente irá gerar um acréscimo tão expressivo nas reservas nacionais que proporcionará ao país a condição de ser um grande exportador de petróleo no futuro. É esperado no nosso plano estratégico que a produção doméstica de óleo da Petrobras exceda a demanda nacional em mais de um milhão de barris em 2020. Neste contexto, a nossa intenção é maximizar a geração de valor na cadeia do petróleo. Desta forma, vamos ampliar significativamente o parque nacional de refino, para

suportar o crescimento projetado da demanda nacional e, também, para gerar excedentes para a exportação de derivados com maior valor agregado que o próprio petróleo cru. Refinando no Brasil, estaremos gerando aqui mais empresas e empregos para os brasileiros, em todos os níveis, do pesquisador ao operador.

C&P – Qual seria o modelo mais adequado para a repartição entre os estados dos recursos gerados pelo pré-sal?

CS – Esta é uma questão complexa para a qual não temos uma resposta pronta. Caberá aos nossos representantes no Congresso Nacional debruçar-se sobre tão importante tema, travando com a sociedade brasileira uma discussão ampla e profunda. O mais importante é que haja um sistema de controle e garantia

para que os recursos gerados sejam aplicados em benefícios para todo o povo brasileiro.

C&P – José Sérgio Gabrielli afirmou que a Petrobras está fazendo pesquisas na região próxima a Ilhéus. Quais as expectativas em torno da costa baiana?

CS – A Petrobras opera em bacias da costa baiana desde o primeiro leilão promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Atualmente, são estudados diversos blocos exploratórios em todas as bacias ali situadas, desde o sul do estado da Bahia até a Baía de Todos os Santos. Em 2009, a Petrobras já investiu naquelas bacias marítimas cerca de R\$ 400 milhões, somente em exploração. Isso mostra a grande expectativa que a alta direção da companhia tem quanto ao potencial petrolífero da região.

Efeitos das políticas de **valorização do salário** mínimo sobre o poder de compra do trabalhador no período de 2004 a 2009



Sarah Farias Andrade^A
Mônica de Moura Pires^B
Michele Dreger Vasconcelos Silva^C

O salário mínimo foi instituído no intuito de garantir ao trabalhador uma renda mínima que fosse suficiente para atender às suas principais necessidades, dentre elas a alimentação. A partir do Decreto-lei nº 399, de abril de 1938, estabeleceu-se a Ração Essencial Mínima (REM), comumente denominada de cesta básica.

Cerca de 1/3 dos trabalhadores empregados tem como remuneração o salário mínimo, sendo a região Nordeste do país a que possui a maior parte (48,54%) desse contingente (IBGE, 2009). Ademais, é também nessa região que se tem o maior percentual de pessoas sem rendimento (19,71%).

^A Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Probex/UESC). lorelai97@yahoo.com.br.

^B Doutora e mestre em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); professora titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). mpieres@uesc.br

^C Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Probex/UESC). michele.dreger@hotmail.com.

Desde a sua criação, o salário mínimo passou por diversas desvalorizações, resultantes de processos inflacionários da economia brasileira que reduziram seu poder de compra ao longo do tempo. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2004), o salário mínimo atual é muito inferior, no que se refere ao poder de compra, em relação ao primeiro salário mínimo, fixado pelo presidente Getúlio Vargas em 1º de maio de 1940.

Nesse contexto, a partir de 2003, foram adotadas medidas de política que visavam a um processo de valorização do salário mínimo, tomando inicialmente como referência os índices de inflação. Ao final do ano de 2006, como resultado de negociações com as centrais sindicais, essa política de valorização incluía não apenas a taxa de inflação, mas também a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), porém, de forma ainda avaliativa.

Partindo-se dessas questões, o objetivo traçado neste artigo está centrado em análises do efeito dessas políticas de valorização do salário mínimo sobre o poder de compra do trabalhador, tomando-se como referência a cesta básica oficial das cidades de Itabuna e Salvador, no período de agosto de 2004 a junho de 2009.

O SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo foi legalmente criado no século XIX, nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, para atender a antigas reivindicações dos movimentos trabalhistas. Partia-se do princípio de que esse salário seria a menor remuneração permitida por lei para os trabalhadores ou de um ramo de atividade econômica (SANDRONI, 1999, p. 542).

No Brasil, o salário mínimo passou a fazer parte dos temas em debate a partir da década de 1930, com a criação do

Ministério do Trabalho, e, finalmente, regulamentado pela Lei nº165, de janeiro de 1936, e pelo Decreto-lei nº399, de abril de 1938. Entretanto, a fixação do valor nominal do salário mínimo ocorreu apenas em 1º de maio de 1940.

O Decreto-lei nº 399/38 que instituiu o salário mínimo, em seu Artigo 2º, denominou-o como:

[...] a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1938).

Assim, o governo Getúlio Vargas buscava priorizar as principais demandas do trabalhador a partir de uma remuneração mínima, garantindo o atendimento às necessidades básicas do trabalhador. Para tanto, determinou, também por meio daquele decreto, a base de cálculo para definição do valor do salário mínimo (SM), destacada no Artigo 6º como o somatório de despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, de um trabalhador adulto.

O governo Getúlio Vargas buscava priorizar as principais demandas do trabalhador a partir de uma remuneração mínima, garantindo o atendimento às necessidades básicas do trabalhador

Na institucionalização desse salário, o seu valor era regionalizado para os estados da Federação (os 20 existentes à época, mais o território do Acre e o Distrito Federal). Em 1984, acaba-se com a regionalização e todo o território nacional passa a ter um salário mínimo unificado. Esse fato ocorre frente a um cenário de forte crise inflacionária interna e de grande desvalorização monetária, levando a reajustes frequentes desse salário.

A partir do salário mínimo oficial, ocorreram iniciativas que procuravam garantir a remuneração mínima do trabalhador, por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (1943), que, em seu Capítulo III, Artigo 76º, denomina o salário mínimo como uma contraprestação, reafirmando, mais uma vez, o disposto no Decreto-lei 399 de 1938 (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICO, 1993).

A última iniciativa foi na Constituição de 1988, no Capítulo II dos Direitos Sociais, Artigo 7º, que determina que o salário mínimo deva cobrir todas as necessidades, não só do trabalhador (urbano e rural), como no Decreto-lei nº 399/38, mas também as de sua família, sendo unificado em todo o território nacional e reajustado periodicamente para garantir seu poder aquisitivo (BRASIL, 1988).

A CESTA BÁSICA OFICIAL

A Ração Essencial Mínima (REM), denominada de cesta básica, foi instituída a partir da definição do salário mínimo como resultado de uma pesquisa feita pela comissão do salário mínimo, em que se categorizou uma série de alimentos para definir essa cesta, de acordo com aos hábitos alimentares regionais. Esse critério de regionalização seguiu a paridade quanto à aquisição e hábitos alimentares, sendo estabelecidas três regiões: Região 1 - São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal; Região 2 - Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão; e Região 3 - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os estados das regiões 1 e 3 possuem uma cesta composta por 13 itens, enquanto que nos estados da região 2 são 12 itens.

A partir do salário mínimo oficial, ocorreram iniciativas que procuravam garantir a remuneração mínima do trabalhador, por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (1943), que [...] denomina o salário mínimo como uma contraprestação

Com base nessa regionalização, o Dieese, a partir de 1959, passou a calcular o gasto com essa cesta, inicialmente para a cidade de São Paulo. Posteriormente, foram sendo incorporadas outras capitais do país e, atualmente, são 17 capitais que fazem a coleta de dados da cesta básica.

O Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) vem adotando, desde agosto de 2004, a mesma metodologia de cálculo empregada pelo Dieese, realizando pesquisas em estabelecimentos das cidades de Ilhéus e Itabuna, na Bahia.

AS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

O governo Lula, desde seu início, em 2003, vem realizando reajustes no salário mínimo, no intuito de aumentar o poder de compra do consumidor. No primeiro ano do seu governo, o salário mínimo teve um reajuste de 20%, para uma inflação acumulada de 18,54%. Em maio de 2004, esse percentual foi de 8,33%, em um cenário de inflação acumulada de 7,06%. Em maio de 2005, o salário mínimo passou para R\$ 300,00, um aumento de 15,38% em relação ao mesmo período do ano anterior, com inflação acumulada de 6,61%. Em 2006, o salário mínimo foi reajustado para R\$ 350,00,

variação de 16,67%, para uma inflação de 3,21%, menor inflação do período do governo Lula. Em abril de 2007, foi de 8,57% e uma inflação acumulada de 3,3%. Em março de 2008, período em que se toma como referência a taxa de inflação e a taxa de crescimento do PIB do ano-base, o salário passou de R\$ 380,00 para R\$ 415,00, um reajuste nominal de 9,21%, frente a uma inflação de 4,98%. O último reajuste do salário mínimo ocorreu em fevereiro de 2009, correspondendo a um aumento nominal de 12,05% em um cenário de inflação acumulada de 5,25%.

No final de 2006, foi negociado com o governo federal o reajuste do salário mínimo para R\$ 380,00 em 1º de abril de 2007, como resultado das negociações de um protocolo de intenções entre o governo federal e as centrais sindicais em 27 de dezembro de 2006. Nesse protocolo, se prevê que, até 2011, ocorram reajustes no salário mínimo levando em consideração a inflação acumulada no período do último reajuste até um dia antes do novo reajuste e a taxa de crescimento do PIB do ano-base, utilizando-se como índice de inflação o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, em 2008, inicia-se o primeiro reajuste considerando esse novo cálculo, em que se tomou como base a inflação do período mais a variação do PIB em 2006. Nos anos subsequentes, seria realizada essa mesma forma de mensuração, até 2011, quando será avaliada a efetividade dessa política.

Em 1º de março de 2008, marca-se o período recente da política de valorização do salário mínimo prevista pelo protocolo de intenções, por meio da Medida Provisória

421. De acordo com os cálculos de inflação acumulada e do crescimento do PIB, o percentual de aumento do salário mínimo ficaria em 8,68%, o que implicaria um valor de R\$ 412,98. No entanto, esse valor chegou a R\$ 415,00. Em 2009, o reajuste foi feito considerando a inflação do período (1º de março de 2008 a 29 de janeiro de 2009) mais a variação do PIB em 2007, fixando-se um novo valor para o salário mínimo em 1º de fevereiro de 2009, previsto pela Medida Provisória nº 456, de 30 de janeiro de 2009.

ÁREA DE ESTUDO, FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS

As cidades tratadas neste estudo são Salvador e Itabuna. A cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, é uma metrópole com quase três milhões de habitantes e a terceira cidade mais populosa do Brasil, segundo estimativas de 2007 (depois de São Paulo e Rio de Janeiro). É a primeira do Nordeste e a sétima mais populosa da América Latina (IBGE, 2009).

O município de Itabuna localiza-se na região sul da Bahia. Segundo o IBGE (2009), esse município tem 210.604 habitantes e possui a 9ª posição no PIB estadual (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2009).

Os dados utilizados da cesta básica foram obtidos no site do Dieese para Salvador, e no banco de dados do projeto Acompanhamento de Custo da Cesta Básica (ACCB) do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, para Itabuna.

A coleta dos preços de cada um dos 12 produtos que compõem a cesta básica das cidades analisadas é feita diariamente e ao final do mês é calculada a média aritmética dos preços de cada um dos produtos. O gasto total (de cada produto) é o preço médio multiplicado pelas quantidades estabelecidas para a região 2, conforme preconiza o decreto-lei. A soma do gasto total de cada produto refere-se ao valor do custo total da cesta básica.

A partir dessas informações, mensura-se o poder de compra (PC) do trabalhador remunerado em um salário

O último reajuste do salário mínimo ocorreu em fevereiro de 2009, correspondendo a um aumento nominal de 12,05% em um cenário de inflação acumulada de 5,25%

mínimo com relação à alimentação. Essa medida identifica a quantidade de cestas que poderia ser adquirida com esse salário para um trabalhador adulto e também para uma família constituída de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças, sendo que o consumo de duas crianças equivale ao de um adulto).

No intuito de analisar a influência da política de valorização do salário mínimo de maneira mais aproximada da realidade das famílias das duas cidades, além daquela já descrita pela determinação da Constituição Federal de 1988, utilizaram-se os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a fim de identificar a faixa salarial da maioria da população das cidades analisadas. Com essa informação, calculou-se o peso da alimentação (cesta básica) para essas pessoas nas faixas salariais de maior frequência. O período de análise é de agosto de 2004 a junho de 2009.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a evolução do poder de compra do trabalhador, é importante salientar o custo da cesta básica nas duas cidades analisadas. O custo médio da cesta ao longo de 2004 e 2009 é superior na cidade de Salvador comparativamente a Itabuna (Gráfico 1).

Analisando-se a evolução mensal do custo da cesta básica, verifica-se que, a partir de 2007, o custo, nas

Para compreender a evolução do poder de compra do trabalhador, é importante salientar o custo da cesta básica nas duas cidades analisadas

duas cidades, apresenta uma tendência crescente e com valores muito próximos entre essas localidades. Comparando-se o valor médio de 2006 com o de 2007, nota-se que o custo da cesta básica em Itabuna aumenta 18,75% e em Salvador 7,5%. De 2005 para 2006, esse crescimento foi de 3,3% e 2,4%, respectivamente. Para os anos de 2008 e 2009, o valor médio do custo da cesta caiu 3,7% em Itabuna, frente a um aumento de 8,87%, no mesmo período, em Salvador.

Observa-se que os valores médios da cesta básica de Itabuna são inferiores àqueles de Salvador. Mesmo assim, a cidade de Itabuna apresenta maior sensibilidade no custo da cesta básica frente a variações de preço dos produtos que a compõem. Essa situação pode ser explicada pelas diferentes estruturas de comercialização, especialmente no que se refere à

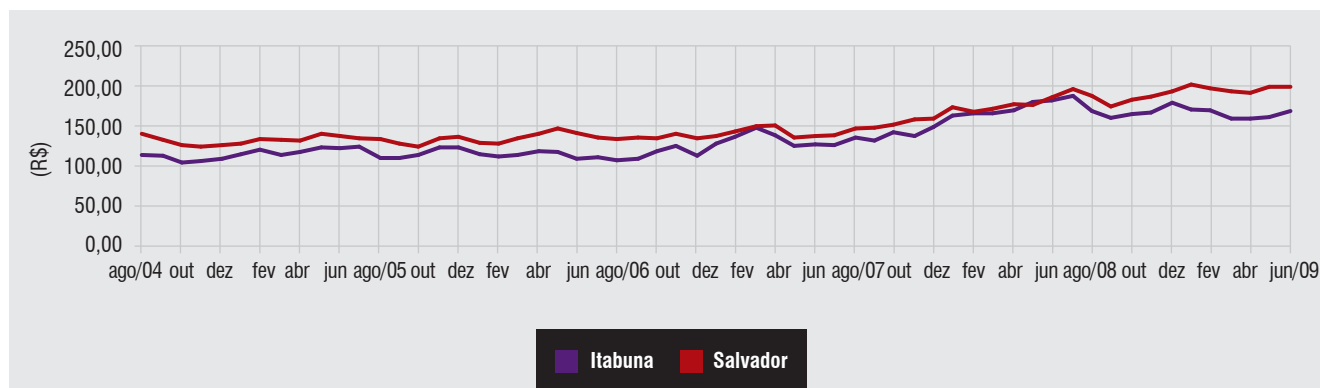


Gráfico 1
Série histórica do custo mensal da cesta básica nas cidades de Itabuna e Salvador
Bahia – ago. 2004/jun. 2009

Fonte: Dieese

concorrência de mercado, ao tamanho do mercado e custos associados ao transporte.

Nesse contexto, o percentual de gasto do salário mínimo bruto relativo à cesta básica para o trabalhador de Salvador é maior comparativamente ao de Itabuna. Ressalte-se que esse cálculo inclui apenas o trabalhador e não sua família, além de considerar que ele adquire todos os produtos da cesta básica e nas quantidades especificadas em lei. É de se esperar que o trabalhador nem consuma todos os produtos, substituindo aqueles de maior preço por outros mais baratos, nem nas quantidades desejáveis a fim de atender às condições nutricionais mínimas para o seu sustento mensal.

A Tabela 1 apresenta o poder de compra do salário mínimo em relação à cesta básica, para uma família. Verifica-se que esse salário é insuficiente para atender à demanda de uma família composta de quatro pessoas no que se refere apenas ao item alimentação. Isso ocorre nas duas cidades pesquisadas.

Tabela 1
Poder de compra do salário mínimo para uma família que adquire a cesta básica oficial, Itabuna e Salvador – Bahia – 2004-2009

Cidade	Razão salário mínimo/custo da cesta básica					
	2004*	2005	2006	2007	2008	2009**
Itabuna	0,79	0,81	0,99	0,92	0,80	0,93
Salvador	0,67	0,72	0,83	0,85	0,76	0,77

Fonte: Elaborada a partir de dados do projeto ACCB e Dieese, 2009.

*Média de agosto a dezembro de 2004; **Média de janeiro a junho de 2009.

O poder de compra do trabalhador apresenta, ao longo do tempo, diferenças entre as duas cidades analisadas, porém essas discrepâncias foram se reduzindo, sendo cada vez menores.

Relacionando os reajustes decorrentes das medidas provisórias (MP) no governo Lula, de maio de 2005 a fevereiro de 2009, e o poder de compra, observa-se que os reajustes provocaram efeito positivo sobre o poder de compra do trabalhador tanto em Itabuna quanto em Salvador. Enquanto em abril de 2006 o salário mínimo foi reajustado em 16,67%,

Tabela 2
Medidas provisórias e variação do poder de compra (VPC) no mês de reajuste, de Itabuna e Salvador Bahia – 2005-2009

Período	Salário mínimo (R\$)	Reajuste nominal %	VPC* (Itabuna) %	VPC (Salvador) %
Maio de 2004	260	-	-	-
Maio de 2005 (MP nº248)	300	15,38	10,71	8,13
Abril de 2006 (MP nº288)	350	16,67	11,33	11,84
Abril de 2007 (MP nº362)	380	8,57	15,88	8,01
Março de 2008 (MP nº421)	415	9,21	9,09	6,92
Fevereiro de 2009 (MP nº 456)	465	12,05	12,87	14,68

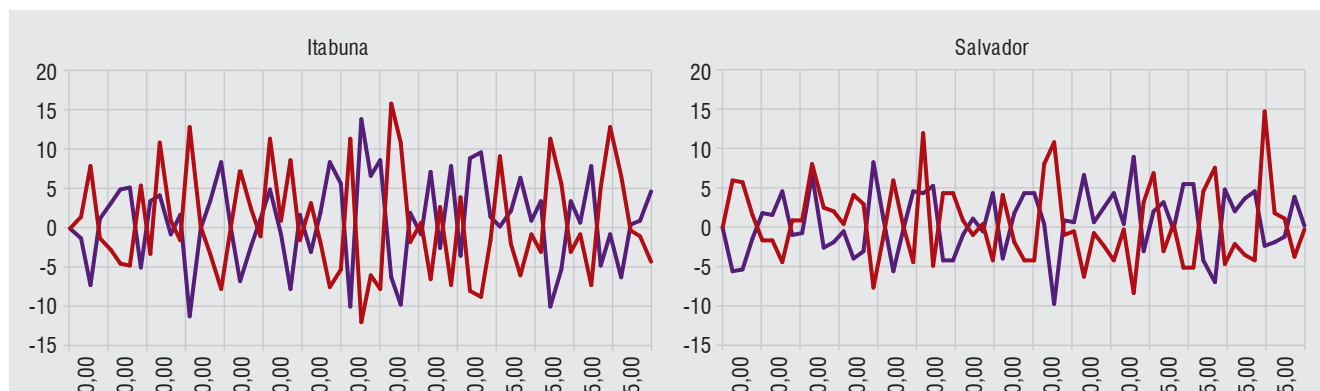
Fonte: ACCB e Dieese, 2009.

*Variação no mês do poder de compra da cesta básica.

nesse mês o poder de compra do trabalhador, nas duas cidades analisadas, foi inferior a esse percentual (Tabela 2).

Com relação à MP nº421, de março de 2008, o reajuste foi de 9,21%, o que resultou em efeitos positivos menores que esse percentual, porém maiores em Itabuna comparativamente a Salvador. Diferentemente dos anos anteriores, esperava-se que esse poder de compra pudesse ser maior, em função da mudança de cálculo, que passou a incorporar, além da inflação, a taxa de crescimento do PIB. O que pode ter ocorrido é que o índice de inflação adotado refere-se ao período de 1º de abril de 2007 a 29 de fevereiro de 2008 e, em março, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o INPC aumentou 6,25% em relação ao mês anterior. Saiu de 0,48% em fevereiro para 0,51% em março, variação que não foi incorporada ao reajuste.

Verifica-se que, em fevereiro de 2009, enquanto o reajuste foi de 12,05%, a melhora no poder de compra do trabalhador, tanto em Itabuna como em Salvador, foi superior a esse percentual. De maneira geral, nota-se que reajustes no salário mínimo aumentam o poder de compra. No entanto, a resposta na variação desse poder é mais rápida em Itabuna que em Salvador. Assim, a MP nº 456, de fevereiro de 2009, aponta para percentuais mais “eficazes”. No entanto, tal medida buscou aquecer o mercado interno face a um cenário de crise financeira mundial (Gráfico 2). Analisando-se o comportamento mensal ao longo do período estudado, verifica-se reação semelhante nas duas cidades analisadas.

**Gráfico 2**

Série histórica da variação do custo da cesta básica e do poder de compra da cesta básica, Salvador (a) e Itabuna (b) – ago. 2004-jun. 2009

Fonte: PED.

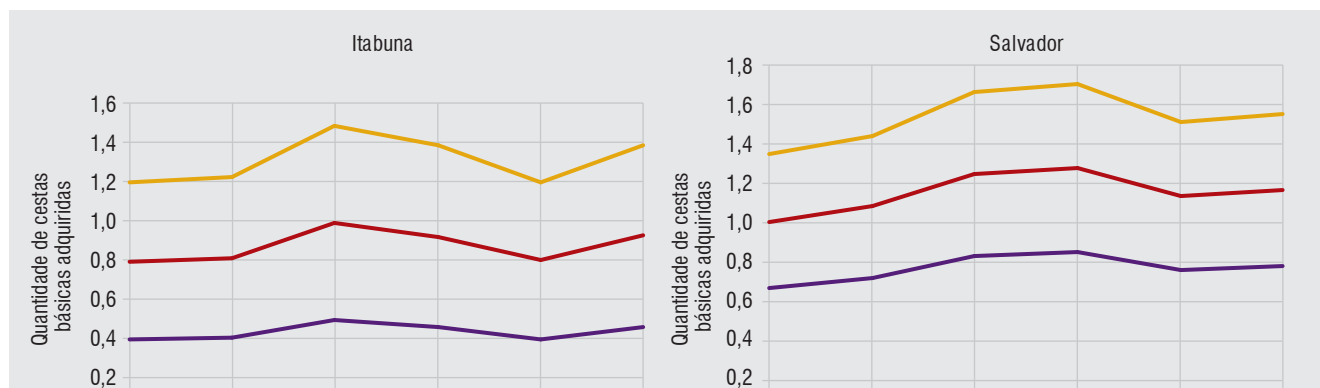
Considerando os dados referentes ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged, 2009), observa-se que as faixas de salário com maior número de pessoas para a cidade de Salvador são de 1,01 a 1,5 salários mínimos (48,52%) e de 1,51 a 2 salários mínimos (15,34%). Para Itabuna, a faixa salarial que concentra a grande parte da população é a mesma de Salvador, a de 1,01 a 1,5 salários mínimos (40,91%), entretanto, a segunda faixa de maior frequência é a de 0,51 a 1 salário mínimo (38,62%). Essas diferenças mostram a forte concentração de pessoas que são remuneradas em até um salário mínimo em Itabuna, o que reforça a grande relevância que políticas de valorização desse salário têm para a população, especialmente do interior do estado.

Tabela 3 – Poder de compra* da população nas faixas de salário mínimo, de maior concentração nas cidades Salvador e Itabuna – Bahia – 2004-2009

Ano	Itabuna			Salvador		
	½ salário	1 salário	1,5 salário	1 salário	1,5 salário	2 salários
2004**	0,40	0,79	1,19	0,67	1,01	1,34
2005	0,41	0,81	1,22	0,72	1,08	1,44
2006	0,49	0,99	1,48	0,83	1,24	1,65
2007	0,46	0,92	1,38	0,85	1,28	1,70
2008	0,40	0,80	1,20	0,76	1,13	1,51
2009***	0,46	0,93	1,39	0,77	1,16	1,55

Fonte: Caged, 2009.

*Salário mínimo dividido pelo valor médio anual da cesta básica. **Média do custo da cesta básica de agosto a dezembro de 2004. *** Média do custo da cesta básica de janeiro a junho de 2009.

**Gráfico 3**

Evolução do poder de compra das famílias em relação à cesta básica, de acordo com as faixas de salário, Itabuna e Salvador – Bahia – 2004-2009

Fonte: Caged, 2009.

A Tabela 3 aponta que não seria possível para uma família (sendo dois adultos e duas crianças equivalendo ao consumo de um adulto) remunerada até um salário mínimo na cidade de Itabuna adquirir uma cesta básica mensal. Em Salvador, isso ocorre para quem recebe até um salário mínimo. Percebe-se, também, que o poder de compra do salário é maior em Itabuna que em Salvador, ao longo do período analisado.

Apesar de o salário mínimo ainda não ser suficiente para suprir as necessidades básicas de uma família, houve mudança no seu poder de compra, principalmente na cidade de Itabuna, que teve uma melhora maior comparativamente à cidade de Salvador (Gráfico 3). Outro fator importante a ser observado é que existe uma redução no poder de compra nas duas cidades, no período de 2007 a 2008, que pode ter ocorrido em função da crise financeira que se instalou na economia mundial e se propagou para o mercado de alimentos. Mesmo assim, o reajuste do salário em 2009 possibilitou atingir resultados sobre o poder de compra, que retomou patamares superiores ao reajuste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, no período de agosto de 2004 a junho de 2009, o custo da cesta básica de Itabuna é inferior em relação a Salvador, indicando diferenças no poder de compra entre as duas cidades.

As políticas de valorização do salário mínimo, no intuito de aumentar o poder de compra do trabalhador, apresentam resultados de curto prazo, portanto, muitas vezes incipientes, necessitando, assim, de medidas corretivas quanto a políticas de reajustes que possibilitem melhorar o poder de compra do trabalhador.

Nesse contexto, verifica-se que há necessidade de um conjunto de políticas que possam afetar diretamente o preço dos produtos e permitir menores gastos com os produtos alimentares, principalmente em regiões em que predomina o salário mínimo como remuneração do trabalhador.

Percebe-se, também, que os reajustes de salário mínimo ainda não foram suficientes para levá-lo a atender às necessidades básicas do trabalhador e/ou de sua família.

Dessa forma, tal condição acaba reproduzindo um sistema de pobreza e mesmo um descumprimento ao que está disposto na Constituição Federal de 1988. A quem recorrer sob tais condições?

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 24 maio 2008.
- BRASIL. Decreto-lei. n.º 399, de 30 de abril de 1938. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>>. Acesso em: 24 maio 2008.
- _____. Medida Provisória nº 42, de 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/421.htm>. Acesso em: 24 maio 2008.
- _____. Medida Provisória nº 456, de 30 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Mpv/456.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.
- CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED, 2009. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/xolapw.dll/fsmMain>>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICO. *Cesta Básica Nacional: metodologia*. São Paulo: DIEESE, 1993. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia.pdf>>. Acesso em: 30 de maio 2008.
- _____. *Salário mínimo: textos*. São Paulo: DIEESE, 2004. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/salmin.xml>>. Acesso em: 17 jun. 2008.
- _____. *Nota técnica: salário mínimo constitucional*. São Paulo: DIEESE, 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMC.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2008.
- IBGE. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 30 jun. 2009.
- IPEA. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1796082362&Tick=1248111122751&VAR_FUNCAO=Ser_TemasFonte%28128%2C1678620089%29&Mod=M>. Acesso em: 30 jun. 2009.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. p. 542.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/pib/index_pib_municipal.php>. Acesso em: 12 jun. 2009.

A crise econômica atual: origens e impactos no Brasil e na Bahia

Luiz Carlos de Santana Ribeiro^A
Armando Affonso de Castro Neto^B

A atual crise econômica internacional apresentou um aspecto ímpar em sua disseminação. Ela não foi uma crise de origem periférica, ou seja, não se originou num país de terceiro mundo. Pelo contrário, desencadeou-se no centro econômico mundial, na mais poderosa economia do globo, a americana. Nas palavras de Chesnais (2008a, p. 4), “inverte-se a dinâmica da década passada: crise começa nas finanças (EUA) e se espalha na produção (Ásia)”.

Esta crise atinge o último estágio do sistema capitalista altamente globalizado: o sistema financeiro. A causa primordial foi a inadimplência das hipotecas americanas, o que ocasionou a quebra de grandes bancos americanos. Isto, por sua vez, gerou um efeito em cadeia impressionante, o que só comprovou a dependência econômica de todo o mundo em relação à economia americana. Bolsas de valores de todos os continentes despencaram e fecharam em quedas consecutivas, gerando prejuízos financeiros exorbitantes. Após as quebraadeiras de bancos e redução internacional de crédito, vieram as quedas na produção, demissões em massa e recessão.

^A Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA; bolsista do Programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). luca_ufba@hotmail.com.

^B Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor da Universidade Salvador (Unifacs). armandoaff@hotmail.com.





A partir disso, o objetivo do presente artigo é explicar o início e desencadeamento da crise econômica atual, bem como fundamentá-la teoricamente analisando suas consequências nas economias brasileira e baiana.

Além dessa introdução, foram elaboradas três seções. A primeira tenta nortear teoricamente a crise, a partir de uma vertente marxista¹. A segunda aborda as causas da origem e o desencadeamento da crise nos Estados Unidos. A terceira apresenta a situação do Brasil frente à crise, discute as estratégias e medidas econômicas adotadas para combatê-la, além de revelar alguns números da economia baiana, para se tentar, com isso, identificar sua situação perante a crise atual. Por fim, são tecidas as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A CRISE ECONÔMICA

Atualmente, quase todos os países do globo, com exceção de China e Cuba, por exemplo, adotam como sistema de organização econômica a economia de mercado, comumente denominada de sistema capitalista.

Marx já dizia que a complexa estrutura do capitalismo é formada por fases de expansão, estagnação e crises, que contemplam os ciclos econômicos. Caracterizando o capitalismo de acordo com tais ciclos, pode-se dizer que ele, em todo seu desenvolvimento, desde o início do século XIX, percorreu quatro ondas longas² (BALANCO; PINTO; MILANI, 2004).

¹ Salienta-se, contudo, que a crise apresenta características associadas a outras vertentes econômicas, como, por exemplo, a keynesiana, na medida em que o estado intervém na economia, via política monetária, principalmente, alterando taxa de juros e injetando dinheiro na economia.

² Para saber mais sobre o conceito de ondas longas, ver Mandel (1985).

O capitalismo apresenta-se na segunda fase de sua quarta onda longa de desenvolvimento, sendo a primeira fase a chamada “Era Dourada” (1945-75), a qual foi marcada por um período intenso de expansão econômica

Tomando-se por base a terceira onda longa, cujo início foi no final do século XIX e o término deu-se por volta de 1945, pode-se destacar entre os acontecimentos históricos marcantes desta época as duas grandes guerras mundiais, a crise de 1929 e a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial. Atualmente, o capitalismo apresenta-se na segunda fase de sua quarta onda longa de desenvolvimento, sendo a primeira fase a chamada “Era Dourada” (1945-75), a qual foi marcada por um período intenso de expansão econômica (BALANCO; PINTO; MILANI 2004). Segundo Mandel (1985), a principal consequência do final da onda longa expansionista do pós-guerra foi uma disposição mundial ao significativo aumento dos conflitos de classe, os quais acarretaram crises das relações de produção capitalistas.

Como todo ciclo econômico, há momentos de crise, os quais, geralmente, acontecem depois de um período de expansão. E não foi diferente na quarta onda longa. A crise eclodiu nos anos 70 pela queda da taxa geral de lucro, gerando, assim, desemprego crônico nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. A partir disso, o capitalismo contemporâneo é composto por instabilidade, incerteza e estagnação (BALANCO; PINTO; MILANI 2003). Segundo Souza (1996), a taxa de lucro das indústrias dos países da OCDE, nos anos 70, reduziu aproximadamente 4,2%. Já nos anos 80, subiu 4,7%.

A crise do capitalismo pode ser definida não só nos aspectos capitalistas de acumulação, valorização e

apropriação, mas também na divisão do trabalho, na produção de mercadorias, na estrutura capitalista da empresa e na subordinação do trabalho ao capital como um todo (MANDEL, 1985). Ainda em relação a uma possível definição para crises que afetam o sistema capitalista, segue:

A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui (MANDEL, 1985, p. 398).

Marx também introduziu o conceito de crises monetárias. Para ele, este é um modelo especial de crise, que tem um modo de se produzir independente e que pode influenciar diretamente a indústria e o comércio. São estas crises que têm como fator central o capital-dinheiro e que, conseqüentemente, se movem dentro das esferas dos bancos, bolsas de valores e finanças. Esse tipo de crise é resultado da acumulação de capital-dinheiro e da formação de capital fictício (CHESNAIS, 2008b).

Contudo, segundo Balanco, Pinto e Milani (2004), no contexto do capitalismo, uma vez que o sistema se encontra em crise (cíclica), é possível ela mesma apresentar potenciais de superação, como já evidenciado pelo sistema capitalista em outros momentos históricos. Além disso, de acordo com Baeza (2008, p. 112):

No contexto do capitalismo, uma vez que o sistema se encontra em crise (cíclica), é possível ela mesma apresentar potenciais de superação, como já evidenciado em outros momentos históricos

As recessões e as crises nas economias capitalistas são necessárias para restabelecer certo grau de harmonia no organismo social. Quando as alterações necessárias são muito grandes, a recessão não é suficiente e se requer uma crise.

Um elemento endógeno presente no sistema capitalista, gerado a partir do seu amadurecimento, é a globalização. As transformações geradas por esse processo resultaram num alto grau de dinamismo do sistema econômico mundial, no sentido em que há rápida integração entre os mercados financeiros de todo o mundo, propiciada pelo avanço das tecnologias de informação. Isso, por sua vez, permite a perfeita mobilidade de capital e transações instantâneas em qualquer parte do globo. Em outras palavras, o capital migra do setor produtivo para o setor financeiro, já que este setor se torna mais atrativo em termos de investimento (RATTNER, 1995).

“Pode-se dizer que, a partir daí, o mundo experimentou um processo de globalização financeira do capital e da fixação de um regime de acumulação sob o domínio financeiro” (BALANCO; PINTO; MILANI, 2004, p. 19). Segundo Chesnais (1996), o sistema financeiro é o campo mais avançado da mundialização, ou, dito de outra forma, é o estágio mais avançado do capitalismo altamente globalizado.

Este é o ponto-chave. É o *link* direto para se começar a falar da origem da crise econômica atual, pois ela se origina e afeta diretamente o sistema financeiro internacional. Com isso, o objetivo da próxima seção é explicar as razões que levaram ao desencadeamento da crise, primeiramente nos Estados Unidos e imediatamente no resto do mundo.

ORIGENS DA CRISE ECONÔMICA

O governo Bush, em diversos aspectos, não logrou bons êxitos para a economia americana. Foi um governo bastante criticado, principalmente em relação à questão da guerra do Iraque e os direitos humanos. Outro aspecto do seu mandato caracterizava-se pela grande liberdade concedida ao sistema financeiro, o que proporcionou fortes indícios para a geração e disseminação da crise.

Para [...] compreender o surgimento e desencadeamento da crise nos Estados Unidos, precisa-se retroceder a alguns fatores econômicos das décadas de 80 e 90. [...] Primeiramente, a política monetária adotada nos EUA nos anos 1980. [...] O outro eixo, tendo como contexto uma desregulamentação financeira, foi marcado pela intensa competitividade entre bancos e instituições financeiras

Para se conseguir compreender o surgimento e desencadeamento da crise nos Estados Unidos, precisa-se retroceder um pouco a alguns fatores econômicos das décadas de 80 e 90. Dois grandes eixos influenciaram diretamente o sistema financeiro americano. Primeiramente, a política monetária adotada nos EUA nos anos 1980, apesar de resultar numa inflação doméstica muito baixa, ocasionou uma grave recessão na economia americana no início daquela década. O Federal Reserve (FED), devido à taxa de inflação baixa, decidiu também manter baixas as taxas básicas de juros ao longo de toda a década de 90. Isso, por sua vez, fez com que os bancos e financeiras apresentassem ganhos baixos devido à fixação da taxa básica. O outro eixo, tendo como contexto uma desregulamentação financeira, foi marcado pela intensa competitividade entre bancos e instituições financeiras (CARVALHO, 2008).

Por causa dessa competitividade, durante a década de 90, há uma intensa busca de novos mercados financeiros, configurando o cenário da globalização financeira. Esse contexto econômico é caracterizado pela integração dos sistemas financeiros internacionais, o que provoca aumento da competitividade entre bancos e financeiras no

âmbito nacional, principalmente na economia americana. A partir disso, esses agentes financeiros começaram a procurar novos mercados que lhes propiciassem maiores rendimentos. Uma destas opções de mercado foi encontrada nos países emergentes, a qual foi muito apreciada nos anos 1990. Entretanto, as consecutivas crises nos balanços de pagamentos, iniciadas no México em 1994 e que seguiram para Ásia, Rússia e Brasil, demonstraram que os mercados dos países emergentes eram frágeis. Com isso, a alternativa encontrada foi no próprio mercado imobiliário dos EUA, o qual se apresentava bastante promissor (CARVALHO, 2008).

Em 2001, ocorre uma rápida e intensa expansão no mercado imobiliário americano. O FED adotou a política de redução de juros, no intuito de facilitar empréstimos e financiamentos, estimulando, desta forma, o consumo. Com isso, a demanda por imóveis aumentou substancialmente. Em 2003, a taxa de juros americana chegou ao patamar de 1% a.a. (a menor taxa desde os anos 1950). Em 2005, o mercado imobiliário americano atingiu o seu auge. Investir em imóveis era um ótimo negócio, dado o aquecimento do mercado.

Não é por acaso que o FED tomou essas medidas de incentivo ao consumo, mais especificamente estimulando os financiamentos no setor imobiliário, com objetivo de realavancar a economia americana. Contrariamente ao que se pensa, nos Estados Unidos, os lucros gerados em bolsa de valores são a segunda fonte de enriquecimento das famílias (20%). A primeira fonte de geração de lucros é referente à comercialização de imóveis residenciais, por meio de hipotecas (80%) (CHESNAIS, 2008a).

Nos contratos de hipotecas residenciais, o próprio imóvel é dado de garantia. Para financiar tais contratos, as financeiras analisavam o histórico de crédito, nível salarial e possíveis garantias do tomador de empréstimo. Tais tomadores constituíam o mercado *prime* de hipotecas. O termo *subprime* identifica pessoas que não estão habilitadas para o mercado *prime*. Num país como os EUA, esse contingente representava uma grande quantidade de possíveis tomadores de empréstimo, que, por possuírem risco mais elevado, deveriam pagar maiores juros, sendo tão lucrativo quanto o mercado *prime* (CARVALHO, 2008).

Como o risco no mercado *subprime* era maior, já que era formado por pessoas de baixa renda e que já tinham um histórico de inadimplência, as garantias de recebimento eram pequenas. Logo, os lucros que incidiam nesses créditos eram maiores. As hipotecárias passaram a vender esses títulos a bancos e fundos de pensão, alegando altos rendimentos. Pouco tempo depois, os preços dos imóveis atingiram seu ponto máximo e começaram a cair. Consequentemente, o FED começou a aumentar a taxa de juros (1% - 5,35% a.a.), no intuito de tentar conter a inflação. Esse fato, por sua vez, afetou diretamente o mercado imobiliário americano, fazendo com que o número de imóveis à venda aumentasse substancialmente, causando a queda brusca dos valores destes imóveis e aumentando cada vez mais a inadimplência no setor, já que, com a taxa de juros elevada, as pessoas não conseguiam quitar suas dívidas (GOMES, 2008).

Foi realizado um montante exorbitante de empréstimos em hipotecas *subprime*. Com o aumento da taxa de juros e, consequentemente, o crescimento da inadimplência, os investidores que compraram títulos baseados em hipotecas começaram a ficar receosos de não terem o retorno esperado. Eles tentaram se livrar desses papéis lastreados em hipotecas, mas não conseguiram, pois o mercado já estava temeroso.

O termo *subprime* identifica pessoas que não estão habilitadas para o mercado *prime*. Esse contingente representava uma grande quantidade de possíveis tomadores de empréstimo, que, por possuírem risco mais elevado, deveriam pagar maiores juros

As medidas imediatas em resposta à crise, como o pacote de U\$ 700 bilhões, o salvamento da AIG, a política coordenada de redução de juros pelos bancos centrais e as diversas intervenções dos bancos europeus, não foram suficientes para evitar a recessão

Essa tentativa, por sua vez, fez com que o valor desses papéis despencasse vertiginosamente no mercado. A partir daí, começa um efeito em cadeia, especulações fazem os valores de outros títulos também despencarem, gerando um verdadeiro caos no mercado de capitais (CARVALHO, 2008).

A partir daí, inicia-se um grande efeito em cadeia pelas economias de todo o mundo. Grandes bancos e instituições financeiras americanas pedem concordata e fecham suas portas, o que, por sua vez, faz despencar todas as principais bolsas de valores do mundo.

Segundo Pereira (2008), o tesouro norte-americano cometeu um erro muito grave em não ter salvado o Lehman Brothers³. Grandes bancos não podem “quebrar”, pois o risco de uma crise sistêmica é muito alto. Mesmo as medidas imediatas em resposta à crise, como o pacote de U\$ 700 bilhões, o salvamento da AIG⁴, a política coordenada de redução de juros pelos bancos centrais e as diversas intervenções dos bancos europeus, não foram suficientes para evitar a recessão.

³ Primeiro grande banco norte-americano a entrar em colapso desde o início da crise financeira.

⁴ Maior seguradora norte-americana. O governo americano comprou quase 80% das ações dessa seguradora para evitar sua falência.

A crise atual apresenta um fato novo em relação às anteriores, pois hoje existe a desregulamentação das finanças entre países, como também o aparato sofisticado (*high-tech*) dos instrumentos financeiros. Esse fato explica o porquê de uma crise num subsegmento do setor imobiliário americano (*subprime*) acabar gerando uma crise financeira mundial de grandes dimensões (FERRARI FILHO; PAULA, 2008).

A partir desse contexto de surgimento da crise, quais foram os impactos gerados para a economia brasileira e quais são as medidas econômicas que as autoridades responsáveis vêm adotando para combatê-la?

REPERCUSSÃO DA CRISE NO BRASIL E NA BAHIA

Esta seção objetiva, em linhas gerais, caracterizar a dimensão da crise no Brasil e no estado da Bahia. São discutidos, brevemente, alguns resultados macroeconômicos e as medidas contra a crise tomadas, até então, no âmbito do governo federal.

Brasil: medidas econômicas de combate à crise

A crise econômica internacional não atingiu o lado produtivo da economia brasileira com a mesma intensidade e velocidade com que se espalhou na Europa e parte da Ásia após a quebra do mercado financeiro americano. As especulações se davam quanto à vulnerabilidade da economia brasileira em períodos de crise devido à dependência e integração à economia mundial. As expectativas giravam em torno de desvalorizações cambiais e um possível contágio via balança comercial, dado o desaquecimento do comércio internacional. Ambas as previsões não se apresentaram positivas, apesar da queda nas exportações (as importações decresceram a passos mais largos). O resultado superavitário na balança comercial brasileira e a atração de investimentos diretos incrementaram nossa economia com dólar, valorizando, portanto, o real.

A Bovespa acompanhou o ritmo de queda das bolsas internacionais na eclosão da crise internacional, porém,

A recessão na economia brasileira tardou a acontecer, comparando-se ao que ocorreu com as economias centrais

o primeiro sinal de repercussão da crise na economia brasileira deu-se com a redução do crédito. O Banco Central, em setembro e outubro de 2008, tomou as primeiras medidas para conter a desaceleração do crédito interno. Naquela oportunidade, foram flexibilizadas as regras de recolhimento compulsório para depósitos bancários a prazo, seguidas de redução da sua alíquota. Na primeira semana de outubro de 2008, com a queda de 15% no pregão da Bovespa, o governo decidiu permitir ao Banco Central comprar carteira de crédito de pequenos bancos, criando uma barreira à possível desvalorização acionária desses bancos. Com cenário de bolsas em queda livre, falência de bancos nos EUA e crise internacional de crédito, o que se seguiu, em novembro de 2008, foi a fusão entre Itaú e Unibanco e a aquisição da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil.

A recessão na economia brasileira tardou a acontecer, comparando-se ao que ocorreu com as economias centrais. A produção industrial brasileira passou a decrescer, quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior, no último quarto de 2008. A variação do PIB real a preços de mercado, em relação ao PIB do mesmo período no ano anterior, tornou-se negativa no primeiro trimestre de 2009, quando decresceu 1,8%, conforme se observa na tabela a seguir:

Ainda em 2007, inicia-se o processo de esfriamento da economia mundial. O Brasil, porém, mantém taxas significativas de crescimento até o último trimestre de 2008, quando cresce 1,3% em relação ao mesmo período de 2007. Já entre janeiro e março de 2009, o PIB real do Brasil apresenta sinais de recessão, decrescendo 1,8% em relação ao mesmo período de 2008. Se a queda do PIB tardou a acontecer, mesmo num cenário mundial

Tabela 1
Variação do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior

Período	Variação (%) do PIB
2007 T4	6,14
2008 T1	6,13
2008 T2	6,2
2008 T3	6,81
2008 T4	1,28
2009 T1	-1,78

Fonte: IBGE/SCN.

recessivo há algum tempo, o grau de desaceleração também é inferior ao dos países centrais, como evidencia a tabela 2:

Tabela 2
Variação no PIB (primeiro trimestre de 2009 em relação ao último de 2008)

Período	Variação (%) do PIB
Alemanha	-3,8
Brasil	-0,8
França	-1,2
EUA	-5,7
Holanda	-2,8
Inglaterra	-1,9
Japão	-4,0

Fonte: BBC (2009). Elaboração própria.

O PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2009 decresceu 0,8% em relação ao último trimestre do mesmo ano. Uma queda inferior ao que ocorreu na Europa, EUA e Japão. A queda do PIB na zona do Euro foi de 2,5%, ao passo que o PIB japonês decresceu 4,0%, e o americano, 5,7% entre janeiro e março de 2009 em relação ao último trimestre de 2008.

Apesar de o país não estar em recessão, as expectativas no Brasil já se mostravam negativas em 2008. Com uma expectativa de baixo crescimento e menor arrecadação, no final de 2008 o governo reduziu os gastos orçamentários previstos para 2009. Para o primeiro trimestre, houve corte de R\$ 14,6 bilhões em investimento e R\$ 22,6 bilhões em custeio, números que ameaçam o desempenho do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para conter o desaquecimento do consumo, o governo federal iniciou uma série de reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ainda em 2008. Já foi reduzido o IPI para automóveis, caminhões, materiais de construção, geladeiras, fogões, máquinas de lavar, dentre outros.

A política monetária no período de crise está bem clara: redução significativa e contínua da taxa de juros. Se na maior parte de 2008 ela permaneceu por volta dos 13,75% a.a., em janeiro de 2009, o Copom a reduziu para 12,75% a.a.; para 11,25% em março; 10,25% em abril e 9,25% a.a. em junho de 2009. Em maio de 2009, o governo federal propôs que aplicações em cadernetas de poupança que possuam saldo superior a R\$ 50 mil sejam tributadas a partir de 2010.

No segundo trimestre de 2009, a economia brasileira apresenta uma grande entrada de capitais em forma de investimentos diretos. O cenário, portanto, é de balança comercial superavitária, ingresso de capitais, moeda valorizada, inflação controlada e baixa taxa de juros.

A economia baiana na crise atual

Se a economia brasileira tardou em sentir os efeitos da crise internacional, a economia baiana ainda não apresentou sinais significativos de recessão. O crescimento da economia baiana em 2008 foi de 4,8% e, enquanto o

PIB brasileiro decresceu no primeiro trimestre de 2009, o PIB baiano apresentou crescimento em torno de 0,8%. É evidente que a economia está estagnada e deve sofrer os efeitos da recessão, visto que depende da economia do centro-sul e do exterior.

Essa dependência revela-se principalmente no setor industrial, que se caracteriza por fornecer bens intermediários e finais para o centro econômico do país. Foi exatamente o setor industrial o primeiro a sentir os efeitos da crise: em relação ao mesmo período do ano anterior, as quedas apresentadas na produção industrial ocorrem desde outubro de 2008, quando diminuiu 0,6%, chegando a decair 16,8% em janeiro e 20,5% em abril. O Gráfico 1 compara a variação acumulada no ano da produção industrial da Bahia e Brasil.

Percebe-se que a produção industrial no estado da Bahia segue o dinamismo do resto do país, porém crescendo menos que o país nos períodos de ascensão e sofrendo menos os impactos negativos nos períodos recessivos.

O aumento do desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS), considerando abril em relação a março de 2009, corresponde a 2,0%. Porém, a RMS manteve o nível de emprego relativamente estável neste período de crise. O gráfico seguinte evidencia as variações no nível de ocupação da RMS entre abril de 2008 e abril de 2009:

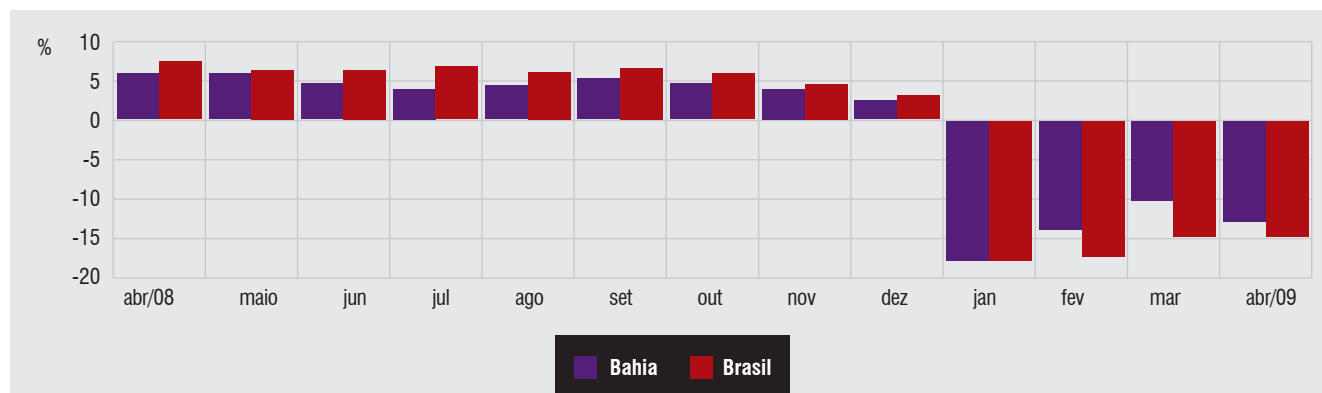


Gráfico 1
Variações na produção física industrial acumulada – Bahia e Brasil – 2008/2009

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

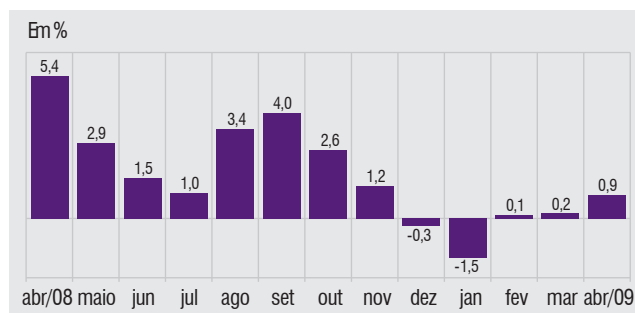


Gráfico 2
Variação do nível de ocupação na RMS – 2009/2008

Fonte: PED.
http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_abr09.pdf

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, percebe-se que somente em dezembro e janeiro de 2008 a ocupação diminuiu na RMS. Após uma estagnação entre fevereiro e março de 2009, abril apresenta um crescimento de quase 1% da ocupação se comparado com abril de 2008. Quando a comparação é em relação ao mês anterior, percebe-se que a ocupação vem diminuindo em todos os setores da economia, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3
Evolução da ocupação por setor
Bahia – jan.-abr. 2009

Setor	Variação na ocupação em relação ao mês anterior (%)			
	jan. 09/ dez. 08	fev. 09/ jan. 09	mar. 09/ fev. 09	abr. 09/ mar. 09
Indústria	-1,6	3,9	-6,1	0,0
Comércio	6,4	-2,4	-4,1	-6,4
Serviços	-1,6	-0,6	1,0	2,4
Outros setores*	0,9	1,8	0,0	-3,5
Total	0,1	-0,1	-0,6	-0,1

Fonte: PED/SEI.

* Inclui construção civil, serviços domésticos e outras atividades.

Apesar da queda da ocupação no setor *Indústria*, o setor *Comércio* é o que apresenta uma redução da ocupação crescente desde fevereiro. Em Salvador, o setor *Serviços* corresponde a 81% do PIB municipal. Com um setor tão dependente do crédito, a queda de emprego na RMS poderia ser ainda mais elevada se a crise de crédito não tivesse recebido a devida atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a economia mundial, atualmente, encontra-se na segunda fase do quarto ciclo de desenvolvimento. Konradieff (1956), analisando estatísticas de diversos países, identificou três grandes ciclos para a economia capitalista, cada qual com duas fases, uma de ascensão e uma de descenso. Para o terceiro ciclo, o autor identificou seu início por volta de 1890, com a fase de ascensão perdurando aproximadamente até 1920. A fase de declínio da economia mundial só foi interrompida após a Segunda Guerra, quando se inicia a primeira etapa do quarto ciclo. Desse modo, pode-se concluir que a crise econômica atual caracteriza um estágio avançado da segunda etapa do quarto ciclo de desenvolvimento da economia capitalista.

A crise econômica atual é caracterizada pelo seu forte efeito sobre o lado financeiro da economia. Entretanto, não se pode mais dizer que esta crise só afetou as finanças, pois a produção foi atingida fortemente. Vale destacar como a forte interdependência das instituições financeiras de todo o mundo, propiciada pela desregulamentação financeira e pela globalização dos mercados, facilitou a disseminação da crise, já que ela originou-se num sub-setor da economia americana, que, por sua vez, afetou rapidamente todas as principais economias do mundo.

A economia brasileira foi afetada com menos intensidade quando comparada à americana. Entretanto, o governo interveio na economia combatendo a crise de crédito com redução de compulsório, reduziu o IPI sob automóveis e eletrodomésticos e tarifar o imposto sob poupança acima de R\$ 50 mil a partir de 2010, visando abrir campo para manutenção da política monetária expansiva.

A economia baiana sofre os impactos da crise de forma retardada e leve, não por apresentar características de independência, mas sim por sua integração marginal e atrasada ao capitalismo moderno.

REFERÊNCIAS

BAEZA, A. V. Recesión o crisis en EUA? O de cómo fallan los conjuros. In: PRIMEIRO dossiê de textos marxistas sobre a crise atual. [São Paulo]: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2008.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; MILANI, Ana Maria. Crise e globalização no capitalismo contemporâneo. Alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, império e imperialismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia.. *Anais...* Uberlândia, 2004. 1 CD-ROM.

_____. A crise econômica e a desarticulação social na América Latina: O endividamento estrutural. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2003 e perspectivas*, Salvador, v. 13, n. 3, p.677-691, dez. 2003.

CARVALHO, F. C. Entendendo a recente crise financeira global. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. *Dossiê da Crise*. [Porto Alegre]: akb, 2008.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. Até onde irá a crise financeira. In: PRIMEIRO dossiê de textos marxistas sobre a crise atual. [São Paulo]: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2008a.

_____. El fin de um ciclo. Alcance e rumbo de la crisis financiera. In: PRIMEIRO dossiê de textos marxistas sobre a crise atual. [São Paulo]: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2008b.

FERRARI FILHO, F. F.; PAULA, L. F. de. Pode "Ela" acontecer de novo? In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. *Dossiê da Crise*. [Porto Alegre]: akb, 2008.

GOMES, Kristina. O início da crise financeira mundial. *Diário Popular*. Disponível em: <<http://www.diariopopularpr.com.br/joomla/>>. Acesso em: dez. 2008; 3 maio 2009.

KONDRATIEFF, Nikolai D. Los grandes ciclos de la vida económica. In: HABERLER, Gottfried. *Ensayos sobre el Ciclo Económico*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1956.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

PEREIRA, L. C. B. Crise e recuperação da confiança. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. *Dossiê da Crise*. [Porto Alegre]: akb, 2008.

RATTNER, Henrique. Globalização: Em direção a um mundo só? *Estudos Avançados*, v. 9, n. 25, 1995.

SOUZA, Donaldo Bello. Globalização, a mão invisível do mercado mundializada nos bolsões da desigualdade social. *Boletim técnico do SENAC*, v. 22, n. 2, maio/ago. 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Boletim Técnico. Pesquisa de Emprego e Desemprego*. Salvador: SEI, 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

_____. *Boletim Técnico. Pesquisa Industrial Mensal*. Salvador: SEI, 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2009.





Desafios da gestão brasileira de recursos humanos na administração pública federal

Iara Pinto Cardoso^A

A administração pública brasileira vem passando, já há alguns anos, por um processo de modernização que possui diretrizes de funcionamento baseadas nos recursos humanos públicos, por meio de ações com foco no cliente-cidadão e gestão por resultados. Exemplos disso foram o Plano Diretor de Reforma do Estado e a própria Constituição Federal de 1988, que estabeleceu, ainda nos seus capítulos iniciais, premissas para a administração de recursos humanos brasileira, tais como os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (SANCHEZ; LIMA; LORIGADOS, 2006).

De acordo com Coutinho (2000), é importante que as organizações públicas brasileiras incorporem valores, atitudes e crenças semelhantes às novas práticas empresariais, pautadas em transparência, confiança e apoio entre o Estado e a sociedade. Mas vale a pena ressaltar que, para empreender mudanças eficazes na gestão pública, é preciso notar que existem enormes diferenças entre a realidade, a estrutura e a cultura das organizações públicas e privadas. Isso faz com que técnicas capazes de alcançar resultados na gestão privada, na maioria das vezes, não deem o mesmo resultado nas organizações públicas.

O que se sabe é que o grande objetivo do processo de modernização da administração de recursos humanos brasileira é o fortalecimento do núcleo estratégico do Estado, por meio de carreiras e da capacitação

^A Especialista em Gestão Pública e Planejamento de Projetos pela Visconde de Cairu; graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). iaracardoso@sei.ba.gov.br

dos servidores (BRESSER-PEREIRA, 1998), com características profissionais e rotinas de trabalho completamente distintas daquelas dos empregados privados. Mesmo ultrapassando uma série de desafios, o processo de modernização visa dotar os recursos humanos públicos de competências gerenciais capazes de deixá-los mais satisfeitos, motivados e capazes, também, de criar condições para ampliar os serviços prestados à sociedade.

Com base no que foi exposto, pode-se dizer que o problema de pesquisa formulado para o presente estudo é: “Quais os principais desafios da gestão de recursos humanos na administração pública federal brasileira”? O objetivo principal consiste em verificar os principais desafios da gestão de recursos humanos na administração pública federal brasileira. Já os objetivos secundários podem ser apresentados como compreender a estrutura da administração pública federal brasileira; entender o processo de modernização da administração pública e situá-la perante outras administrações ao redor do mundo; analisar as características marcantes dos servidores públicos federais brasileiros e expor casos de órgãos públicos brasileiros que vêm empreendendo uma gestão de pessoal eficaz.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O advento da globalização e diversos outros que vieram transformando o mundo e o Brasil fizeram com que uma nova mentalidade fosse introduzida no setor público. Atualmente, a administração pública vem buscando um modelo de gestão que propicie ganhos de eficiência e maior participação da sociedade, de forma que as suas demandas sejam devidamente supridas (FERREIRA; GOMES; ARAÚJO, 2008). Essa busca por qualidade e por resultados cada vez melhores termina por impor à administração pública desafios de trabalho, principalmente no que tange à gestão dos seus recursos humanos.

A estrutura da administração pública é dividida em direta e indireta. A administração direta inclui todos os órgãos vinculados à União, aos estados, ao distrito federal e aos municípios. Por outro lado, a indireta envolve as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas. Aqueles recursos humanos que trabalham para a administração direta e para as autarquias

A administração pública vem buscando um modelo de gestão que propicie ganhos de eficiência e maior participação da sociedade, de forma que as suas demandas sejam devidamente supridas

e fundações públicas são chamados de estatutários ou servidores públicos, enquanto que aqueles que trabalham para as sociedades de economia mista e para as empresas públicas são chamados de celetistas ou empregados públicos. Neste artigo, serão abordados apenas os servidores públicos ligados à administração direta federal (que foram aprovados em concurso público). Não serão mencionados, portanto, os agentes públicos (prestadores de serviço, agentes políticos, dentre outros).

Com a Constituição Federal de 1988, foram estabelecidos cinco princípios para a administração pública direta e indireta nas diversas esferas (municípios, estados, distrito federal e União): legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dentre eles, é importante citar, em especial, a eficiência, princípio que mostra uma intenção de tornar o atendimento público – e, de forma indireta, a gestão de pessoal pública – cada vez melhor e mais capaz de proporcionar os resultados esperados pela população.

TRANSFORMAÇÕES SOFRIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conforme citado anteriormente, a estrutura da administração pública e o enfoque nos seus recursos humanos mudaram muito ao longo do tempo. De acordo com Bresser-Pereira (1998), as maiores transformações na gestão de recursos humanos no setor público ocorreram depois da crise fiscal do Estado e das exigências dos brasileiros

por eficiência e eficácia como retorno da administração pública. Esses marcos podem ser vistos como o início da cadeia de transformações da gestão de pessoas na administração pública. O governo federal, por exemplo, vem demonstrando grande interesse em profissionalizar os seus recursos humanos, porém, os resultados ainda não são tão visíveis quanto o esperado.

Com base em Ferreira, Gomes e Araújo (2008), é importante que a administração pública não se mantenha alheia ao ambiente em constante transformação que a envolve. Faz-se necessário que reconheça os pontos que precisam melhorar – pontos em defasagem – para, a partir disso, desenvolver meios alinhados à realidade em que se encontra. Um exemplo disso foi o plano diretor realizado pelo governo federal, em conjunto com o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, o qual apresentou, em 2002, uma política de recursos humanos que contemplava uma série de mudanças para a administração.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NO SERVIÇO PÚBLICO

Atualmente, pode-se dizer que a gestão de recursos humanos no serviço público tem como objetivo adequar os ideais da administração pública gerencial à realidade dos servidores públicos. Assim, propõe-se uma maneira mais flexível de administrar os recursos humanos pelo fortalecimento das carreiras e da capacitação dos

Atualmente, pode-se dizer que a gestão de recursos humanos no serviço público tem como objetivo adequar os ideais da administração pública gerencial à realidade dos servidores públicos

servidores. A obtenção e a manutenção de um quadro de servidores bem formados, capacitados e motivados se transformam em finalidade primordial a ser perseguida pelos órgãos, que, por sua vez, são cobrados por eficiência por parte de uma sociedade cada vez mais consciente sobre o papel do Estado contemporâneo.

GESTÃO PÚBLICA *VERSUS* GESTÃO PRIVADA DE RECURSOS HUMANOS

O contexto que envolve a administração pública mostra que atualmente há uma maior cobrança para que ela faça uso de ferramentas utilizadas pelo setor privado. Ao fazer uma comparação entre a gestão pública e a privada, é possível dizer que as organizações públicas têm como diferença o fato de ter de se submeter a leis específicas e a determinações políticas que as privadas não têm.

Outra diferença entre elas está ligada à divulgação dos seus atos. Enquanto a administração pública é obrigada a divulgar tudo o que faz – principalmente no que tange a questões de pessoal (concursos) e a questões de compras (licitações) –, as empresas privadas não têm a obrigação de informar publicamente as suas ações, nem mesmo aquelas ligadas à sociedade.

No que se refere à administração de recursos humanos do setor público, é possível dizer que possui peculiaridades que as organizações privadas não têm, na maioria das vezes provenientes da própria natureza dos seus órgãos. Dentre tais peculiaridades, é possível citar os instrumentos utilizados para fins de recrutamento, seleção e contratação; as políticas de remuneração; os métodos de avaliação de desempenho; dentre outros. Enquanto nas organizações privadas o recrutamento é dirigido para determinado segmento da população (o que privilegia as diferenças entre as pessoas), na administração pública o recrutamento sofre influência do princípio da isonomia, o que faz com que quaisquer indivíduos (desde que satisfaçam as condições mínimas) possam pleitear igualmente os cargos públicos.

Dando continuidade à comparação entre a administração pública e as organizações privadas, principalmente no que

tange aos postos de trabalho disponíveis, é possível dizer que, ao contrário do que pensa a maioria das pessoas, a máquina estatal brasileira não é inchada. De acordo com Americano (2009), que utilizou como base uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ainda há espaço na administração federal brasileira para criação de cargos, principalmente no segmento educacional. Comparado a outras nações, o Brasil é um dos países que têm menor número de postos de trabalho públicos em relação ao número total de postos de trabalho (privados e públicos), o que pode ser visualizado na tabela abaixo. Transpondo essa questão para o lado financeiro, pode-se dizer que, em termos de custos, ocorre o mesmo, ou seja, o peso do serviço público no orçamento brasileiro é 15% menor do que, por exemplo, o peso do serviço público no orçamento americano (AMERICANO, 2009).

Apesar do que foi demonstrado na Tabela 1, vale a pena citar que, de qualquer forma, o número de cargos públicos vem crescendo no país, principalmente aqueles ocupados por servidores estatutários. Trata-se de um

Tabela 1
Total dos cargos públicos versus total dos postos de trabalho

Países	Percentual dos cargos públicos comparados ao total dos postos de trabalho do país
Brasil	10,7%
Dinamarca	39,2%
Estados Unidos	14,3%
Canadá	16,3%

Fonte: AMERICANO, C. A. *Máquina estatal não é "inchada"*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 2009.

Comparado a outras nações, o Brasil é um dos países que têm menor número de postos de trabalho públicos em relação ao número total de postos de trabalho (privados e públicos)

ponto positivo, já que proporciona maior estruturação da máquina pública. Isso causa um desafio para a administração: gerir o aumento do número de cargos públicos, a fim de permitir que eles cresçam ordenadamente e proporcionem melhores resultados aos serviços prestados à sociedade. Como se pode perceber, existe grande cobrança por parte da sociedade no que tange aos serviços públicos oferecidos pelo Estado, o que envolve também uma imensa expectativa em torno dos seus recursos humanos e gera, por consequência, desafios cada vez maiores à gestão pública de pessoal.

DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA DE PESSOAL

Além do desafio acima citado, o governo federal, no que tange à gestão de pessoal, tem a dificuldade de criar uma política integrada e abrangente, capaz de proporcionar maior organização e coesão à administração pública como um todo. Já segundo Balassiano (2008), os principais desafios da administração federal, no que tange aos seus recursos humanos, podem ser resumidos como a dificuldade do Estado atrair e manter número crescente de talentos em seus quadros funcionais, a preocupação de ofertar condições para maior mobilidade dos servidores dentro das diferentes áreas do serviço público, a necessidade de adequar o quadro funcional ao tamanho ideal do governo e a obrigatoriedade de conciliar os gastos com pessoal com o orçamento designado para cada esfera do governo.

Pode-se dizer que, atualmente, um dos grandes desafios da administração pública é modernizar os seus processos – ainda burocráticos – por meio de uma política de profissionalização. Isso quer dizer que é necessária a realização de novas políticas de carreiras, de concursos, de educação continuada e de administração de salários. Tudo em paralelo com a implantação de uma cultura gerencial baseada em avaliações de desempenho. De fato, isso é mais viável nos dias atuais. Afinal, anos atrás, o perfil dos servidores públicos era completamente diferente. As dificuldades do mercado e a falta de empregos causam o aumento da concorrência por um cargo público – principalmente os federais –, o que faz com que pessoas cada vez mais qualificadas ocupem os cargos disponíveis. Essa

Além dos desafios já citados, de cunho mais macro, é possível citar outros, vistos sob o ponto de vista micro, que também influenciam a profissionalização da gestão pública de recursos humanos

mudança no perfil dos servidores públicos, sem dúvidas, proporciona a profissionalização e a especialização da gestão pública de recursos humanos.

Além dos desafios já citados, de cunho mais macro, é possível citar outros, vistos sob o ponto de vista micro, que também influenciam a profissionalização da gestão pública de recursos humanos. Dentre eles, tem-se a legislação excessiva utilizada pelo governo, a má elaboração dos processos de trabalho, a ausência da tecnologia da informação necessária e, ainda, a incompetência gerencial de alguns servidores públicos – seja por falta de capacitação pessoal, seja por falta do treinamento adequado (JOSÉ, 2009).

Ao abordar a incompetência gerencial da grande maioria dos servidores públicos, vale a pena falar sobre a importância da administração gerencial¹. De acordo com Bresser-Pereira (1997), tal perfil de administração busca adequar os órgãos públicos às contingências específicas de lugar e momento, priorizando resultados. Busca, também, implantar mecanismos de concorrência administrada, a fim de aprofundar os ganhos de eficiência. Sua implantação é um desafio constante para a administração, já que, de certa forma, se configura em uma oposição à administração burocrática, prevendo

instituições menos hierarquizadas e contando com o máximo grau de envolvimento dos servidores.

Ao sanar o importante desafio da implantação de ações gerenciais na administração pública federal, um novo contexto, completamente diferente daquele observado na administração burocrática, será demandado à gestão de recursos humanos. Nesse novo contexto, será necessário um sistema que seja suficientemente dinâmico para acomodar as permanentes mudanças nas demandas sociais e, ao mesmo tempo, que seja capaz de aprofundar novas perspectivas nos valores e sentimentos permanentes que envolvem o interesse público (BRESSER-PEREIRA, 1997).

SUPERAÇÃO DE DESAFIOS NA GESTÃO PÚBLICA DE PESSOAL

Ao abordar os desafios relacionados à gestão de pessoas na administração pública, é possível dizer que, no geral, os órgãos públicos não possuem setores estruturados voltados à gestão de recursos humanos, o que é uma desvantagem e gera, portanto, outro desafio para a gestão pública. Exceção a essa regra é o Tribunal Superior do Trabalho – instância máxima da justiça do trabalho. Esse órgão investe em uma boa gestão de recursos humanos e, para tanto, conta com setores específicos para cuidar do treinamento e do desenvolvimento de pessoal. O setor responsável pela gestão de pessoas no Superior do Trabalho chama-se Coordenadoria de Desenvolvimento

No geral, os órgãos públicos não possuem setores estruturados voltados à gestão de recursos humanos, o que é uma desvantagem e gera, portanto, outro desafio para a gestão pública

¹ De acordo com Bresser-Pereira e Peter Spink (1998), a abordagem gerencial, também conhecida como “nova administração pública”, parte do reconhecimento de que os estados democráticos contemporâneos não são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos, mas formulam e implementam políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades, tanto na área social quanto na científica e tecnológica.

de Pessoas e tem a seguinte missão: “Contribuir para o alcance da missão institucional, oferecendo meios para o aprimoramento do desempenho organizacional e profissional e para a valorização dos servidores do TST”.

O exemplo acima citado mostra a importância do investimento nos servidores públicos, a fim de se conseguir uma gestão de pessoal eficaz. Nesse contexto, vale a pena citar que o Tribunal Superior também realiza, assim como diversas empresas privadas, investimentos em programas de educação corporativa. Isso é importante porque tais programas são uma forma de proporcionar aos servidores a aquisição e o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos, habilidades e atitudes, resultando, assim, em um bom desempenho. De acordo com o citado órgão, a educação corporativa tem como objetivo estimular o servidor para que se comprometa com o seu autodesenvolvimento e com o gerenciamento de sua carreira.

Como se percebe, a criação de um setor específico estruturado para realizar a gestão pública de pessoal é uma tática que pode valer a pena para a administração pública federal. Por meio de setores como este, é possível gerenciar melhor o novo perfil de servidores públicos e, principalmente, enfrentar mais facilmente os desafios impostos à modernização da gestão brasileira de recursos humanos na administração pública federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo após diversas mudanças – relacionadas à estrutura da administração e ao próprio perfil dos servidores públicos –, ainda são inúmeros os desafios que a gestão brasileira de recursos humanos deverá enfrentar na administração pública federal. Entre esses desafios, tem-se a adequação do quadro de servidores ao tamanho da máquina estatal, a conciliação dos gastos com pessoal com o orçamento estipulado para cada esfera de governo, a desburocratização das rotinas de trabalho, a administração do crescimento do número de cargos públicos, dentre outros.

Soluções para esses desafios são inúmeras. Muitas delas já estão sendo tomadas, como, por exemplo, a implantação de setores voltados para a gestão dos servidores públicos. Outras sugestões para os citados desafios

são implantação de planos de carreira específicos que sejam compatíveis com as necessidades do Estado; estabelecimento de políticas voltadas para a captação, desenvolvimento e treinamento de servidores e criação de um plano salarial adequado que seja capaz de estimular o desempenho dos funcionários públicos e, ao mesmo tempo, esteja de acordo com o orçamento estatal.

Além dessas sugestões, seguem abaixo políticas que podem ser realizadas pela administração pública federal a fim de solucionar os desafios impostos à gestão brasileira de recursos humanos.

- a. Planejamento da realização de concursos públicos anuais com base no quantitativo de cargos necessários para suprir as demandas da sociedade.
- b. Recrutamento (via concurso) de servidores com nível de conhecimento específico, capacidade de aprendizado e versatilidade profissional.
- c. Aperfeiçoamento dos meios de avaliação de desempenho e criação de incentivos remuneratórios.
- d. Correção de distorções e fortalecimento dos mecanismos de desenvolvimento nas carreiras públicas.
- e. Criação de um plano capaz de refletir as necessidades da administração pública federal e seus respectivos órgãos, para, a partir disso, capacitar os servidores.
- f. Instituição de projetos voltados para o aperfeiçoamento das competências gerenciais dos recursos humanos públicos.
- g. Implantação de uma administração gerencial que incorpore à administração pública novas competências e novas estratégias administrativas.

Ao implantar essas e outras políticas capazes de solucionar desafios impostos à gestão de pessoal e, com isso, promover a eficácia e eficiência da gestão pública como um todo, será possível, para a administração federal, ampliar e maximizar os serviços públicos prestados à sociedade, proporcionando, assim, a satisfação dos cidadãos.

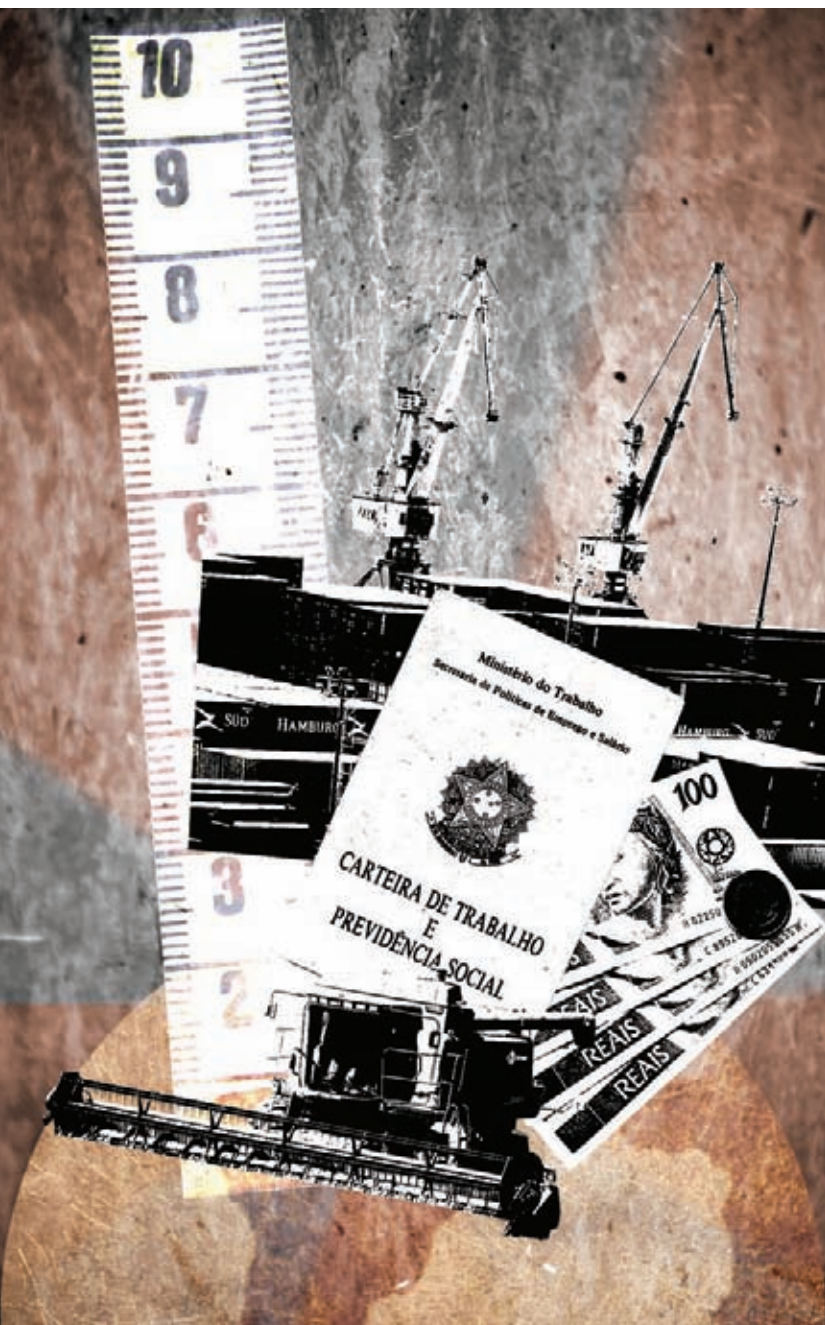
Dando continuidade às considerações finais, serão dadas sugestões para pesquisas futuras relacionadas à gestão pública de pessoal. Dentre elas, sugere-se a realização de uma análise mais aprofundada das diferenças entre a administração pública e a privada e de um estudo mais detalhado do novo perfil dos servidores públicos que vêm ingressando na administração pública federal. Com isso, será possível um melhor entendimento das peculiaridades da estrutura pública federal e dos seus recursos humanos, possibilitando, assim, uma gestão de pessoal mais eficaz para a administração pública como um todo.

REFERÊNCIAS

- AMERICANO, Ana Cecília. Máquina estatal não é "inchada", diz Ipea. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 31 mar. 2009. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=8731. Acesso em: 07 jul. 2009.
- BALASSIANO, M. Planejamento prospectivo de carreiras no setor público. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 13., 2008. [Anais ...] Argentina, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, L. *Reforma do Estado para a cidadania – A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo, 1998. p. 268.
- BRESSER-PEREIRA, L. *A nova política de recursos humanos*. Brasília, 1997. (Caderno MARE de Reforma do Estado, 11).
- BRESSER-PEREIRA, L.; SPINK, P. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- COUTINHO, M. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico conceitual. *Revista do Serviço Público*, n. 3, p. 41-73, 2000.
- FERREIRA, M.; GOMES, F.; ARAÚJO, R. *Gestão de pessoas no setor público: um estudo dos níveis de conflito a partir da visão interacionista*. Associação Nacional de Pesquisa em Administração, 2008.
- JOSÉ, D. *Desafios da gestão de pessoas na Administração Pública*. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/desafios_da_gestao_de_pessoas_na_administracao_publica/30347/>, maio de 2009>. Acesso em: 7 jul. 2009.
- LEMONS, M. *Gestão de pessoas na administração pública*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- REGENSTEINER, R. *Semelhanças e diferenças entre gestão privada e gestão pública*. 2008. Comunidade Projeto Brasil: pensando o longo prazo.
- SANCHEZ, A.; LIMA, F.; LORIGADOS, W. *Administração pública, planejamento e gestão*. São Paulo: Pró-Concurso, 2006. p. 55-71.

Crescimento econômico em contexto de crise: abordagem da recente trajetória brasileira

Vinícius de Araújo Mendes^A
Osmar Sepúlveda^B



A manutenção de um crescimento prolongado é algo não visualizado pelo Brasil nestas últimas décadas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), de 1996 a 2008, o Brasil somente apresentou taxa de crescimento real de seu Produto Interno Bruto (PIB) acima de 5% em 2004 (5,7%), 2007 (5,4%) e 2008 (5,1%).

O objetivo deste artigo é demonstrar que a trajetória de crescimento iniciada em 2006, e finalizada no último trimestre de 2008, mostrou características peculiares e que as bases que conduzirão o desempenho econômico em 2009 e 2010 serão distintas. Entre 2006 e 2008, verificou-se um crescimento econômico com aumento da massa salarial, ganhos reais em virtude do controle inflacionário, diminuição da taxa de desemprego e, de fundamental importância, a formação bruta de capital fixo indicando aumento do nível de investimento da economia. Esses elementos dificilmente estarão presentes, com intensidade significativa, no futuro próximo.

^A Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisador do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). vinimendes@hotmail.com

^B Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); orientador de área do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). osmarg.s@uol.com.br

CRESCIMENTO DA ECONOMIA E FORMAÇÃO DAS EXPECTATIVAS DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL

Comparando-se os anos que, no passado recente, apresentaram crescimento mais elevado, verifica-se que, em 2004, a principal variável de impulsão para a expansão econômica foi a demanda externa, ou seja, o saldo da balança comercial foi mais expressivo para a expansão da economia que a absorção doméstica¹.

Já em 2007 e 2008, o Consumo das Famílias (C) e a Formação Bruta de Capital Fixo, que representa o componente planejado² do Investimento (I), foram responsáveis pela trajetória de crescimento. Com relação ao Consumo das Famílias, seu aumento é explicado pelo incremento da massa salarial, associado à expansão do crédito com recursos livres para pessoas físicas, valorização nominal do câmbio ensejando produtos importados mais baratos, diminuição da taxa de desemprego, incorporando novos consumidores, e programas de repasse de renda, como o Bolsa Família.

Do ponto de vista da Formação Bruta de Capital Fixo, a expansão deveu-se à intensificação do padrão de consumo, provocando um deslocamento de curva de oferta agregada para a satisfação de um novo patamar de

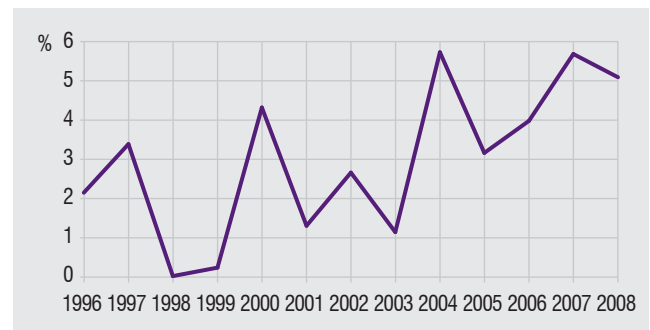


Gráfico 1
PIB: Variação real anual

Fonte: IBGE.

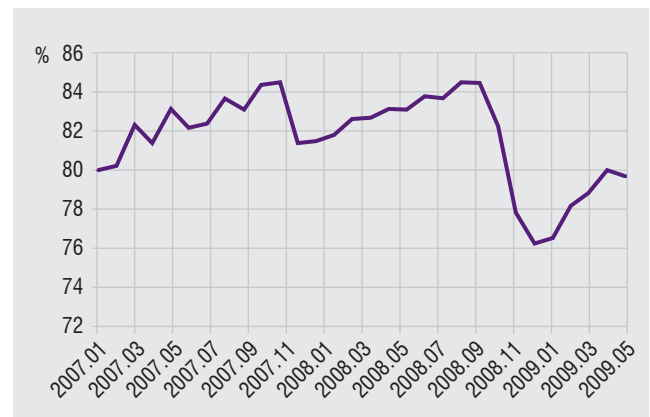


Gráfico 2
Utilização da capacidade instalada industrial

Fonte: CNI.

¹ Admitindo-se a equação de demanda agregada $Y = C + G + I + (X - M)$, $C + G + I$ equivale à absorção doméstica e $(X - M)$ equivale ao saldo da balança comercial (FEIJÓ et al, 2003).

² Investimentos (I) são desagregados em FBCF e Variação de Estoques. Do ponto de vista macroeconômico, parte da literatura considera FBCF como investimento planejado e Variação de Estoques investimento não planejado (VASCONCELLOS; LOPES, 2000).

demanda, além da própria expectativa do empresariado industrial. Nesse contexto, as expectativas dos empresários aumentavam pelos próprios desdobramentos do padrão de consumo, induzindo gastos com investimentos.

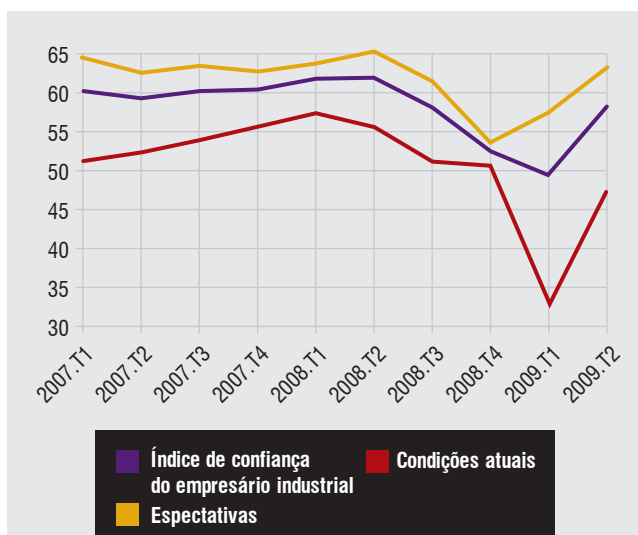


Gráfico 3
Índice de confiança do empresário industrial

Fonte: CNI.

Dois indicadores que revelam as expectativas do empresário industrial durante 2007 e 2008 são o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) e o Nível de Confiança do Empresário Industrial (NCEI). Em relação ao NUCI, é clara a tendência ascendente, dada a inclinação da curva que projeta a série do índice. Em novembro de 2007, o NUCI atingiu o seu maior valor em 30 anos pela série da Confederação Nacional da Indústria, o que indicava a necessidade de se ampliar a oferta agregada no curto prazo (CAPACIDADE ..., 2007). Assim, o segmento dos Bens de Capital foi, no período em questão, a categoria de uso industrial que mais cresceu, enquanto, no âmbito do trabalho, verificava-se o aumento das contratações e das horas extras.

A expectativa do empresário industrial manteve-se, entre 2007 e 2008, acima de 50, o que significa um patamar confiante e positivo. Do ponto de vista da trajetória, as condições que favoreciam a elevação do consumo aceleraram durante o período, possibilitando uma melhora do indicador global. No entanto, assim como se verificou para o Produto Interno Bruto uma forte desaceleração no último trimestre de 2008, constatou-se também o mesmo comportamento para o NUCI e para a expectativa do empresariado industrial. Evidentemente, a mudança de comportamento derivou da crise financeira internacional, que teve como epicentro o setor financeiro americano, que propagou o processo na negociação de "títulos podres" por meio do mecanismo de

As teorias que tentavam formatar uma nova cara para o capitalismo, em sua vertente pós-industrial, esbarraram na importância da indústria no desenvolvimento capitalista, visto que os desdobramentos da crise impactaram diretamente neste setor econômico

derivativos, contaminando o sistema produtivo e propagando-se mundialmente. Esse processo criou um ambiente de incertezas, gerando uma crise de confiança, o que acabaria por conduzir a uma retração da demanda mundial, diminuição da liquidez internacional e o encerramento da fase ascendente do ciclo econômico que beneficiara a recente alavancagem da economia brasileira.

Como ensinou o economista austríaco Joseph Schumpeter (1988), a economia capitalista desenvolve-se em ciclos econômicos de longo prazo, que duram, em média, 50 anos. Ao se estabelecer uma crise paradigmática, há a necessidade de uma transição não linear pautada em incertezas. Dentro desse processo, o que se vislumbra é uma reestruturação produtiva, como se verificou na mudança do paradigma fordista para o paradigma das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Poder-se-ia então supor que a atual crise remete a um reajuste estrutural do capitalismo, que, no seu processo dinâmico, torna necessárias mudanças para mais um novo ciclo econômico de longo prazo.

As teorias que tentavam formatar uma nova cara para o capitalismo, em sua vertente pós-industrial, esbarraram na importância da indústria no desenvolvimento capitalista, visto que os desdobramentos da crise impactaram diretamente neste setor econômico. No caso brasileiro, as políticas anticíclicas voltadas para a ativação da demanda efetiva, elevação do nível agregado da renda, produto e dispêndio,

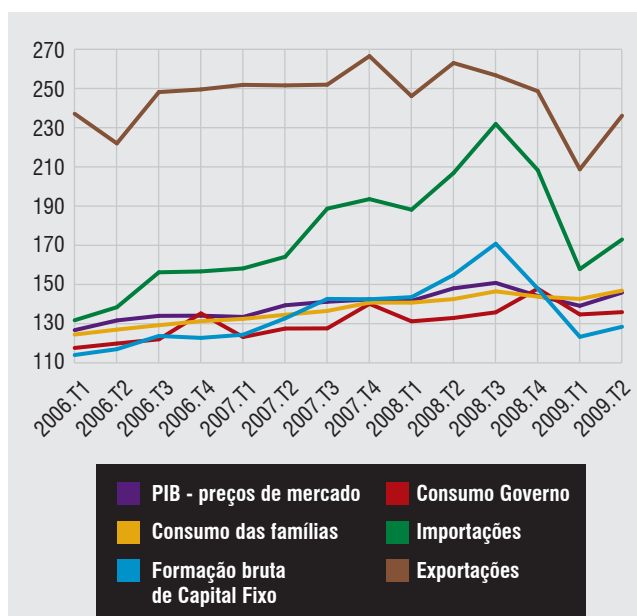


Gráfico 4
PIB pela óptica da demanda: índice encadeado
(média 1995 = 100)

Fonte: IBGE.

tiveram como foco justamente setores da indústria de transformação e, em especial, aqueles que mais puxavam o crescimento do PIB antes da crise: o de bens de consumo durável e, em particular, o setor automobilístico.

Como já foi dito, pelo lado da demanda, os fatores que vinham impulsionando o crescimento econômico brasileiro eram o Consumo das Famílias e a FBCF. Com a interrupção do crescimento, entre o terceiro e o quarto trimestres de 2008, verificou-se uma profunda queda da taxa de investimento da economia brasileira. Com a reversão das expectativas relativas à demanda, o efeito cumulativo de uma sequência de taxas de dois dígitos da FBCF esbarra na necessidade de se ajustar a produção a um patamar abaixo do que se estava trabalhando. Como consequência, a saída da trajetória de crescimento implicava a entrada no ciclo de estoques, decorrente da produção acima da demanda. Por consequência, verificou-se uma queda na FBCF e na quantidade de horas trabalhadas, com férias prolongadas e demissões, entre outras medidas de ajuste por parte das empresas.

Ocorre, ademais, queda, tanto das exportações quanto das importações, refletindo a dinâmica do comércio

exterior em função da crise internacional e o próprio ajuste interno. Pode-se dizer que o Brasil sofreu pressão em suas contas externas por dois mecanismos: um pela conta corrente e outro pela conta capital. Flutuações do dólar pela grande fuga de capital e ajuste da balança comercial pela retração da demanda, diminuição dos preços internacionalmente determinados das *commodities*, além do efeito “câmbio flutuante” em contexto de crise para as contas de serviços e rendas.

Assim, interrompe-se a trajetória de expansão da economia pela ótica da demanda doméstica, com o consumo em alta, explicado pela elevação da massa salarial, do controle inflacionário que influencia os ganhos reais, forte elevação do nível de crédito e incorporação de camadas populacionais a um novo padrão de consumo, seja pela contratação no mercado de trabalho, seja por programas sociais de transferência de renda. No que diz respeito à expansão da taxa de FBCF, ela ocorre via ampliação da produção de bens de capital, mas também pela sua importação estimulada pela vantagem comparativa provocada pela valorização nominal do câmbio.

O contexto econômico descrito reafirma a importância econômica da indústria e do mercado interno para a trajetória de crescimento, sobretudo pelos efeitos sociais provocados com a absorção de novas pessoas pelo mercado de trabalho e o consequente aumento do consumo ensejado por um maior nível de renda³. Dificilmente as projeções de crescimento econômico da economia brasileira para 2009 e 2010 poderão ser construídas sobre as mesmas bases que conduziram este processo em 2007 e 2008 frente ao arrefecimento da demanda doméstica, já não mais impulsionada por altas taxas de consumo e investimento.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA E FISCAL NA EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO

Dado o cenário de crise, destaca-se no contexto internacional a utilização de medidas macroeconômicas de

³ Ou uma ampliação de sua restrição orçamentária.

natureza anticíclica. Verifica-se, em nível mundial, a utilização de uma conduta expansionista, particularmente pela diminuição da taxa referencial de juros por parte dos bancos centrais. No entanto, dados os níveis baixos dessas taxas e a inflação de alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, as sucessivas quedas da taxa referencial de juros provocaram uma tendência a zero da taxa deflacionada pelo índice de preço, o que, com a dificuldade de resposta do lado real da economia na obtenção de melhores indicadores para o nível de atividade, cria um cenário de armadilha da liquidez. Em alguns casos, a estratégia anticíclica incluiu a adoção de políticas fiscais, de redução de impostos diretos e transferências de renda, na tentativa de provocar uma elevação do consumo, como também de impostos indiretos, diminuindo o preço do produto ao consumidor final, para aumentar a demanda e estimular a economia. No caso brasileiro, verificou-se resposta rápida à adoção dessas políticas, particularmente no que diz respeito à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que estimulou a demanda por automóveis, além de outros bens duráveis, tendo impacto a montante e a jusante na cadeia produtiva⁴

Ainda com relação ao caso brasileiro, caberiam algumas reflexões sobre as medidas adotadas:

há espaço, nas contas governamentais, para uma renúncia tributária, ou seja, quais as consequências da perda de arrecadação tributária visando ativar a demanda retraída? Os gastos com o serviço da dívida impõem limitações à estratégia governamental de manutenção de uma postura fiscal expansionista? A postura ortodoxa conduzida pelo Banco Central do Brasil durante o período analisado anterior à crise, de taxas de juros elevadas, que se justificariam pelas variações no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo com estabilidade do núcleo do índice, vinha impactando as contas governamentais e o próprio estoque da dívida pública, gerando a necessidade de um maior esforço governamental para a realização do serviço da dívida. A

A estratégia anticíclica incluiu a adoção de políticas fiscais, de redução de impostos diretos e transferências de renda, na tentativa de provocar uma elevação do consumo, como também de impostos indiretos

atual reversão dessa política pode gerar certo alívio que contrabalance a perda de arrecadação em função das medidas de renúncia fiscal mencionadas.

Com a queda dos indicadores de inflação em nível mundial, e o Brasil não constituiu exceção, a postura adotada pelo Banco Central do Brasil – que, na eclosão da crise, atuara na contramão do mundo, elevando a taxa referencial – foi iniciar uma sucessão de reduções da Selic desde janeiro de 2009, já interrompida na reunião de setembro deste ano. Desde a reunião de número 143 (julho de 2009), com taxa de 9,25% a.a., o Brasil chegou a um patamar de juros reais abaixo de 5%, algo histórico e comemorado por alguns grupos de interesse, como a Fiesp, a CNI e a Fecomércio-SP. Um processo sequencial de reduções da taxa Selic impacta os títulos públicos pós-fixados, diminuindo a necessidade de financiamento do setor público e liberando recursos para a adoção de estratégias expansionistas, do ponto de vista fiscal, para ativação da demanda. Atua também na formulação das expectativas dos empresários, o que pode criar algum espaço para a recuperação da economia.

As possibilidades de manutenção de uma postura menos ortodoxa por parte do Banco Central são confirmadas pelos dados do IPCA e suas projeções para 2009. Admitindo um comportamento tendencial, há uma perspectiva de inflação para o final de 2009 de 4,36%, ou seja, abaixo do centro da meta, que é 4,5%. Nesse caso, haveria espaço para a continuidade das quedas da taxa Selic, com impacto favorável no que diz respeito à diminuição do esforço envidado para o pagamento de juros.

⁴ Para um melhor detalhamento das políticas de redução de impostos, vide Mendes e Almeida (2009). Cenário de crise e políticas macroeconômicas – eficácia da política fiscal sendo limitada pelos reflexos do alto custo orçamentário da política monetária. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/artigos/Inflacao_Politica_Monetaria_e_Fiscal/2009/default.asp>

CONCLUSÃO

A queda dos indicadores de preço reflete, para o Brasil, um efeito de fatores exógenos, pois se verificou como tendência mundial e foi internalizado pela economia brasileira, principalmente no que se relaciona à retração da demanda interna. Assim, em um contexto de crise, a tendência é de baixa pressão inflacionária e, portanto, de fixação da taxa referencial de juros em um patamar abaixo do que se verificou nos últimos anos. Entretanto, essa relativa mudança de postura por parte do Banco Central ocorre com defasagem temporal, pois, durante a trajetória de crescimento econômico de 2007 a 2008, não foram adotadas medidas de política monetária que possibilitassem uma menor flutuação cambial e um aumento da taxa de investimento mais significativo. O controle inflacionário, ainda que de fundamental importância para a estabilidade macroeconômica, não é, em um país com profundas distorções, como concentração de renda, terra e mercado, somente reflexo da taxa de juros. Os fatores mencionados não foram considerados nas últimas décadas e acabam por impactar diretamente o modelo (FILGUEIRAS, 2006).

A postura da política monetária, que impacta o câmbio e as contas governamentais, não se ajustou com a necessidade de crescimento, admitindo como única prioridade o controle inflacionário. Assim, as bases que favoreceram um padrão de crescimento econômico entre 2007 e 2008 não foram fortalecidas visando à manutenção da trajetória. No contexto de crise, uma política fiscal tendo como foco a reabilitação do consumo e da demanda contraída é fortemente influenciada pelos altos custos da política monetária de juros altos. Isso porque ela própria é inibidora da demanda e também porque, com a necessidade de cobrir os custos financeiros da dívida, o governo perde autonomia na prática de uma política fiscal anticíclica.

Alternativas que não centrem o debate na perspectiva monetarista e uma postura menos rígida do Banco Central poderiam romper com os microciclos e conduzir a uma rota mais dinâmica e consistente de crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL (Brasil). *Ata do COPOM*. 144ª reunião. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/?COPOM144>>. Acesso em: 5 ago. 2009.
- CAPACIDADE instalada chega a 87%. *Valor Econômico*, São Paulo, 1-4 nov. 2007. Caderno A, p. 4.
- IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais*. Publicação Completa. Primeiro Trimestre de 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 11 ago. 2009.
- _____. Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 11 ago. 2009.
- FEIJO, Carmem Aparecida et al. *Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MENDES, Vinícius A; ALMEIDA, Ana S. *Cenário de crise e políticas macroeconômicas* – eficácia da política fiscal sendo limitada pelos reflexos do alto custo orçamentário da política monetária. [Salvador]: NEC, 2009. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/artigos/Inflacao_Politica_Monetaria_e_Fiscal/2009/default.asp>. 8 jul. 2009.
- _____. *Políticas macroeconômicas e seus impactos* – cenário de uma postura heterodoxa retardatária do BACEN e os limites orçamentários da política fiscal. [Salvador]: NEC, 2009. Disponível: <http://www.nec.ufba.br/artigos/Inflacao_Politica_Monetaria_e_Fiscal/2009/default.asp>. 8 jul. 2009.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- VASCONCELLOS, Marco A. S.; LOPES, Luiz M. *Manual de macroeconomia* – nível básico e nível intermediário. Atlas, 2000.





A educação e a teoria econômica: uma abordagem ortodoxa

Urandi Roberto Paiva Freitas^A

A educação sempre foi discutida e considerada um fator que enobrece a alma humana, bem como um elemento que possibilita ao indivíduo aumentar a capacidade de interagir de forma produtiva com o meio em que vive, gerando, assim, benefícios tanto para si como para sociedade como um todo (CAMPOS, 2002).

Até 1950, a teoria econômica não relacionava a educação com questões salariais, haja vista que, nos seus modelos clássicos, o salário era um fator considerado dado e não adquirido. As análises mais sofisticadas do investimento em educação e treinamento referendadas por Alfred Marshal e Milton Friedman não contemplavam em suas discussões a questão da produtividade.

Somente a partir de 1960, Schultz, Becker e Mincer iniciaram uma reformulação no modelo neoclássico puro, que estava sendo questionado por se mostrar ineficiente para explicar o funcionamento do mercado de trabalho, particularmente no que se referia à persistência das disparidades de rendimentos, ao fenômeno da pobreza, ao elevado nível de desemprego, dentre outros fenômenos. Esses economistas iniciaram uma exploração pioneira sobre implicações do investimento em capital humano nas questões econômicas, tomando como referência as hipóteses neoclássicas.

^A Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). urandifreitas@sei.ba.gov.br

A educação é que faz a diferença na trajetória para o desenvolvimento econômico, uma vez que alguns países detêm um grande aporte de recursos materiais e naturais e, no entanto, não conseguem trilhar o progresso econômico

A teoria do capital humano pode ser entendida em sua essência a partir de duas dimensões que se completam. No plano macroeconômico, o principal autor foi Theodore Schultz, que, nos anos de 1950, realizou uma grande pesquisa em escala mundial em conjunto com a Unesco. O estudo versou sobre a situação educacional dos países e seu impacto sobre o desenvolvimento econômico.

Theodore Schultz, professor da Escola de Chicago e prêmio Nobel de Economia em 1979, começou sua pesquisa analisando a estrutura educacional de países pobres e ricos de todos os continentes do mundo. Ao longo de vários anos de intensa pesquisa, Schultz constatou que, quanto maior a riqueza de um país, melhor é o padrão de instrução de sua população e, conseqüentemente, menores as taxas de analfabetismo. A partir dessa verificação, o economista chega a uma conclusão preliminar, qual seja, que a educação é que faz a diferença na trajetória para o desenvolvimento econômico, uma vez que alguns países detêm um grande aporte de recursos materiais e naturais e, no entanto, não conseguem trilhar o progresso econômico.

Com base nessa premissa, Schultz (1975) advoga que há uma relação intrínseca entre escolarização e riqueza. Neste sentido, salienta que países que têm maiores recursos financeiros investem mais na educação de indivíduos na expectativa de que esse investimento seja traduzido em aumento de produtividade e, posteriormente, revertido em benefícios econômicos para o país. Para Schultz (1975), o investimento em capital humano não se limita apenas à

melhoria da estrutura educacional, mas alcança também o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas que são produzidas, sobretudo, pelas universidades. O raciocínio, subjacente à premissa supracitada, é que, investindo em capital humano, o país gera rendimentos crescentes pelo conhecimento que pode ser aumentado, conservado e transmitido. Em suma, o país que investe mais em educação e em investigação de pesquisa científica pode aspirar ao progresso econômico mais depressa.

No plano microeconômico, destaque para Becker (1993) e Mincer (1974), que investigaram por meio de uma pesquisa empírica utilizando dados do censo americano e aplicando métodos estatísticos às taxas de retorno da educação. Eles fizeram uma análise custo-benefício baseada no custo de oportunidade e a decisão de investimento em capital humano, tomando como ponto de partida o agente representativo.

O modelo neoclássico tradicional do mercado de trabalho salienta que os rendimentos são regidos por leis de mercado, ou seja, pela interação entre oferta e demanda de mão de obra. No equilíbrio de mercado, cada indivíduo é remunerado de acordo com sua produtividade marginal à produção de bens e serviço na economia. Portanto, os trabalhadores auferem remuneração equivalente à sua contribuição econômica para a empresa e essa contribuição será tanto maior quanto mais qualificado for o trabalhador. Esse raciocínio está no limiar da teoria do capital humano.

Conforme Mincer (1974), a teoria do capital humano apresenta-se sob duas perspectivas bem articuladas. Na primeira, a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento da produtividade e geração de externalidades positivas no sentido de contribuir para uma maior transmissão do conhecimento. A qualidade da mão de obra obtida graças à formação escolar e profissional potencializaria a capacidade de trabalho e de produção do trabalhador. Os acréscimos marginais com a maior qualificação proporcionariam incrementos superiores da capacidade produtiva, que permitiriam ganhos para a empresa e também para os trabalhadores. Na segunda perspectiva, a teoria do capital humano destaca as estratégias individuais com relação aos meios e fins. Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu capital pessoal,

avaliando se o investimento e o esforço empregados seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado de trabalho no futuro.

De acordo com os precursores da teoria do capital humano – Schultz, Becker, Mincer –, os indivíduos possuem certas características pessoais – algumas derivadas da própria natureza humana, como as aptidões e habilidades, e outras que vão sendo incorporadas ao longo da vida, por meio de educação formal e formação profissional, que contribuem, em última instância, para o incremento de sua produtividade e, conseqüentemente, dos salários auferidos ao longo de seu ciclo de vida ativa. Assim, o salário de um trabalhador seria igual ao produto marginal de seu trabalho. Foi este corolário que estabeleceu a correlação entre estoque de capital humano e o nível de taxas salariais aplicáveis no mercado de trabalho.

A teoria do capital humano incrementou valor à teoria do *mainstream* ao admitir a heterogeneidade do fator trabalho. Com base nessa premissa, considera o investimento em capital humano como fator essencialmente explicativo da diferenciação salarial entre trabalhadores dotados de produtividades distintas. São três os principais investimentos em capital humano: educação e profissionalização; saúde e migração, sendo que cada um deles incorre em um tipo de custo diferente. O foco deste estudo será no enfoque microeconômico do capital social e, mais especificamente, no investimento em educação formal e na profissionalização.

Com base nessa premissa, considera o investimento em capital humano como fator essencialmente explicativo da diferenciação salarial entre trabalhadores dotados de produtividades distintas

Na medida em que o trabalhador busca melhores níveis de educação, ele abdica de certa renda em troca de usufruir maiores rendimentos no futuro

A decisão de investir em capital humano baseia-se no cálculo racional intertemporal dos custos e benefícios¹. Em linhas gerais, os benefícios remetem a um maior ganho salarial, maior satisfação no emprego e apreciação pelas atividades e interesses fora do mercado de trabalho. Os principais custos considerados incluem despesas imediatas, como mensalidades escolares, compra de livros e gastos incorridos na busca do emprego e na migração. Ademais, a busca pelo emprego e qualificação envolve perdas psicológicas, dado que é, muitas vezes, desgastante e exige do indivíduo muita perseverança.

Na medida em que o trabalhador busca melhores níveis de educação, ele abdica de certa renda em troca de usufruir maiores rendimentos no futuro. O investimento em educação, portanto, traz ainda um passivo em que subjaz o conceito de custo de oportunidade (EHRENBERG; SMITH, 1995). Isso quer dizer que o indivíduo decidirá investir em capital humano se a taxa de rentabilidade líquida esperada desse investimento for superior ao obtido em investimentos alternativos.

Na verdade, a opção do trabalhador pelo acréscimo de seu capital humano será ditada pelo rendimento esperado desse investimento, auferido ao longo da vida, ponderado

¹ Becker (1993) apresenta a formulação teórica utilizada para verificar os custos e benefícios do investimento em educação e treinamento. A verificação empírica, entretanto, está sujeita a uma série de entraves na mensuração, os quais podem comprometer os resultados, como, por exemplo, a falta de aleatoriedade na escolha da amostra a ser analisada e a não consideração ou o tratamento inadequado de fatores intrínsecos e extrínsecos tanto na educação do indivíduo como no mercado de trabalho. Para uma visão mais pormenorizada desta discussão e as alternativas para sua operacionalização, recomenda-se o trabalho de Schultz (1988).

pelos custos envolvidos, bem como as alternativas a seu dispor. Segundo Mincer (1974), a tendência será realizar esse investimento o mais cedo possível, de modo que o indivíduo maximize, em sua plenitude, os benefícios daí decorrentes. Frequentemente, a decisão de investir é representada em termos algébricos pelo cálculo do valor presente dos retornos esperados da maior qualificação, comparativamente ao investimento total exigido. Assim, se:

$$\frac{B_1}{(1+r)} + \frac{B_2}{(1+r)^2} + \dots + \frac{B_n}{(1+r)^n} \geq I,$$

então ocorre o investimento.

Onde,

B_n = diferencial no ganho por período entre a situação pré e pós-qualificação, no tempo n ;

r = taxa de desconto atribuída ao fator tempo;

I = custo total incorrido no período de qualificação.

De acordo com Ehrenberg Smith (1995), em linhas gerais, os itens da equação acima se associam a quatro quesitos:

- I. *Orientação para o presente ou indivíduos impacientes*: são indivíduos que valorizam mais intensamente os acontecimentos e o consumo no tempo corrente e tendem a exigir uma taxa de desconto mais elevada para a realização do investimento em educação, já que traz custos imediatos. O aumento nesta taxa (r) faz com que o retorno do investimento em educação seja, tomado em valor presente, mais baixo.
- II. *A idade*: em decorrência da maior vida de trabalho restante, ampliando n .
- III. *Os custos*: no lado direito da expressão, quanto menor, mais elevada é a possibilidade de realização do investimento.
- IV. *Os diferenciais de ganhos*: o numerador B , apenas observável em termos financeiros, já que os ganhos psicológicos são de difícil mensuração, implica o aumento esperado no rendimento advindo do maior nível educacional.

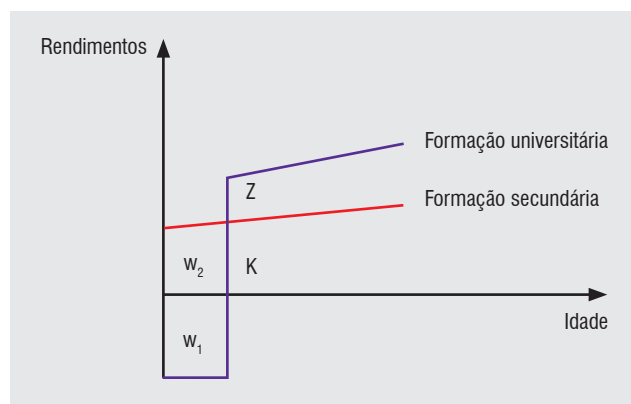


Figura 1
Perfis de diferentes níveis de rendimentos e idade

Fonte: Adaptado (EHRENBURG; SMITH, 1995).

A Figura 1 ilustra uma situação na qual dois indivíduos se deparam com o processo de decisão de investir ou não em capital humano. Por exemplo, um indivíduo que sai da escola secundária e imediatamente adentra o mercado de trabalho inicia sua vida com uma renda positiva, enquanto que um outro indivíduo que decide cursar uma universidade nesse mesmo período vai gozar de uma renda inicial negativa, pois os custos na aquisição do capital humano superam os benefícios. Aquele que escolheu trabalhar pós-escola secundária começa a ter rendimento primeiro que aquele que busca ter curso superior, por causa da dedicação ao trabalho e não aos estudos. Logo, este ocupa a região w_2 e k da figura, ou seja, esta região representa o ganho total durante a vida do trabalhador secundarista. No entanto, o indivíduo que decidiu cursar uma faculdade, iniciando sua vida na região w_1 com renda negativa, com a maturação do estoque de capital e o seu acúmulo, ou seja, investimento em capital humano que é dado pela área w_1 e w_2 , ao ingressar no mercado de trabalho, passará a auferir ganhos superiores ao indivíduo secundarista, ou seja, a área Z , que é exatamente a diferença de ganho proveniente do investimento em capital humano dos dois indivíduos.

No contexto dessa tomada de decisão, outros variados fatores podem ter influência, tais como as características individuais, o *status* social, a incerteza do mercado de trabalho, dentre outros.

A teoria do capital humano enuncia que, na juventude, concentram-se os investimentos em formação profissional e escolaridade. O perfil idade-salário reflete o decréscimo do estoque de capital humano e do nível salarial, à medida que o indivíduo chega próximo à aposentadoria, isto é, a depreciação física do capital humano. Portanto, deve haver um padrão de convexidade da curva de rendimentos em função da idade (MINCER, 1974). O que os exercícios empíricos vêm demonstrando é que a inclinação desta curva é maior entre os mais jovens, ou seja, *ceteris paribus*, os investimentos realizados anteriormente têm taxas de retorno mais elevadas. As justificativas para este evento são relacionadas à maior probabilidade dos mais jovens investirem em educação, pelos motivos já expostos, e também pela natureza dos cursos de qualificação e treinamento da mão de obra, em contraposição ao argumento do *learning by doing*². Nesse sentido, enquanto é verdadeiro que a prática continuada aumenta a habilidade do trabalhador, também é verdadeiro que, na maioria dos casos, esse aumento se dá em cursos formais oferecidos muitas vezes pelo empregador, aos quais os mais jovens são mais propensos a participar.

A teoria do capital humano baseia-se no corolário de que a remuneração do trabalhador aumenta na medida em que ele investe mais anos em escolaridade, mas admite que, para níveis mais elevados de educação, os acréscimos são reduzidos. Basicamente, como em qualquer processo produtivo, existem rendimentos decrescentes com a obtenção da escolaridade adicional, na medida em que cada ano extra de educação gera menos acréscimo de conhecimento e menor acréscimo aos rendimentos comparativamente aos anos anteriores. Esse processo se deve fundamentalmente à depreciação do capital físico (aposentadoria), já que os investimentos em capital humano diminuem com o tempo. Segundo Freitas e Freitas (2007), isso ocorre por dois motivos: em primeiro lugar, porque os possíveis retornos desse investimento diminuem à medida que o tempo de trabalho restante antes da aposentadoria torna-se menor; em segundo

lugar, porque o custo de oportunidade do tempo, que é um insumo necessário ao aprendizado, aumenta. Naturalmente, a proximidade da aposentadoria traz consigo o desejo de descanso e dedicação à família, ou mesmo a comodidade e a satisfação com o trabalho desempenhado ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

- BECKER, G. S. *Human capital: theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3. ed. Chicago: University Chicago Press, 1993.
- CAMPOS, P. T. *Investimentos em capital humano no Brasil: Um estudo sobre retornos financeiros privados de cursos de graduação relativos ao ano de 1995*. 196 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS. Porto Alegre, 2002.
- EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. *A moderna economia do trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- FREITAS, R. P. U.; FREITAS, L. Determinantes dos rendimentos na Região Metropolitana de Salvador: uma avaliação empírica à luz da teoria do capital humano. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 3., 2007. Salvador. *Anais...* Salvador: SEI, 2007.
- FREITAS, R. P. U. *Diferenciais de rendimentos do trabalho entre as Regiões Metropolitanas de Salvador e de Porto Alegre: uma avaliação empírica baseada nos procedimentos de Heckman e de Oaxaca*. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia)- Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- MINCER, J. *Schooling. Experience and earnings*. New York: Columbia University Press, 1974.
- _____. *Human capital and economic growth*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1981. (NBER Working Paper Series, n. 803).
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. Education investments and returns. In: CHENERY, H.; SRINAVASANT, N.; (Eds.). *Handbook of development economics*. Califórnia, 1988.

² A expressão *learning by doing* aqui empregada remete exclusivamente ao processo de aprendizado do trabalhador dentro de sua ocupação.



PIB da Bahia mantém ritmo e encerra o segundo trimestre com variação de 0,6%

Bruno Freitas Neiva^A
Denis Veloso da Silva^B
Gustavo Casseb Pessoti^C

A economia da Bahia registrou, pelo segundo trimestre consecutivo, um incremento positivo no Produto Interno Bruto (PIB). A taxa de crescimento no segundo trimestre de 2009, em comparação a igual período do ano anterior, situou-se em aproximadamente 0,6% e foi, sobretudo, propiciada graças ao bom desempenho do setor de serviços, que se expandiu 3,3% nessa mesma comparação temporal. Já o setor agropecuário não repetiu o mesmo desempenho do primeiro trimestre do ano e registrou uma queda de 6,8%. Pela segunda vez em 2009, o setor industrial apresentou retração na atividade (-0,74%), em função da diminuição na indústria de transformação, que, no segundo trimestre, em comparação com igual período do ano anterior, encolheu 7,3%.

^A Graduando em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs); estagiário da Coordenação de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

^B Graduado em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnico da Equipe de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). dveloso@sei.ba.gov.br

^C Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor do curso de Economia da Unifacs; diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). cassebpeessoti@gmail.com.

Os números do PIB baiano no segundo trimestre reforçam a ideia de que a crise da economia mundial afetou a economia brasileira em proporções diferenciadas. Apesar do baixo patamar, não houve, no plano estadual, ao longo de 2009, queda no indicador de crescimento econômico, diferentemente do que aconteceu com a economia brasileira nos dois primeiros trimestres do ano. Comparada ao primeiro trimestre de 2008, a economia brasileira retraiu-se 1,8% e, novamente no segundo trimestre, apresentou uma queda no PIB da ordem de 1,2%. Esse movimento, no caso da economia brasileira, está associado ao baixo dinamismo da absorção externa da demanda agregada e à queda na formação bruta de capital fixo. Nos primeiros seis meses do ano, houve uma retração de 15% nos investimentos em relação ao mesmo período de 2008.

Em relação a essa queda na formação bruta de capital fixo, notícia veiculada pelo jornal *Valor Econômico* no dia 8 de setembro deste ano indicava que, ao término de 2009, o montante de investimentos realizados no país deverá ser menor que o de 2008 em cerca de R\$ 146 bilhões, o que significa um recuo de 10% na taxa da formação bruta de capital fixo. As principais explicações para esse recuo no montante dos investimentos estão diretamente atreladas à diminuição na demanda agregada, principalmente na absorção externa, queda nos lucros de grandes conglomerados multinacionais, diminuição na capacidade instalada na indústria – atualmente o nível de utilização está em 81,3%, bem abaixo dos 86,7% registrados em junho de 2008 – e também devido às incertezas em relação à demanda futura (LAMUCCI, 2009, p. 3).

Seja como resposta na diminuição da capacidade instalada, seja pela diminuição na demanda interna e, principalmente, externa, o setor mais fortemente afetado pela crise da economia mundial foi, sem dúvida, a indústria de transformação. No primeiro semestre do ano, esse importante setor da atividade econômica baiana registrou uma queda de 8,9% no indicador de produção física. A taxa, que já havia sido negativa no primeiro trimestre de 2009 em aproximadamente 10,6%, teve uma pequena melhora no segundo trimestre, mas ainda assim registrou uma queda de 7,4% na produção industrial. Com esse resultado negativo da indústria de transformação, o setor industrial – composto, além da indústria de transformação, pela construção civil, pelos serviços industriais de utilidade pública e pela indústria extrativa mineral – apresentou uma retração de 0,7% no segundo trimestre de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008. O resultado do setor industrial foi bastante amenizado em função do excepcional momento que vive a construção civil na Bahia, que se expandiu 10,5% no segundo trimestre.

O setor agropecuário foi outro que apresentou retração na análise do segundo trimestre do ano de 2009 e configurou-se como o grande responsável pela manutenção da taxa de crescimento do PIB, uma vez que tanto o setor industrial como o de serviços apresentaram resultados melhores no segundo trimestre, quando comparados ao primeiro trimestre de 2009 (Tabela 1). A diminuição de 6,8% na agropecuária, no segundo trimestre, reflete, sobretudo, a queda na produção agrícola, uma vez que a pecuária permaneceu praticamente no mesmo patamar do segundo trimestre do ano de 2008, com leve incremento de 0,2%. Excetuando-se os cultivos de feijão,

Tabela 1
Taxa de crescimento setorial do PIB, com base no modelo de estimação trimestral – Bahia – 2009

Atividades	Variação no primeiro trimestre do ano em comparação a igual período do ano anterior (%)	Variação no segundo trimestre do ano em comparação a igual período do ano anterior (%)
Agropecuária	2,2	-6,8
Indústria	-3,7	-0,7
Indústria de transformação	-10,6	-7,3
Construção civil	6,2	10,5
Serviços	2,8	3,3
Comércio	3,8	5,0
PIB	0,6	0,6

Fonte: SEI/Coref.

milho e café, que se expandiram 17,5%, 7,7% e 5,5%, respectivamente, praticamente todas as demais culturas, principalmente as mais representativas em termos do valor bruto de produção, apresentaram diminuição na produção física nesse período do ano de 2009. As maiores quedas foram registradas nas produções de algodão (-17,6%), soja (-12%) – esses dois produtos têm grande parte da colheita no segundo trimestre do ano e foram as maiores pressões negativas para a queda na produção agrícola –, mandioca (-6,5%) e a cana-de-açúcar (-3,9%).

Com esses resultados, a safra de grãos recuou aproximadamente 5,1% no segundo trimestre em comparação a igual período de 2008. As estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA do IBGE) apontam que, em 2009, a safra de grãos do estado será de aproximadamente 6 milhões de toneladas, segunda melhor da história da Bahia. Mas justamente 4% menor que a registrada em 2008, a maior safra de todos os tempos.

Outra contribuição bastante positiva para o resultado da atividade econômica no segundo trimestre foi dada pelo desempenho dos serviços, setor mais importante na agregação de valor ao PIB do estado (com cerca de 60% da estrutura produtiva). Capitaneado pelo comércio, administração pública e pelos segmentos ligados à atividade turística, que é tradicionalmente incrementada no início do ano, o setor de serviços da Bahia apresentou uma expansão de 3,3% no segundo trimestre, em

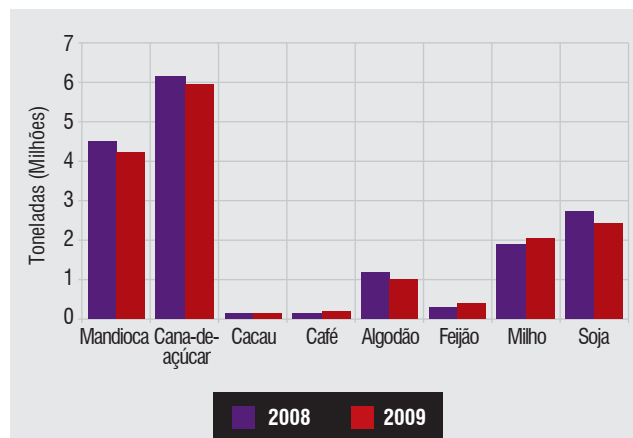


Gráfico 1
Estimativa da produção agrícola
Bahia – jun. 2009

Fonte: IBGE/LSPA-PAM.

comparação a igual período de 2008 – resultado ainda melhor que o registrado no primeiro trimestre, apesar dos infortúnios da crise mundial.

SETOR INDUSTRIAL DA BAHIA REGISTRA QUEDA DE 0,7% NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009

Analisando-se os resultados do segmento industrial¹, pode-se constatar uma perda de dinamismo – causada, sobretudo, pelos reflexos da crise da economia mundial – em relação aos principais segmentos da indústria de transformação, que apresentou seu pior desempenho dos últimos anos. A queda na produção física da indústria baiana de transformação – que, no primeiro trimestre do ano, foi de aproximadamente 10,6% em relação a igual período de 2008 –, foi um pouco menor no segundo trimestre, mas ainda em patamar elevado (-7,3%).

A diminuição na demanda internacional (grande consumidora dos produtos fabricados pelas unidades industriais da Bahia) e também o menor ritmo da indústria brasileira, especialmente a localizada no Sudeste, ajudam a explicar

¹ Chamamos de segmento industrial o grupamento formado pela indústria de transformação, indústria extrativa mineral, indústria da construção civil e os serviços industriais de utilidade pública.

a queda no desempenho da indústria baiana de transformação. Apesar das medidas implementadas em âmbito federal para desonerar alguns setores industriais, ainda persiste um clima de insegurança e de expectativas negativas por parte do empresariado industrial e também dos consumidores quanto ao futuro da economia. Por isso, alguns segmentos industriais ligados, sobretudo, à produção de bens intermediários diminuíram a produção em função da existência de estoques acumulados de períodos anteriores. Entretanto, o aumento da capacidade instalada da indústria brasileira, já mencionado nesse texto, cria uma perspectiva de mudança nesse quadro a partir do segundo semestre do ano. Isso significa que as demandas para a indústria baiana deverão aumentar ainda no curto prazo, estimulando o aumento na produção interna, ainda que em um cenário de baixa perspectiva para novos investimentos no setor industrial.

Conforme corroboram os dados da Pesquisa Industrial Mensal (2009) do IBGE, a maior parte dos segmentos da indústria baiana de transformação, principalmente aqueles que têm maior representatividade na estrutura produtiva local, apresentou uma retração na produção física no segundo trimestre de 2009 quando comparado a igual período do ano anterior. Entre os setores que apresentaram as maiores perdas estão *Refino de petróleo e produção de álcool* (-25,5%), procedente da queda na produção de óleo diesel e outros óleos combustíveis e nafta para petroquímica; *Metalurgia básica* (-23,8%), proveniente da redução da barra de ferro, perfis e vergalhões de cobre e lingotes, blocos tarugos ou placas de aço ao carbono; *Produtos químicos* (-5,9%), em função do declínio de dióxido de titânio e hidróxido de sódio (soda cáustica) ou de potássio (potassa cáustica). Já as maiores contribuições positivas foram observadas em *Alimentos e bebidas* (2,8%) e *Minerais não metálicos* (7,4%), em consequência do aumento na fabricação de farinhas e *pellets* da extração do óleo de soja em bruto e massa de concreto preparada para construção (concreto usinado), ladrilho e placa cerâmica, respectivamente.

Em função dessa perda de dinamismo, o reflexo no mercado de trabalho industrial foi imediato, com a redução de 4,2% no número de ocupados na indústria geral no segundo trimestre de 2009, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (2009)

do IBGE. Analisando a indústria de transformação, que reduziu o número de empregos em 3,0% no primeiro semestre, verifica-se que os segmentos produtivos que contribuíram para a redução no nível de ocupação foram *Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (-27,2%); *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-19,0%), *Produtos químicos* (-16,5%) e *Vestuário* (-9,6%).

No segundo trimestre de 2009, também foram registrados resultados negativos em outros dois segmentos industriais: os serviços industriais de utilidade pública e a indústria extrativa mineral. Em relação ao primeiro, que apresentou uma queda de 5% comparada ao segundo trimestre de 2008, a explicação é bastante intuitiva e diretamente relacionada à diminuição no ritmo de crescimento da economia baiana, sobretudo em função da queda de demanda no setor industrial. Considerando-se o consumo das principais classes em 2009, tem-se que a residencial e a comercial registraram um crescimento de 8,4% e 4,8% no ano, respectivamente. Apesar do bom desempenho apresentado por essas classes nesse período, o consumo da classe de energia elétrica nas indústrias, que representa 48,7% do consumo total, apresentou uma redução de 14% no consumo para o segundo trimestre, fato que pode justificar o baixo desempenho apresentado pelos serviços industriais de utilidade pública.

Para o resultado da indústria extrativa, que se retraiu aproximadamente 6,3% na comparação entre o segundo trimestre de 2009 e 2008, as explicações recaem sobre a diminuição na extração de petróleo em aproximadamente 4,5% e de gás natural em 16,8%. O resultado para o setor só não foi pior porque a extração de minerais metálicos cresceu aproximadamente 3,1% nesse mesmo período (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2009).

Já na construção civil, os resultados ao longo do segundo trimestre foram completamente diferentes dos demais setores industriais. A taxa de crescimento de 10,5% confirma o bom momento pelo qual passa o setor na Bahia e está diretamente relacionada ao crescimento imobiliário da Região Metropolitana de Salvador e às obras de infraestrutura do PAC em todo o estado da Bahia.

O setor da construção civil lidera a geração de empregos com carteira assinada na Bahia em 2009. O saldo de 10.426 novas vagas abertas de janeiro a julho deste ano está ligeiramente acima do saldo de vagas criadas no mesmo período de 2008 (10.294) pelo setor e representa aproximadamente 31,7% do total das vagas abertas no estado (32.890) no ano. A Bahia foi responsável por 60% dos postos formais criados na construção em 2009 no Nordeste (SEI, 2009a). O subsetor de obras de infraestrutura, com abertura de 5.759 novos postos, foi o segmento de maior expansão no emprego formal, seguido da construção de edifícios, que gerou 2.561 novos postos, e dos serviços especializados para construção, que abriram outras 2.106 vagas de trabalho (BOLETIM DO CAGED, 2009).

As 5.759 novas vagas abertas no subsetor de obras de infraestrutura estão relacionadas, principalmente, ao andamento da construção de sistemas de saneamento e de logística, em função das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e aos trabalhos de conclusão do metrô de Salvador, município que lidera a expansão deste subsetor com 2.817 novas vagas. As grandes empresas, com mais de 100 empregados, responderam por 3.855 postos neste subgrupo.

Em seguida, aparece o segmento da construção de edifícios, com saldo de 2.561 novos postos em 2009. Este grupo cresceu fortemente há cerca de um ano, quando houve o *boom* dos lançamentos do setor imobiliário, acompanhado do crescimento das unidades comercializadas, o que se reflete atualmente na execução das obras e geração de postos de trabalho. Segundo dados da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (2009), foram lançadas 17.376 novas unidades habitacionais em 2008, incremento de 91,6% em relação a 2007. As vendas de imóveis cresceram no mesmo patamar em 2008: 98%, com cerca de 14.130 unidades vendidas. O bom desempenho da construção civil ajudou a frear o ímpeto recessivo dos demais segmentos do setor industrial.

Assim, apesar de ainda negativa, a taxa de crescimento do setor industrial foi bastante melhor no segundo trimestre, criando perspectivas mais animadoras para o desfecho do ano, principalmente no quarto trimestre de 2009.

SETOR DE SERVIÇOS DA BAHIA APRESENTA EXPANSÃO DE 3,3% NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009

Nesse breve balanço da economia baiana pela ótica do resultado do PIB, merece um grande destaque o resultado dos serviços, que contribuíram de maneira decisiva para o desempenho do PIB da Bahia no segundo trimestre. O crescimento nas atividades chegou a 3,3% em comparação com o segundo trimestre de 2008. Os melhores desempenhos estiveram relacionados ao comércio (com expansão de 5,0%), serviços da administração pública – setor sempre chamado a intensificar suas atividades em momentos de crise –, que expandiu 4,8%, e os setores de alojamento (com expansão de 3,7%). Em relação a este último segmento, que normalmente apresenta bons desempenhos no primeiro semestre do ano em função do Carnaval e dos festejos juninos, o resultado do segundo trimestre de 2009 teve um efeito multiplicado em função da crise internacional e, em razão disso, da preferência nacional pelo turismo doméstico – tendência esta que pode se reverter no segundo semestre, principalmente se continuar o processo de valorização do real em relação ao dólar.

Refletindo o acerto das medidas anticíclicas propostas pela equipe econômica do governo federal para amenizar os efeitos colaterais da crise mundial, o comércio baiano (varejista e atacadista) apresentou uma expansão de 5% no segundo trimestre de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008. Com isso, no balanço do primeiro semestre de 2009, o comércio baiano já acumula uma alta de 4,4% no volume de vendas em relação ao mesmo período de 2008.

No comércio, o aumento do crédito para financiamento, o crescimento do emprego formal no estado e as medidas de desoneração fiscal para determinados segmentos do varejo, adotadas pelo governo federal, contribuíram para impulsionar o consumo, principalmente nos ramos de bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos e veículos. Além dos fatores citados, a inflação sob controle, a ampliação dos prazos de financiamentos das compras e as reduções da taxa de juros foram de fundamental importância para impulsionar o varejo no segundo trimestre do ano. Nessa análise, é importante relembrar

que em junho, pela quarta vez neste ano, o Banco Central reduziu a taxa Selic, passando-a de 10,25% para 9,25% ao ano, patamar mais baixo desde a criação, em junho de 1996, do Comitê de Política Monetária (Copom).

Segundo os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (2009) – que mede apenas o desempenho do comércio varejista –, os impactos positivos no primeiro semestre do ano couberam, por ordem de grandeza, às atividades *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (38,3%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (19,1%), *Artigos farmacêuticos, médicos ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (7,0%), e *Hipermercados e supermercados* (7,1%), sendo que este último possui maior peso no indicador do comércio varejista. Em outro sentido, os segmentos que registraram resultado negativo no segundo trimestre de 2009 foram *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-26,6%), seguido por *Tecidos, vestuário e calçados* (-3,8%) e *Móveis e eletrodomésticos* (-1,3%), já sinalizando que as medidas de incentivo ao setor tendem a surtir efeito principalmente no segundo semestre.

O comércio exterior baiano registrou um resultado ainda superavitário, no período compreendido entre abril e

Tabela 2
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano, segundo grupos de atividades
Jan.-jun. 2009

Atividades	Acumulado no ano de 2009 ¹ Volume de vendas ²
Comércio Varejista*	4,6
1 - Combustíveis e lubrificantes	0,9
2 - Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	7,1
2.1 - Hipermercado e supermercado	5,9
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-3,8
4 - Móveis e eletrodomésticos	-1,3
5 - Art. farm. med. ort. e de perfum.	7
6 - Equip. mat. p/ esc. inf. comunicação	-26,6
7 - Livros, jornais, rev. e papelaria	19,1
8 - Outros art. de uso pess. e domest.	38,3
9 - Veículos e motos, partes e peças	7,4
10 - Material de construção	-7,7

Fonte: IBGE-PMC.

* O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

¹ Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

² Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

Tabela 3
Balança Comercial
Bahia – jan./jun.-2008/2009

Discriminação	Valores em US\$ 1000 FOB		
	2008	2009	Var. %
Exportação	4.297.256	2.823.188	-34,3
Importação*	3.322.198	1.872.246	-43,6
SalDOS	975.058	950.942	-
Corrente de comércio	7.619.454	4.695.434	-38,4

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/07/2009.

* Importações efetivas, dados preliminares.

junho de 2009, apesar da conjuntura internacional desfavorável, fortemente abalada pela crise da economia mundial. Segundo os dados do Promo Bahia, agência responsável pela análise do comércio exterior da Bahia, o que explica o resultado positivo no confronto entre exportações e importações é uma queda generalizada em ambos, mas em maior intensidade nas importações. Com isso, houve superávit comercial de aproximadamente US\$ 950 milhões no primeiro semestre de 2009. Entre janeiro e março de 2009, as exportações recuaram 32% em relação ao mesmo período de 2008 e entre abril e junho a queda atingiu 35,6%, totalizando, no primeiro semestre, uma perda acumulada em 34,3% no volume das exportações baianas. Enquanto isso, as importações despencaram pela metade, com queda de 52,6% no primeiro trimestre e 38,1% no segundo trimestre, em ambos os casos comparando com o mesmo período de 2008 (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2009, p. 2). Com isso, a corrente de comércio exterior da Bahia retraiu-se 38,4% no primeiro semestre de 2009.

Entre as explicações para a queda nas vendas externas estão a diminuição do ritmo de crescimento da economia mundial e, por conseguinte, da queda nas encomendas por *commodities* e produtos intermediários (principais produtos da pauta de exportações da Bahia). Entre os produtos que apresentaram as maiores retrações nas vendas estão o petróleo e seus derivados, produtos metalúrgicos e petroquímicos, veículos automotores, devido à redução drástica nas compras realizadas no âmbito do Mercosul. Até mesmo as vendas de papel e celulose, hoje principal produto da pauta de exportações do estado, reduziram-se em quase 1,6%. O desempenho das principais exportações da Bahia pode ser verificado na tabela a seguir.

Tabela 4
Exportações baianas
Principais segmentos
Jan./jun.-2008/2009

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2008	2009		
Papel e celulose	623.271	613.067	-1,6	21,7
Químicos e petroquímicos	728.268	546.979	-24,9	19,4
Soja e derivados	221.483	337.775	52,5	12,0
Metalúrgicos	657.961	282.507	-57,1	10,0
Automotivo	314.887	172.863	-45,1	6,1
Petróleo e derivados	901.646	171.783	-80,9	6,1
Minerais	145.118	124.564	-14,2	4,4
Cacau e derivados	124.531	106.730	-14,3	3,8
Borracha e suas obras	124.735	86.486	-30,7	3,1
Algodão e seus subprodutos	33.362	83.132	149,2	2,9
Café e especiarias	66.779	56.891	-14,8	2,0
Sisal e derivados	50.804	39.701	-21,9	1,4
Couro e peles	58.484	38.599	-34,0	1,4
Calçados e suas partes	45.476	36.416	-19,9	1,3
Maq., apars. e mat. elétricos	42.007	24.350	-42,0	0,9
Frutas e suas preparações	33.011	18.704	-43,3	0,7
Fumo e derivados	9.377	6.702	-28,5	0,2
Móveis e semelhantes	26.516	5.578	-79,0	0,2
Pesca e aquicultura	2.707	1.104	-59,2	0,0
Demais segmentos	86.833	69.257	-20,2	2,5
Total	4.297.256	2.823.188	-34,30	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/07/2009.

Elaboração: Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo).

Conforme demonstrado na tabela anterior, os produtos agrícolas apresentaram auspiciosos desempenhos no comércio exterior e foram os únicos a apresentar resultados positivos ao longo do primeiro semestre de 2009, a exemplo da soja e seus derivados, que experimentaram um crescimento de 52,5% nas vendas, e o algodão e seus subprodutos, com expansão de 149%. Entretanto, justamente esse dois produtos agrícolas devem apresentar uma queda na produção em 2009, conforme evidenciam os dados do LSPA do IBGE – a colheita de soja estimada para 2009 deverá ser 12% menor e a do algodão 17,6% menor do que em 2008 –, de sorte que parte relevante dessa expansão está relacionada ao incremento nos preços desses produtos no cenário internacional.

Entretanto, a questão mais preocupante em relação ao desempenho do comércio internacional está relacionada à diminuição nas exportações de produtos manufaturados, em função do alto valor agregado e da contribuição

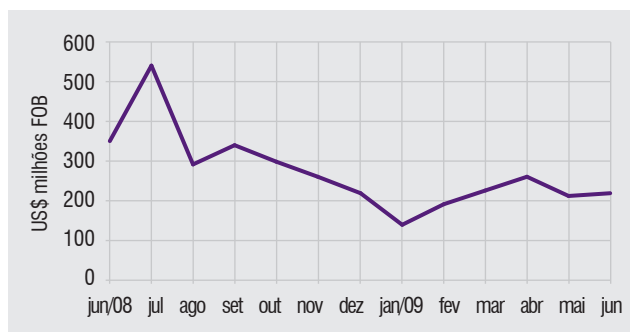


Gráfico 2
Evolução das exportações baianas de produtos manufaturados

Fonte: MDIC/Secex.

para o resultado das exportações da Bahia. Se o desempenho negativo continuar seguindo esse mesmo ritmo, fatalmente, depois de 10 anos apresentando continuados superávits comerciais, a Bahia poderá apresentar um déficit na balança comercial. Conforme evidencia o gráfico a seguir, o nível das exportações de produtos manufaturados é bastante inferior ao do período antes da crise mundial. A queda de 50% nas vendas externas fez com que a participação dos manufaturados na pauta baiana de exportações saísse de um patamar de 54,5% em 2008 para 42,8% no final do primeiro semestre de 2009. Isto é, perda de mais de 10 pontos percentuais em apenas seis meses. (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2009, p. 2-3).

Assim, são as exportações de produtos básicos, principalmente para o mundo árabe e para a Ásia, que têm freado o ritmo descendente das exportações baianas em 2009. Segundo o boletim de comércio exterior do Promo Bahia, entre janeiro e junho deste ano, as exportações de gêneros alimentícios e *commodities* petroquímicas para a Ásia aumentaram 40%, principalmente em função do crescimento das relações comerciais entre o Brasil (e, por tabela, a Bahia) e a China. A esse respeito, o informativo do mês de setembro do Centro Internacional de Negócios da Bahia (2009, p. 2-3) afirma:

O fato de o estado estar se apoiando nas exportações de produtos básicos, na atual conjuntura, não é negativo desde que tenha grande exportação de produtos manufaturados. É de se considerar, no entanto, que no meio de uma crise internacional, os produtos básicos

são os que têm menor elasticidade de demanda, tornando imperativo que a Bahia tenha programas para aumentar a agregação de valor e a inovação nos produtos exportados. São esses produtos que garantem um nível de exportação adequado e um saldo comercial mais expressivo.

Em relação aos demais serviços, deve-se destacar que, em função da diminuição na demanda interna e externa da economia brasileira, que, conforme já mencionado, impactou toda a dinâmica da economia baiana tanto no primeiro quanto no segundo trimestre de 2009, houve uma retração de aproximadamente 5,6% nos serviços de transportes e armazenagens. Corroborando a diminuição nas encomendas, principalmente no que diz respeito ao comércio internacional, o transporte de mercadorias nos principais portos de Salvador retraiu-se 28% em comparação ao segundo trimestre de 2008 (COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA, 2009). O transporte rodoviário, em função do próprio desaquecimento do setor industrial, também apresentou uma queda de 4,6% no segundo trimestre de 2009. A queda acumulada no setor de transportes e armazenagens atingiu 5,4% no primeiro semestre de 2009, em comparação a igual período do ano 2008.

Finalizando a análise do setor de serviços, é importante destacar o resultado da atividade de administração pública, que é o setor mais importante da economia baiana, com aproximadamente 16% da estrutura do PIB. No segundo trimestre do ano, em comparação a igual período do ano anterior, a atividade da administração pública registrou uma expansão de 4,8%. Apesar dos reclamos dos ortodoxos neoliberais, sobre a intervenção do Estado na economia, têm sido de grande importância para a recuperação do nível da atividade interna os gastos da administração pública, que, na perspectiva keynesiana, têm a propriedade de gerar um efeito multiplicador no desempenho macroeconômico. Considerando as especificidades das economias regionais e o histórico da evolução capitalista, esse setor pode assumir maior ou menor importância na dinâmica da vida econômica de um determinado local. No caso da economia baiana, a sua lógica de funcionamento guarda forte correlação com o desempenho da administração pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que se mencione que, a despeito de não ter apresentado uma retração no PIB no segundo trimestre de 2009, semelhante ao que aconteceu com o país, a economia baiana também está bastante afetada pelo desaquecimento das economias brasileira e mundial. O ritmo, ao longo de todo o ano de 2009, deverá ser de lenta recuperação, mês após mês, mas, em relação ao patamar de produção do ano anterior, que já estava bastante expandido, dificilmente a economia baiana poderá apresentar semelhante expansão.

Nesse sentido, algumas pistas já começam a ser desenhadas como indicadores antecedentes do desempenho econômico do estado ao longo do ano. O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec) registrou acréscimo de 7,3% no mês de julho de 2009 na comparação com o mês de junho. Ressalte-se que esta é a terceira variação positiva, consecutivamente, na mesma base comparativa. Seguindo o mesmo ritmo positivo, o índice aponta crescimento de 10,2% em comparação com o mês de julho de 2008. O bom desempenho do Imec apresentado no mês de julho em relação a junho é decorrente da redução da taxa de desemprego, do aumento do emprego formal, da manutenção do rendimento real dos ocupados e da elevação da confiança dos consumidores na recuperação da atividade econômica nos próximos meses, contribuindo positivamente para a ampliação do consumo.

Esse aumento de confiança dos consumidores é ponto-chave para o otimismo de que, também nas atividades comerciais, o ritmo de crescimento no primeiro semestre deverá permanecer inalterado no segundo semestre de 2009. As expectativas para os próximos meses são de que as vendas do varejo baiano deverão se manter aquecidas. Além dos fatores citados, a inflação sob controle, a ampliação dos prazos de financiamentos das compras e as reduções da taxa de juros serão de fundamental importância para impulsionar o varejo a partir do segundo semestre, período tradicionalmente mais favorável aos negócios do setor. Expectativas positivas em relação ao futuro, ampliação na massa de salários e no nível de emprego e ainda a manutenção da oferta de crédito e dos juros sob controle são fundamentais para que os

consumidores, mais confiantes na recuperação da economia do país, assumam novos compromissos.

Além disso, o resultado do desempenho da indústria de transformação do estado deve melhorar um pouco a partir do segundo semestre. Se considerarmos apenas a evolução na produção física da indústria baiana, comparando-se com o mês imediatamente anterior, fica evidente que, embora em um patamar bastante inferior ao de 2008, a produção industrial apresenta quatro meses de resultados positivos, conforme demonstra o gráfico a seguir. Isso comprova a ideia da recuperação lenta e gradual da indústria de transformação, que é um dos mais importantes setores da atividade econômica na Bahia.

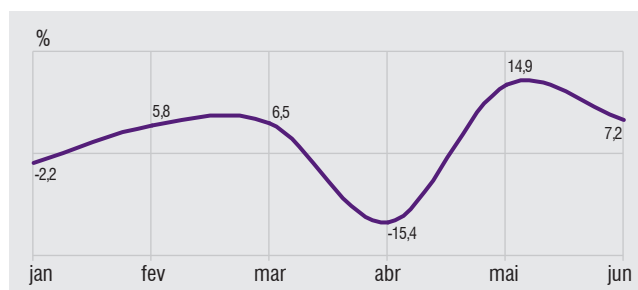


Gráfico 3
Evolução da indústria de transformação
Bahia – jan.-jun. 2009

Fonte: IBGE-PIM-PF.

Outra boa notícia vem da análise da capacidade instalada da produção industrial brasileira, pois a Bahia, dentro da sua especialização regional, continua se posicionando como grande fornecedora de insumos petroquímicos para a indústria brasileira, principalmente da região Sudeste do país. Conforme mencionado anteriormente, o nível de utilização da capacidade instalada na indústria brasileira, livre das influências sazonais, que chegou a 77,6% em fevereiro, atingiu, em agosto, o patamar de 81,3%. Como se sabe, a existência de capacidade ociosa na indústria é um fator limitante à retomada dos investimentos. As expectativas dos especialistas em análise econômica no Brasil são de uma diminuição de aproximadamente 14% na taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo em 2009.

Na agricultura, o resultado esperado para a safra 2009/2008 já é conhecido e indica que, em que pese o

fato de ser esperada a segunda maior safra agrícola da história da Bahia, com aproximadamente 6 milhões de toneladas, ela será justamente inferior à registrada no ano anterior, com queda de 4%. Na pecuária, os resultados iniciais estimados indicam uma produção no mesmo patamar de 2008, com ligeira evolução de 0,8%. Assim, as expectativas para a consolidação do resultado da agropecuária já indicam desaceleração no fechamento do ano de 2009. Apesar disso, o aumento na demanda internacional (de produtos como a soja, o algodão e a celulose) com a recuperação da economia global, que já começa a se desenhar a partir do segundo semestre do ano, cria uma expectativa positiva na retomada dos preços nas principais *commodities* e, com isso, uma expectativa bastante positiva para a safra 2010/2009.

A tendência de resultado negativo na agropecuária e o menor ritmo na indústria deverão refletir diretamente no desempenho do setor de serviços, que continuará sendo o grande responsável pela expansão do PIB também no segundo semestre. Influenciado pelo menor volume de encomendas tanto no plano doméstico como internacional, o setor de transportes e armazenagens deverá continuar apresentando resultados negativos ao longo do segundo semestre. Dessa forma, o comércio, setor que não deve apresentar redução no nível de atividade, deve continuar sendo o carro-chefe da economia baiana no segundo semestre.

A evolução do comércio exterior também será de fundamental importância para essas perspectivas. As primeiras impressões evidenciam uma recuperação nos países da Zona do Euro, principalmente a Alemanha, a Itália e a França. Além desses, a economia japonesa já deve apresentar resultados positivos no segundo semestre. Por enquanto, o cenário mais preocupante continua na economia americana, que segue apresentando sinais de desaceleração econômica. O menor ritmo da economia mundial certamente indicará redução no volume de comércio exterior e, portanto, as exportações baianas, pelo menos no que se refere ao *quantum* exportado, deverão fechar 2009 no vermelho.

Certo mesmo, por enquanto, é o fato de que a absorção interna da demanda agregada, sobretudo em função do consumo agregado (consumo das famílias e da

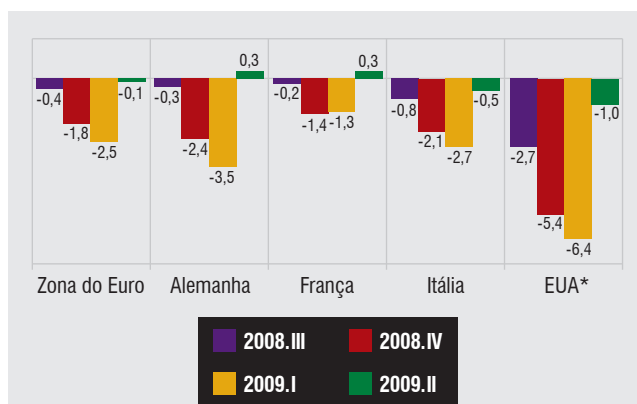


Gráfico 4
Variação do PIB em relação ao trimestre anterior,
segundo países selecionados – 2008.III-2009.II

Fonte: Bloomberg.
Elaboração: SEI/CAC.
(*) Taxa Anualizada.

administração pública), deve continuar em ritmo ascendente no segundo semestre do ano. É exatamente em função do otimismo em relação a esse desempenho que acreditamos que a recuperação do PIB (brasileiro e baiano) vai acontecer de maneira lenta, gradual e segura.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). *Produção e refino de petróleo e outros combustíveis*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2009.

ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO. *Dados estatísticos do mercado imobiliário na Bahia*. Disponível em: <<http://www.ademi-ba.com.br>>. Acesso em: 9 set. 2009.

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos Industriais Realizados na Bahia em 2007*. Salvador: SICM, 2009. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br>>. Acesso em: 1 set. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 2 set. 2009.

BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2009.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Informativo de comércio exterior*. Salvador: PROMO, 2009. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 5 set. 2009.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA. *Evolução das Exportações nos Portos Baianos – Portos da Codeba e Terminais Privativos*. Salvador: Codeba, 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. *Movimentações Operacionais no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães*. Salvador: Infraero, 2009.

IBGE. *Contas Trimestrais do Brasil*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2009.

LAMUCCI, Sérgio. País perde R\$ 146 bilhões de investimentos em 2009. *Valor Econômico*, São Paulo, 8 set. 2009. Caderno A, p. 3.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LSPA). Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2009.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). Salvador: SEI, set. 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 8 set. 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO (PIMES). Emprego na indústria baiana recua no primeiro semestre de 2009. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE PRODUÇÃO FÍSICA (PIM). Rio de Janeiro: IBGE, set. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2009.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO (PMC). Rio de Janeiro: IBGE, set. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2009.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO (PME). Rio de Janeiro: IBGE, set. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 8 set. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Bahia gera 60% dos empregos da construção civil no Nordeste. Conjuntura CAGED, Salvador: SEI, set. 2009a. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Apresentação sobre conjuntura brasileira e baiana*. Salvador, 27 set. 2009. Documento interno não publicado.

A importância dos recursos do pré-sal para a equidade econômica e social do federalismo brasileiro

Adriano Sarquis

Doutor em Economia, pesquisador do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) do Banco do Nordeste do Brasil S/A.



Os recentes anúncios da Petrobras sobre a existência de significativos volumes de reservas de petróleo na camada do pré-sal revelam para a sociedade um cenário bastante favorável à exploração de petróleo no Brasil. Isso pode significar a retomada de um novo ciclo de progresso do país, pautado pela utilização dos recursos gerados pela indústria petrolífera para o atendimento das aspirações de desenvolvimento das gerações atuais e futuras.

Essa assertiva advém das expectativas com relação à exploração do petróleo na região do pré-sal, que vai do litoral de Santa Catarina ao do Espírito Santo, cujas reservas, segundo estimativas mais conservadoras, devem ficar entre 30 bilhões e 40 bilhões de barris, muito acima das atuais, de 14 bilhões de barris. Por se tratar de exploração em águas ultraprofundas (5 km abaixo da superfície do oceano) e a uma razoável distância da costa (300 km, aproximadamente), estimativas preliminares divulgadas indicam que serão necessários investimentos globais da ordem de US\$ 400 bilhões a US\$ 650 bilhões para o desenvolvimento de toda a bacia do pré-sal. Para se ter uma melhor ideia da magnitude desse valor, basta compará-lo com os investimentos em exploração e produção previstos no plano de negócios da Petrobras para o período 2009-2013, que vão somar algo em torno de US\$ 105 bilhões, representando, portanto, entre um quarto e um sexto do estimado para aquela área.

Considerando-se apenas o volume recorde de investimentos programado para o quinquênio especificado,

observa-se uma nova e promissora frente de negócios para a indústria de bens e serviços, especialmente *offshore*, constituindo-se em oportunidade única para que a indústria brasileira se consolide de forma competitiva e em bases sustentáveis como fornecedora mundial do segmento de petróleo e gás. Segundo a Petrobras, mais de 8 mil empresas de pequeno porte foram identificadas como fornecedoras potenciais ou efetivas do setor petrolífero, das quais 6,3 mil já foram convidadas a participar de ações de capacitação, seminários, consultorias e rodada de negócios. Os fornecedores envolvidos com a cadeia produtiva de petróleo e gás estão ligados aos setores metal-mecânico, eletroeletrônico, hidráulico, manutenção industrial, projetos de engenharia, construção e montagem, refrigeração, químico, equipamentos de segurança, pintura etc.

Certamente, esses investimentos já previstos pela Petrobras e as possibilidades de exploração da província do pré-sal ensejam a necessidade de adoção de uma política industrial voltada exclusivamente para o desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo e gás no país, que inclua incentivos para a localização geográfica, geração de empregos, desenvolvimento tecnológico e qualificação da mão de obra. No contexto dessa política, os bancos oficiais federais devem operar programas de crédito específicos para empresas vinculadas ao setor. Essa estratégia é fundamental para viabilizar a transformação produtiva da indústria nacional, cuja produção, apesar

de abrangente, se assenta, atualmente, em produtos de baixa complexidade, tendo o Brasil que importar grande parte dos equipamentos de maior complexidade. Caberá à União a adoção de um planejamento estratégico para evitar a concentração espacial dos fluxos econômicos gerados a partir da cadeia produtiva desse setor.

Um segundo aspecto a considerar nesse novo quadro da indústria do petróleo e gás do país refere-se aos benefícios resultantes do fortalecimento da capacidade de investimento do setor público, em função do significativo acréscimo de recursos decorrentes da produção de petróleo e sua utilização para fins de redução das disparidades regionais. Isso é fundamental, uma vez que toda a reserva do pré-sal anunciada está localizada no eixo litorâneo situado na porção mais rica do país, fato que poderá significar, mais uma vez, elevação da concentração de investimentos públicos nessa área.

Considerando-se a expectativa de geração de significativos volumes de recursos com a exploração do pré-sal, um dos projetos enviados ao Congresso Nacional pelo governo federal trata da criação de um fundo social com o objetivo de financiar projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, cultura, ciência e tecnologia e sustentabilidade ambiental. Esse projeto descreve temas centrais da pauta desenvolvimentista do país, mas não faz qualquer referência à implementação de política regional para tratar dessas questões, muito embora se saiba que os temas eleitos tendem, naturalmente, a orientar as políticas públicas para as regiões mais pobres do Brasil.

O país tem que ter consciência quanto à necessidade de o Nordeste e demais regiões pobres merecerem tratamento prioritário da União. Basta dizer que, de acordo com a pesquisa PNAD 2008, divulgada em setembro de 2009 pelo IBGE, o Nordeste concentrava, em 2008, 48% do

total de pobres do país, sendo a grande maioria residente no semiárido. Se for analisada a população indigente, de acordo a pesquisa, verifica-se que mais da metade dela encontra-se no Nordeste. Em termos educacionais, o quadro de precariedade do Nordeste com relação à média brasileira se repete. Em números absolutos, a região possui 7,8 milhões dos 14,7 milhões de analfabetos brasileiros. Ou seja, temos mais da metade (53%) dos analfabetos do país. A taxa de analfabetismo no Nordeste, segundo o IBGE, é de 17,7%, enquanto a do Brasil é de 9,2%. A população com 10 anos ou mais de idade apresentava uma média, em 2008, de 5,9 anos de estudo, abaixo da média nacional (7,1). No Sudeste, a média de estudo dessa faixa da população chega a 7,7 anos.

Finalmente, outro aspecto central da exploração do pré-sal refere-se às compensações financeiras (*royalties* e participações especiais, principalmente) pela exploração do setor de petróleo no país e a necessidade de federalização desses recursos. A sociedade não pode mais aceitar que os estados produtores se apropriem dessa riqueza nacional. É o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, que produz cerca de 80% do petróleo nacional e, em 2008, recebeu, individualmente, R\$ 4.740 milhões em compensações financeiras (43,34% do total) pela exploração do petróleo no estado. Por outro lado, alguns estados e municípios do Nordeste foram beneficiados, naquele ano, com apenas 11,44% do total dos *royalties* distribuídos pelas empresas concessionárias, ou R\$ 1.251 milhões.

Se imaginarmos que a produção de petróleo poderá dobrar e, além disso, haverá uma tendência de melhoria do preço do barril, é possível que o valor total de *royalties* triplique. Esse fato, sem dúvida, vai implicar uma mudança nos critérios de partilha que são utilizados atualmente. Essa mudança está sendo discutida no Congresso, por conta dos projetos enviados pelo governo.

O estado da Bahia prevê a captação de aproximadamente **R\$ 73,8 bilhões em investimentos industriais até 2013**

Fabiana Karine Santos de Andrade^A

O volume global dos investimentos previstos deve chegar a R\$ 73,8 bilhões até 2013, com expectativa de serem implantadas e ampliadas cerca de 533 empresas de diversos setores, que deverão gerar cerca de 132.010 mil empregos diretos até 2013.

Para os investimentos por Territórios de Identidade, observa-se um volume elevado concentrado no território Litoral Sul, que chega a R\$ 51,8 bilhões, destacando-se aí a atividade de metalurgia básica. Nesse território, devem ser gerados aproximadamente 31 mil empregos diretos por um único empreendimento. No território Metropolitana de Salvador, estão previstos um volume de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões e 249 projetos.

No Recôncavo, espera-se um volume de investimentos de R\$ 3,3 bilhões, com 26 projetos de empresas com a intenção de investir no estado. No território Sertão Produtivo, os investimentos devem chegar a R\$ 3,8 bilhões, em que o maior volume a ser injetado será voltado para a atividade de extração de minerais metálicos para exploração de jazidas de ferro e a construção de um mineroduto.

Por localização, destacam-se os municípios de Ilhéus, com um volume previsto de R\$ 51 bilhões aproximadamente e 36 projetos de empresas com a intenção de investir, e Camaçari, com R\$ 4,2 bilhões em inversões e 73 projetos previstos. Além desses municípios, destaca-se também Caetité, que espera captar um volume de R\$ 3,3 bilhões em investimentos, com a possibilidade de se concretizar a instalação de duas empresas de grande porte no local, que deverão gerar aproximadamente 1.360 empregos diretos.

A política de atração de investimentos industriais adotada pelo governo do estado da Bahia vem, ao longo dos anos, contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento econômico e social do estado, com a diversificação do parque industrial e com a mudança, mesmo que gradativa, do perfil da sua matriz, o que pode ser comprovado com a vinda de empreendimentos dos mais variados segmentos. Esta ação governamental com o objetivo de desenvolver o setor industrial baiano vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, o qual concede benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.

^A Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianaa@sicm.ba.gov.br





Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2009-2013

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.354.660.028	108	3,2	20,3
Atividade mineral e beneficiamento	6.268.528.611	31	8,5	5,8
Calçados/têxtil/confeções	955.161.397	60	1,3	11,3
Complexo madeireiro	153.283.896	21	0,2	3,9
Eletroeletrônico	243.411.955	51	0,3	9,6
Metal-mecânico	52.104.343.407	52	70,6	9,8
Químico-petroquímico	7.336.339.593	125	9,9	23,5
Reciclagem	4.800.000	1	0,0	0,2
Transformação petroquímica	771.321.712	66	1,0	12,4
Outros	3.604.810.019	18	4,9	3,4
Total	73.796.660.618	533	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/7/2009.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por território de identidade
2009-2013

Território	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.580.465.667	22	2,1	4,1
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	354.519.785	18	0,5	3,4
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0,0	0,6
Baixo Sul	685.866.869	7	0,9	1,3
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0,0	0,8
Extremo Sul	830.056.487	15	1,1	2,8
Irecê	27.193.000	3	0,0	0,6
Itapetinga	189.270.227	12	0,3	2,3
Litoral Sul	51.862.810.397	42	70,3	7,9
Médio Rio das Contas	543.458.237	13	0,7	2,4
Metropolitana de Salvador	6.303.538.195	249	8,5	46,7
Oeste Baiano	1.153.541.098	18	1,6	3,4
Piemonte da Diamantina	22.975.297	2	0,0	0,4
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,0	0,9
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,0	0,2
Portal do Sertão	324.096.134	45	0,4	8,4
Recôncavo	3.340.958.219	26	4,5	4,9
Semiárido Nordeste II	12.336.622	2	0,0	0,4
Sertão do São Francisco	103.904.375	10	0,1	1,9
Sertão Produtivo	3.846.883.086	5	5,2	0,9
Sisal	14.500.000	5	0,0	0,9
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	2,6	1,3
Velho Chico	503.000.000	2	0,7	0,4
Vitória da Conquista	90.507.136	17	0,1	3,2
Total	73.796.660.618	533	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/7/2009.



Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/07/2009.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

AGORA A AGRICULTURA E O AGRICULTOR FAMILIAR TÊM TUDO PARA CRESCER.

A AGRICULTURA E O AGRICULTOR FAMILIAR AGORA TÊM:

DESTRAVIMENTO DO CRÉDITO EM 240 MUNICÍPIOS BAIANOS

O governo federal está dando ao agricultor a oportunidade de renegociar suas dívidas e passar a ter acesso aos 900 milhões de reais destinados ao agricultor familiar da Bahia na Safra 2009/2010. Se você é agricultor familiar e precisa renegociar sua dívida do PRONAF A ou B, esta é a oportunidade. O governo da Bahia está disponibilizando recursos para que os agricultores familiares enquadrados nessas linhas de financiamento possam pagar 1% do seu saldo devedor, refinanciar suas dívidas e voltar a ter crédito.

CRÉDITO ASSISTIDO

Para o governo da Bahia, não basta apenas dar crédito. Também é preciso direcionar, orientar e acompanhar o crédito para que o agricultor familiar possa utilizar melhor os recursos obtidos. Por isso está lançando o Programa Crédito Assistido. Uma parceria com o Banco do Nordeste e apoio da Desembahia, CEPLAC, Sistema FAEB-SENAR e SEBRAE.

MAIS ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O governo da Bahia aumentou a assistência técnica para os agricultores familiares. Com o processo de recuperação da EBDA, em andamento, implantado pelo atual governo da Bahia, foi ampliado o número de famílias assistidas para 180 mil. Mais 70 mil famílias conveniadas com organizações sociais e 35 mil famílias de assentados de reforma agrária, em parceria com o INCRA.

JURO ZERO PARA O SEU INVESTIMENTO

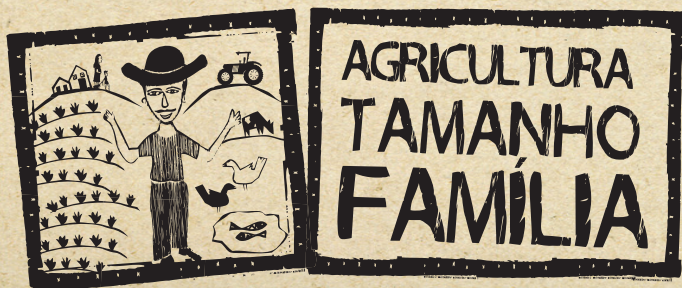
O Programa Mais Alimentos do governo federal oferece ao agricultor familiar um financiamento com juros de 2% ao ano. O governo da Bahia vai fazer mais. Só aqui em nosso Estado, o financiamento vai ser a juro zero para quem pagar em dia. Dá pra comprar do fâcio ao trator como também animais, correção de solos, barragem, equipamentos de irrigação, armazenagem, beneficiamento, transporte, entre outros.

EM CASO DE PERDA DE SAFRA SUPERIOR A 50%, O AGRICULTOR RECEBE R\$ 600,00

Numa ação pioneira no Brasil, o governo da Bahia amplia a cobertura do Seguro Garantia Safra pagando 50% do valor que caberia às prefeituras e aos agricultores familiares. O agricultor familiar terá direito a R\$ 600,00 caso tenha metade ou mais da Safra perdida. É mais segurança para o agricultor. É mais segurança para a economia do município.



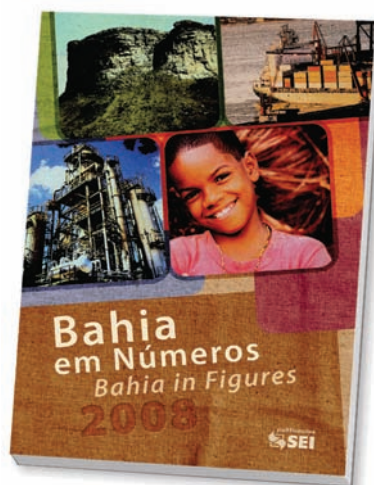
Na Bahia, 662 mil famílias vivem da Agricultura Familiar. Nenhum outro estado brasileiro tem essa quantidade de agricultores. Por isso mesmo o governo da Bahia está levando para este importante setor da nossa economia o investimento e atenção que faltaram durante todos esses anos. Lançando uma série de medidas inéditas para fazer a Agricultura Familiar da Bahia crescer e ajudar 2,5 milhões de baianos a plantarem uma vida melhor na terra de todos nós.



Secretaria da Agricultura
Secretaria do Planejamento

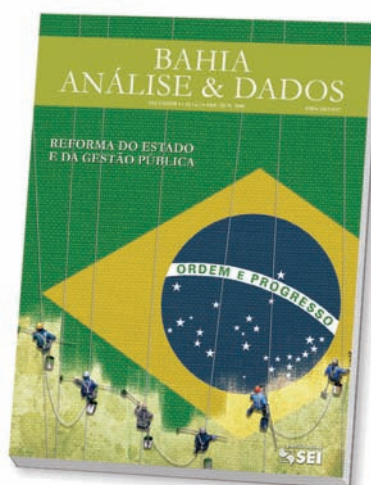
Ministério do
Desenvolvimento
Agrário





BAHIA EM NÚMEROS

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) lança a mais nova edição do *Bahia em Números*. Ao lado das informações conjunturais, a revista traz uma síntese de informações da estrutura produtiva e a representação espacial, por meio de mapas e cartogramas, de diversas características do estado. Esta edição ampliou as possibilidades de análises de suas informações, ao incorporar novos indicadores, a exemplo do Produto Interno Bruto dos principais municípios baianos e dos novos investimentos industriais no estado. Além de informações sobre a atividade econômica, foram ampliadas as seções que tratam dos indicadores sociais e da caracterização dos territórios de identidade.



BAHIA ANÁLISE & DADOS - REFORMA DO ESTADO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia e a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, traz na revista *Bahia Análise & Dados* a temática sobre a reforma do Estado e da administração pública. Num contexto internacional e institucional de profundas transformações e de intensa competitividade global, surge a necessidade de repensar o papel do Estado. Sem comprometer a função de atendimento às diversas necessidades da sociedade em geral, busca-se enfatizar uma gestão pública baseada em parâmetros de eficiência e eficácia, focada em resultados.

Com o propósito de contribuir para o aprofundamento do debate sobre o assunto, reúnem-se artigos que refletem a riqueza analítica do tema e fornecem uma visão de diversos caminhos percorridos, os quais podem ainda ser explorados pelo Estado nesse seu processo de contínua reconfiguração.



ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) lança o segundo número da publicação *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Esta obra condensa uma série de estatísticas socioeconômicas que expressam a dinâmica dos municípios baianos nos anos mais recentes. Além disso, apresenta um conjunto de informações geográficas e ambientais, incluindo cartogramas, que permitem uma análise espacial em escala municipal. Ao apresentar um panorama da realidade atual dos municípios baianos, em seus múltiplos aspectos, esse trabalho se constitui em um instrumento importante para subsidiar as decisões de planejamento na Bahia.



TURISMO: ACADEMIA E MERCADO

Atendendo ao estímulo público-privado à profissionalização da atividade do turismo e à ampliação das perspectivas econômicas para o cidadão qualificado, Paulo Roberto Baqueiro Brandão e Adriano Bittencourt Andrade, contando com a colaboração de vários profissionais estudiosos do assunto, organizaram diversos artigos que exploram a sistematização do pensar e do lidar acadêmico com o turismo. No embate entre a academia e o mercado, surgiu o título do livro: *Turismo: Academia e Mercado*.

A abordagem do turismo sob o ponto de vista da academia e do mercado contempla diversos olhares, sendo uma importante ferramenta para profissionais que já atuam no setor. Trata-se também de uma obra absolutamente operacional para o graduando ou egresso, visto que contempla disciplinas presentes em todos os semestres do curso, com um debate teórico e prático que se aproxima da realidade cotidiana do turismólogo.



ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

Os conteúdos que fundamentam o livro devem ser compreendidos a partir dos pressupostos da teoria da complexidade ou do pensamento complexo para terem sentido e utilidade diante da instabilidade, incerteza e imprevisibilidade.

As estratégias de gestão contempladas e discutidas neste livro estão conectadas, ou seja, elas tanto afetam como são afetadas pelas ações, mudanças e ideias, em um processo cíclico, interdependente e contínuo sem fim estabelecido. O gestor ou professor consegue perceber estratégias de gestão inseridas nas próprias estratégias de gestão, dando destaque para as inter-relações entre elas.



A ECONOMIA DA INFORMAÇÃO

Os bens da informação — da música às cotações das ações — suplantaram os bens industriais como os principais motores dos mercados mundiais. Primeiro livro a destilar os princípios econômicos da informação e das redes em estratégias práticas de negócios, a obra ajuda líderes empresariais e elaboradores de políticas a tomarem decisões inteligentes sobre seus ativos da informação. Carl Shapiro é professor da Universidade da Califórnia e Hal R. Varian é professor da UC, em Berkeley.

Conjuntura Econômica Baiana



Sendo os efeitos da crise financeira internacional ainda o principal empecilho na performance da economia brasileira e baiana, alguns dos principais indicadores analisados não apresentaram resultados satisfatórios no acumulado do ano, entre janeiro e julho de 2009. A economia baiana exibiu resultados negativos tanto na produção industrial como na balança comercial e o mercado de trabalho mantém a tendência verificada no mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, os resultados apresentados pelo comércio varejista mantêm a dinâmica de crescimento observada no setor.

A produção da indústria baiana de transformação registrou, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), queda de 10,3% em 2009, no acumulado do ano, entre janeiro e julho, em comparação com o mesmo período de 2008. Os segmentos que influenciaram negativamente foram *Refino de petróleo e álcool* (-25,9%); *Metalurgia básica* (-21,8%) e *Produtos químicos* (-4,8%). Os setores de *Alimentos e bebidas* e *Minerais não metálicos*, com forte peso na indústria baiana, registraram crescimento de 2,2% e 7,7%, respectivamente. Já o setor *Veículos automotores* apresentou decréscimo de 18,5%.

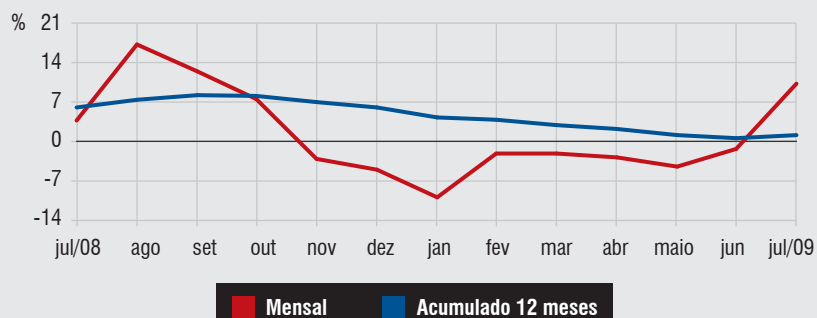
Seguindo a mesma análise, a balança comercial baiana registrou decréscimo significativo tanto das exportações quanto nas importações, com taxas de 32,9% e 42,1%, respectivamente. Essa trajetória persiste em patamares negativos, porém em percentuais menores. As exportações somaram US\$ 3,6 bilhões e as importações US\$ 2,3 bilhões, acumulando um saldo positivo de US\$ 1,3 bilhão.

O comércio varejista foi o setor da economia que apresentou o melhor desempenho no período em análise, favorecido pelo aquecimento da economia, que, em relação à atividade varejista, se manteve mesmo em meio aos reflexos da crise econômica. As vendas registraram crescimento de 5,2%, percentual superior aos registrados desde janeiro de 2009. Os segmentos que evidenciaram as maiores contribuições de crescimento no ano foram *Hipermercados, supermercados e produtos alimentícios* (8,0%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (37,7%) e *Artigos farmacêuticos* (7,8%). As vendas de *Veículos, motos e peças* registraram crescimento de 5,5% no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, acumula alta de 2,3% entre janeiro e julho 2009. Essa taxa é 1,7 p.p. inferior do nível registrado no mesmo período do ano anterior e se observa um acentuado arrefecimento nos preços dos produtos que compõem o índice na capital baiana. Com isso, apenas o item de *Artigos de residência* (-2,2%) pressionou negativamente no período em análise.

Por fim, no mercado de trabalho, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em 2009 fechou em 20,4% no primeiro semestre. Segundo a mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores teve crescimento de 2,4% em maio de 2009 em relação a maio de 2008.

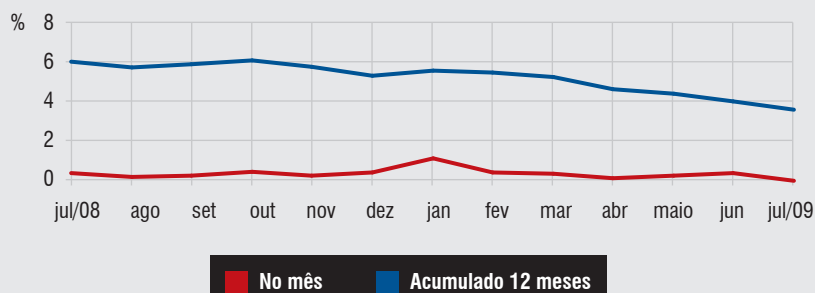
O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em julho de 2009, acréscimo de 10,2% na comparação com o mesmo mês de 2008. Essa foi a primeira taxa positiva apresentada em 2009 na atividade econômica. Apesar de apresentar taxas decrescentes em meses anteriores, o índice acumula acréscimo de 1,1% nos últimos 12 meses.



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

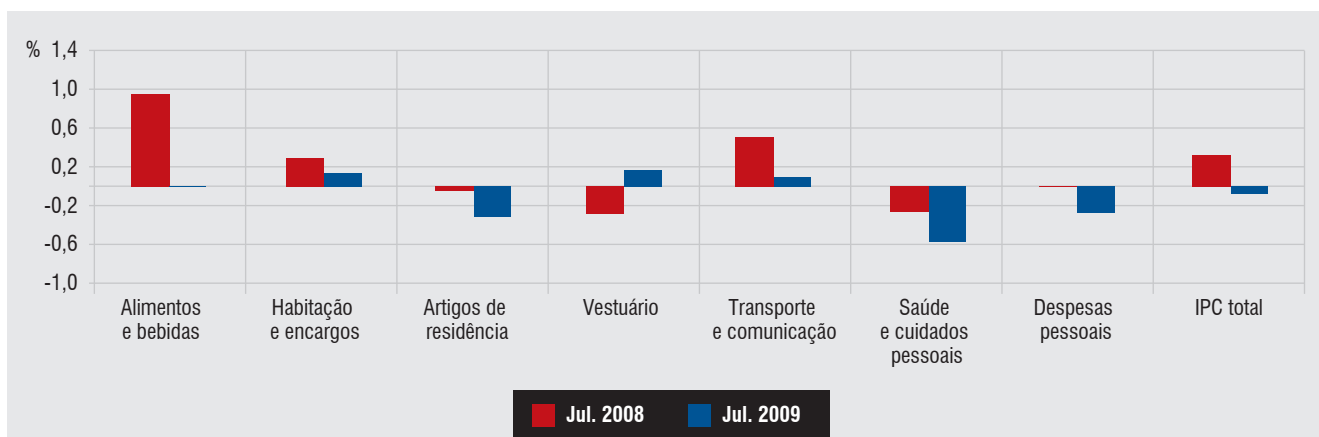
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Em julho de 2009, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou deflação de 0,08%. No acumulado dos 12 meses, essa taxa apresentou variação positiva de 3,57%. Esse resultado reflete o decréscimo em 132 produtos, dos 375 que compõem o IPC-SEI. Dentre eles, os que sofreram maior redução nos preços foram ingresso para teatro (34%), tomate (18%), conjunto de painéis (27%), caderno (13%), alface (12%), batata-inglesa (10%).



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

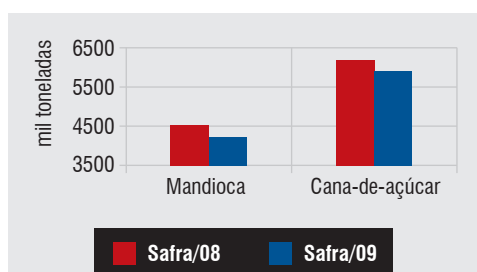
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Os grupos *Artigos de residência* (-0,32%), *Saúde e cuidados pessoais* (-0,57%) e *Despesas pessoais* (-0,28%) apresentaram, no mês de julho, as maiores contribuições para a deflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos *Conjunto de painéis* (26,8%) e *Tapete* (16,2%) foram os que apresentaram as maiores reduções de preços no período, seguidos de *Plano de saúde* (3,5%), *Creme e fio dental* (1,5%), *Ingressos de teatro* (34,1%) e *Caderno* (13,1%).

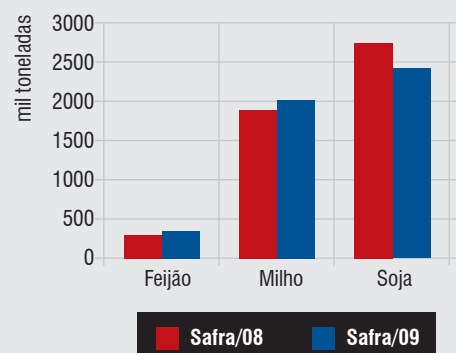


Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

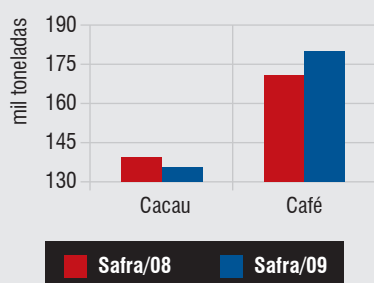
Os resultados para a safra agrícola baiana de agosto de 2009, divulgados pelo último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, ratificam a tendência de queda da produção de mandioca no estado, que foi da ordem de 6,5%, como também da produção de cana-de-açúcar (-4,3%) em relação à safra 2008. Esses resultados negativos para ambos os produtos podem ser explicados pelo excesso das chuvas ocorridas nas regiões produtoras, acrescido dos rescaldos da crise internacional, especificamente no setor sucroalcooleiro.

As estimativas de agosto de 2009 para a safra de feijão mantêm a trajetória de crescimento ajustada para 17,5% em relação ao ano anterior. Os preços atrativos do feijão e as boas perspectivas climáticas vêm favorecendo a performance da oferta dessa importante leguminosa da dieta doméstica. As estimativas da produção de milho também figuram com acréscimo, porém menor (6,9%), em relação a 2008. Quanto à soja, observa-se queda de 12%, contrariando o comportamento positivo verificado na safra anterior, face à instalação da crise internacional justamente no período do preparo do solo e plantio (set/nov. de 2008) da safra de 2009. O algodão, por sua vez, mantém uma trajetória de decréscimo da produção em julho de 2009, (-16,8%), figurando no rol dos grãos com produção em declínio no estado. Além da produção, verificou-se também redução na área colhida (-4,8%) e no rendimento físico (-12,7%). As chuvas de abril, maio e junho trouxeram prejuízos para os produtores, com quebra de safra e retardo na colheita.



**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho, soja e algodão – Bahia**

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

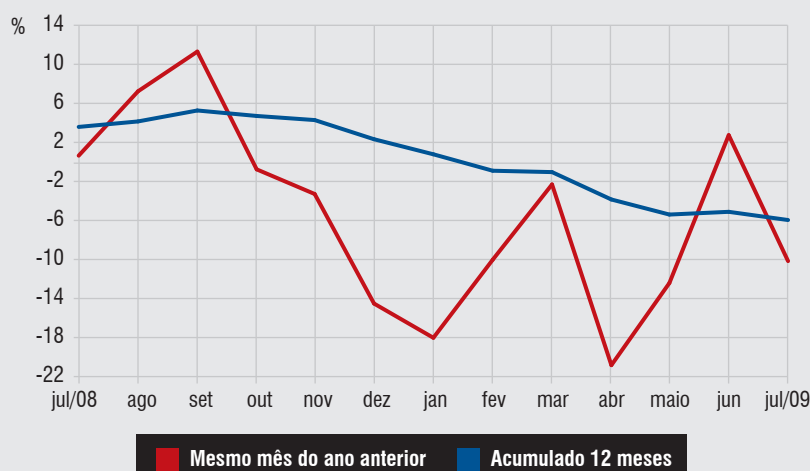


**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

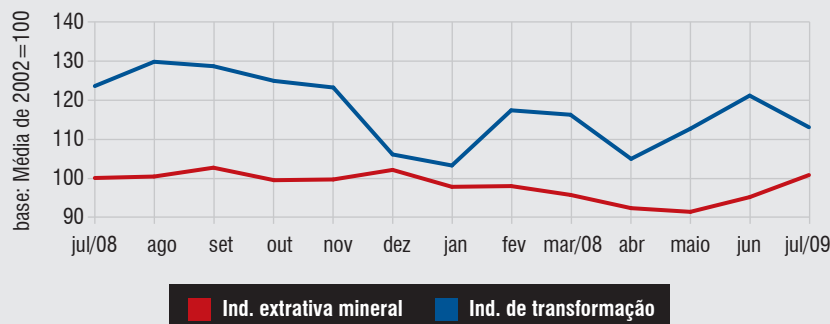
As estimativas para a produção de cacau em agosto de 2009 apresentam queda de 2,8%, refletindo o quadro de descenso da área plantada (-1,9) e área colhida (-3,4%) dessa tradicional *commodity*. Já para o café, constata-se um incremento de produção de 5,5%, em razão do aumento de produtividade em torno de 5,4%, embora a colheita esteja atrasada, sobretudo na região oeste, devido às chuvas que ocorreram entre maio e junho, prejudicando a colheita. A expectativa no mercado do café em 2009 é de otimismo para os produtores brasileiros, face à retomada de boas cotações do produto no mercado futuro.

A indústria de transformação baiana registrou, em julho de 2009, queda de 10,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O indicador acumula, em sete meses, retração de 10,3%, reduzindo significativamente as expectativas iniciais quanto ao crescimento da atividade industrial no estado. No que se refere aos setores neste mesmo período, os de *Refino de petróleo e produção de álcool* (-25,9%), *Metalurgia básica* (-21,8%) e *Produtos químicos* (-4,8%) foram os que contribuíram negativamente. Por outro lado, as maiores contribuições positivas vieram dos segmentos de *Alimentos e bebidas* (2,2%) e *Minerais não metálicos* (7,7%).



**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

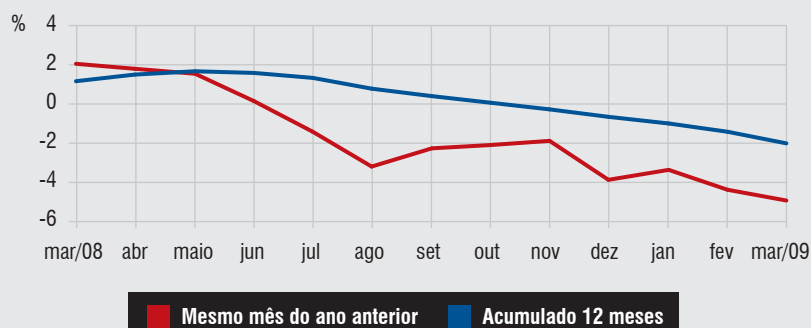


Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

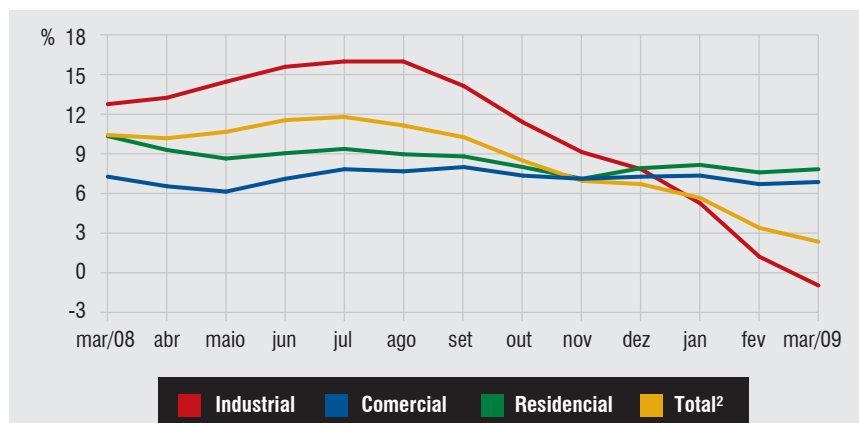
A análise da indústria de transformação, eliminando influências sazonais, aponta que, em julho de 2009, houve decréscimo de -6,6% na comparação com o mês de junho do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo decréscimo de 24,3% no ramo de refino de petróleo e produção de álcool. Além deste ramo, os setores que também apresentaram queda foram *Borracha e plástico* (-2,9%) e *Papel e celulose* (-9,6%). O setor que registrou variação positiva foi o de *Minerais não metálicos* (13,0%). A indústria extrativa também registrou crescimento (5,9%) nesta análise.

Em julho de 2009, a indústria baiana de transformação teve redução de 5,0% no nível de emprego, quando comparada ao mesmo mês de 2008, contribuindo para o decréscimo apontado no acumulado de 2009 (-3,3%) e no acumulado dos 12 meses (-2,0%). Portanto, cabe destacar alguns segmentos que contribuíram para a retração do emprego industrial nesta última comparação: *Produtos químicos*, (-20,1%); *Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (-18,3%); *Papel e gráfica* (-9,0%); *Vestuário* (-8,4%) e *Borracha e plástico* (-2,9%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ – Bahia

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

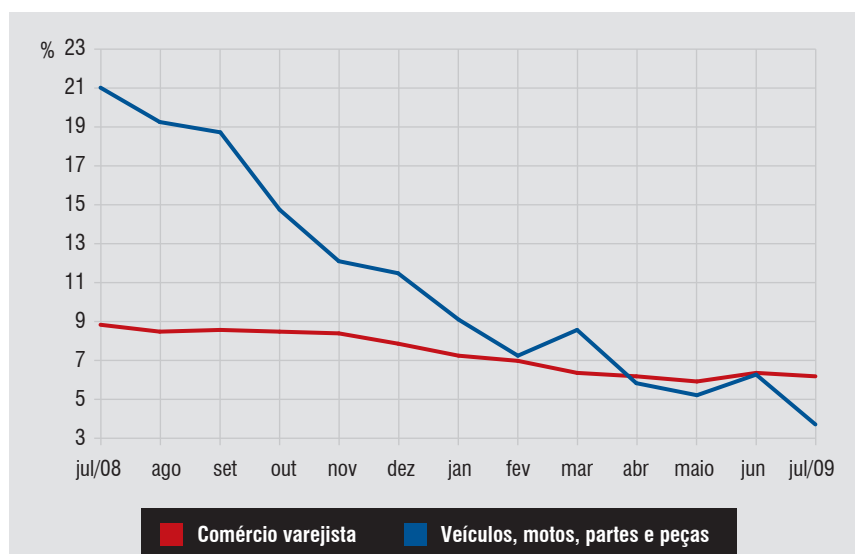
¹ Acumulado 12 meses.

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de junho de 2009, decréscimo de 3,9% em relação ao mesmo mês de 2008. No acumulado dos 12 meses, o consumo de energia elétrica registra expansão de 2,3%. Dentre os principais setores de consumo, nesta mesma comparação, o setor industrial apresenta decréscimo de 1,0%, enquanto os outros dois setores, residencial e comercial, expandiram 7,8% e 6,9%, respectivamente.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) registrou crescimento de 8,5% no volume de vendas do varejo baiano no mês de julho de 2009, comparado a igual mês do ano passado. O aquecimento do setor nos sete primeiros meses de 2009 resultou em uma taxa acumulada de 5,2%. Para os últimos 12 meses, a trajetória de crescimento mantém-se positiva em 6,2%. Quanto ao segmento de *Veículos, motos e peças*, a variação no mês de julho de 2009 foi negativa em 4,3%. Entretanto, esse desempenho não comprometeu o resultado das vendas no acumulado dos últimos 12 meses (3,7%).

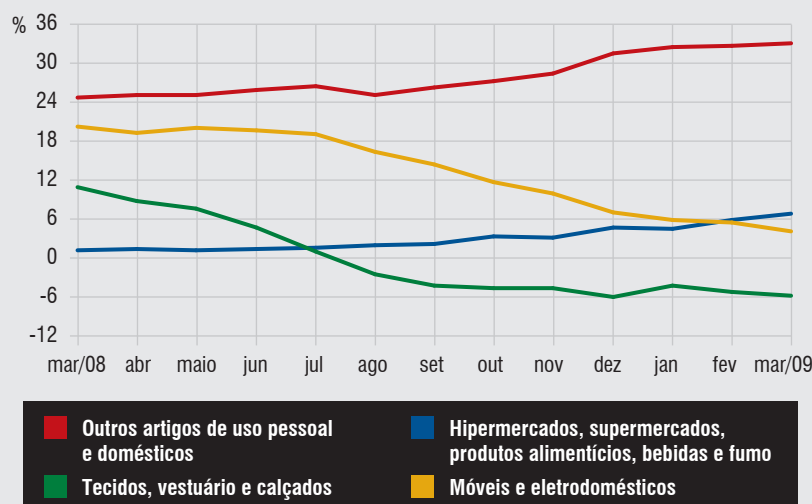


Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ – Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Acumulado nos últimos 12 meses.



Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos – Bahia

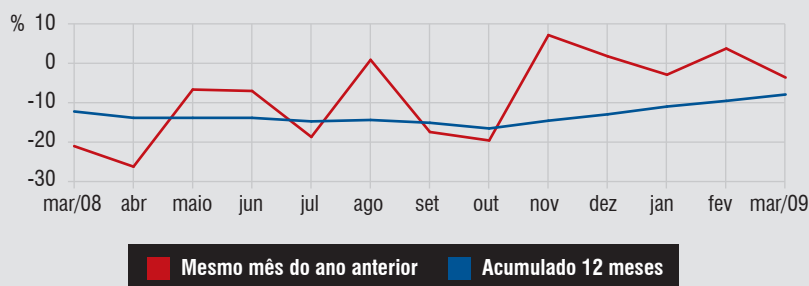
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Acumulado nos últimos 12 meses.

O aquecimento das vendas do comércio varejista no mês de julho de 2009 foi impulsionado pelo comportamento dos segmentos de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (13,5%), e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (34,3%). O volume de negócios do segmento de *Móveis e eletrodomésticos*, embora positivo, apresentou ritmo de crescimento reduzido (4,7%). Quando analisado o acumulado dos últimos 12 meses, verifica-se que os dois primeiros segmentos apresentaram trajetórias ascendentes, enquanto o terceiro registrou arrefecimento das vendas.

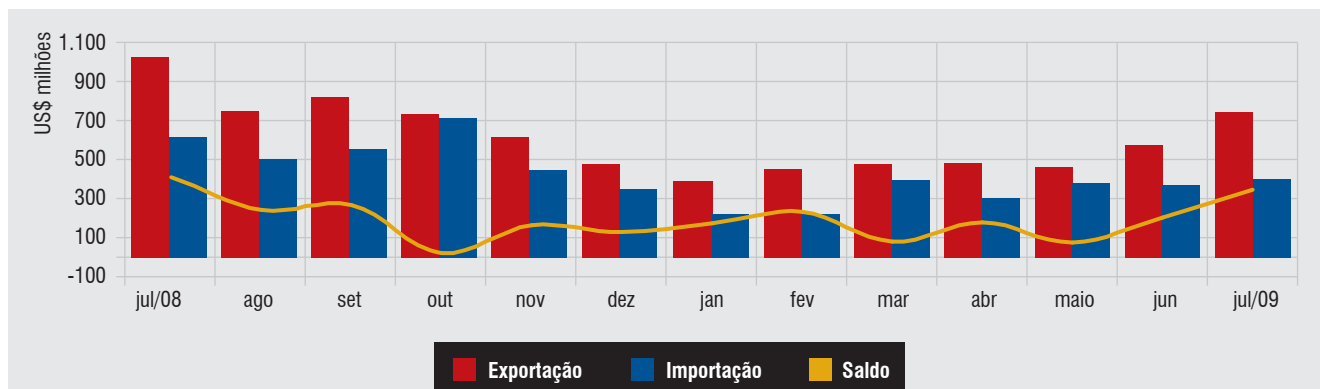
Em julho de 2009, foram emitidos 302,1 mil cheques sem fundos na Bahia, representando decréscimo de 3,7% na comparação com o mesmo mês de 2008. As constantes oscilações de taxas negativas, registradas desde julho de 2007, determinaram uma trajetória de queda também no acumulado dos 12 meses. Desde o mês de março de 2007, têm-se verificado taxas negativas no acumulado dos 12 meses, culminando com o percentual de 8,0% em julho de 2009.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

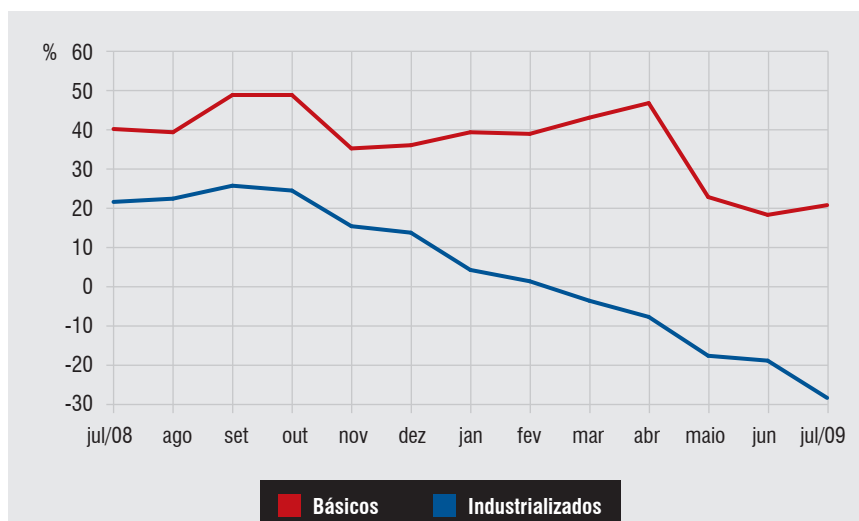


Balança comercial – Bahia

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

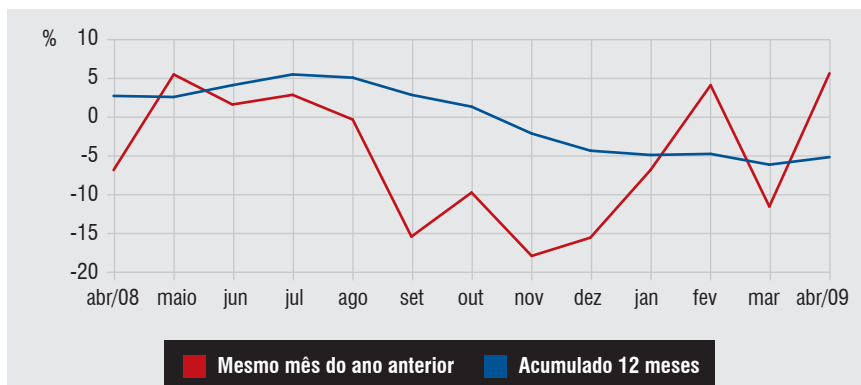
As exportações baianas somaram, em julho de 2009, US\$ 744,7 milhões, e as importações, US\$ 401,4 milhões, resultando num superávit mensal de US\$ 343,3 milhões. Confrontando julho de 2009 com o mesmo mês do ano anterior, tanto as exportações quanto as importações baianas apresentaram taxas negativas, 27,1% e 34,7%, respectivamente, fruto da crise internacional.

As exportações por fator agregado, na comparação julho de 2009 em relação a julho de 2008, registraram crescimento apenas nas vendas de produtos básicos (70,0%), enquanto as vendas de produtos industrializados recuaram 43,4%. No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos também apresentam crescimento (20,6%), e os industrializados apresentam queda de 28,3%. Os dados demonstram que as exportações de produtos básicos estão crescendo mais expressivamente em relação aos produtos industrializados. É importante destacar que esse crescimento é pautado, em grande parte, mais sobre o valor dos produtos do que sobre a quantidade.



Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ – Bahia

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
¹ Acumulado 12 meses.

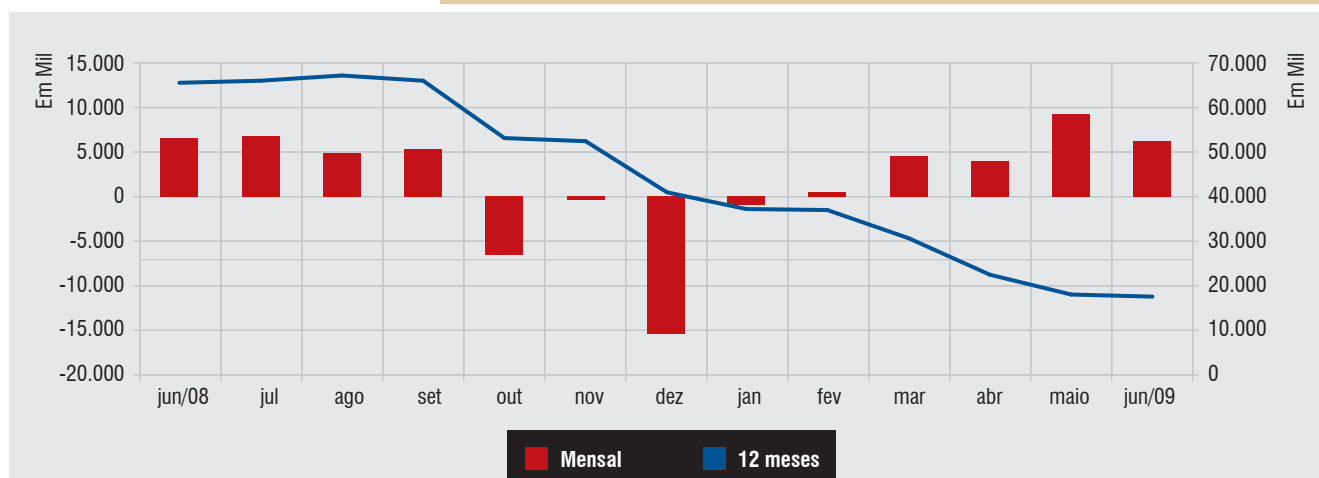


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, em julho de 2009, acréscimo de 5,6% na comparação com o mesmo mês de 2008. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 758,8 milhões. No acumulado dos últimos 12 meses, a arrecadação acumula decréscimo de 5,2%. Este desempenho é proveniente da baixa arrecadação verificada no estado neste ano.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

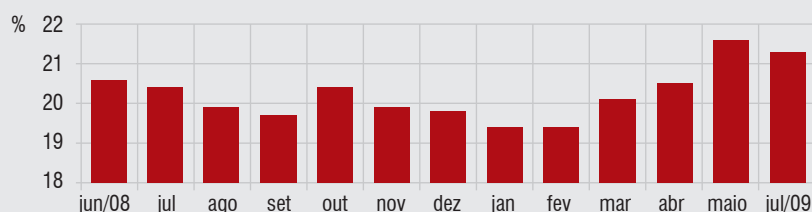
Em junho, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apurado pelo Caged revelou expansão em 6.119 novos postos de trabalho gerados. Esse dado coloca o estado como o maior gerador de empregos na região Nordeste no primeiro semestre de 2009. No acumulado do semestre, verificou-se a geração de mais de 23 mil novos postos, enquanto o conjunto do Nordeste acumula redução de mais de 67 mil empregos celetistas. Nos últimos 12 meses, a Bahia gerou mais de 17 mil novos postos.



Geração de empregos celetistas na Bahia

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC

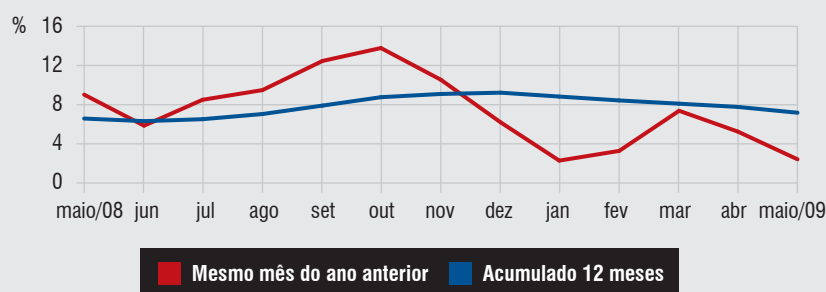
Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, em junho de 2009, a Taxa de Desemprego alcançou 21,3% da PEA (População Economicamente Ativa), algo em torno de 391 mil pessoas. Cotejando-se com junho de 2008, verificou-se variação positiva de 4,3% e, com relação a maio de 2009, observou-se redução de 1,3%. O crescimento maior da ocupação em relação ao crescimento da PEA explica esse resultado. O setor de Comércio respondeu pela geração de 14 mil novos postos entre maio e junho.



Taxa de desemprego total - RMS

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de maio de 2009 (R\$ 993,00), em comparação ao mesmo mês de 2008 (R\$ 970,00), apresentou crescimento de 2,4%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS). Quanto à massa de rendimentos, verificou-se redução de 1,3%, em razão do "imposto inflacionário" no período.



Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

¹ Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ¹ – Salvador – jul. 2009						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	julho/08	julho/09	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun/07 = 100	Jun/94 = 100
Alimentos e bebidas	0,95	-0,01	1,07	2,37	118,74	290,70
Habitação e encargos	0,29	0,14	5,48	7,20	111,25	762,75
Artigos de residência	-0,05	-0,32	-2,19	-0,80	95,39	219,53
Vestuário	-0,29	0,17	0,77	4,34	104,77	187,86
Transporte e comunicação	0,51	0,09	1,36	0,52	103,66	743,28
Saúde e cuidados pessoais	-0,27	-0,57	3,56	4,47	113,99	382,07
Despesas pessoais	-0,01	-0,28	4,07	7,51	113,34	447,06
Geral	0,32	-0,08	2,25	3,57	110,27	370,71

Fonte: SEI.

¹ O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – ago. 2009					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	168,06	-3,12	-13,05	-9,58	39,28
Belém	202,69	0,49	1,83	-1,76	47,38
Belo Horizonte	213,51	-0,48	-7,27	-7,68	49,91
Brasília	217,27	-0,23	-7,99	-5,19	50,79
Curitiba	211,47	2,30	-7,81	-8,03	49,43
Florianópolis	216,53	0,59	-9,41	-1,13	50,61
Fortaleza	176,57	-3,05	-10,52	-1,01	41,27
Goiânia	196,68	0,58	-6,09	-4,78	45,97
João Pessoa	178,12	-3,02	-11,18	-2,29	41,64
Natal	194,11	-3,22	-8,78	2,74	45,37
Porto Alegre	238,67	0,51	-6,35	-1,03	55,79
Recife	186,31	-2,09	1,47	5,80	43,55
Rio de Janeiro	213,75	0,88	-10,86	-0,43	49,96
Salvador	191,12	-2,34	-1,00	2,05	44,68
São Paulo	225,69	-0,65	-5,76	-6,41	52,76
Vitória	223,09	0,00	-1,96	7,26	52,15
Manaus	217,90	1,15	-3,51	nd	50,94

Fonte: Dieese.

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.² Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2008/2009

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2008 ²	2009 ³	Variação(%)	2008 ²	2009 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	170.998	172.336	0,8	25.121	24.886	-0,9
Algodão herbáceo	1.189.460	989.180	-16,8	3.770	3.293	-12,7
Alho	4.124	5.157	25,0	6.761	8.070	19,4
Amendoim	7.393	7.271	-1,7	1.073	1.021	-4,8
Arroz total	40.897	58.815	43,8	1.598	1.747	9,3
Arroz sequeiro	35.512	53.047	49,4	1.488	1.655	11,2
Arroz irrigado	5.385	5.772	7,2	3.120	3.554	13,9
Batata-inglesa	291.220	290.680	-0,2	39.904	37.692	-5,5
Cana-de-açúcar	6.180.785	5.912.967	-4,3	56.977	56.276	-1,2
Cebola	254.785	204.649	-19,7	23.411	23.561	0,6
Feijão total	298.556	350.741	17,5	541	699	29,1
Feijão 1ª safra	92.607	113.461	22,5	526	535	1,7
Sequeiro	29.277	38.460	31,4	466	570	22,3
Irrigado	13.123	12.268	-6,5	2.942	3.347	13,8
Corda	50.207	62.733	24,9	462	445	-3,7
Feijão 2ª safra	205.949	237.280	15,2	657	824	25,4
Sequeiro	161.933	192.855	19,1	572	672	17,5
Irrigado	33.946	34.596	1,9	2.653	2.950	11,2
Corda	10.070	9.829	-2,4	560	548	-2,1
Fumo	8.705	7.762	-10,8	984	1.014	3,0
Girassol	10.291	6.357	-38,2	1.134	1.495	31,8
Mamona	97.954	61.992	-36,7	831	589	-29,1
Mandioca	4.519.966	4.225.114	-6,5	13.126	13.058	-0,5
Milho total	1.882.648	2.014.440	7,0	2.631	2.766	5,1
Milho 1ª safra	1.404.873	1.536.417	9,4	3.725	3.938	5,7
Sequeiro	1.236.158	1.376.384	11,3	3.454	3.709	7,4
Irrigado	168.715	160.033	-5,1	8.783	8.407	-4,3
Milho 2ª safra	477.775	478.023	0,1	1.448	1.583	9,3
Sequeiro	473.162	476.289	0,7	1.440	1.548	7,5
Irrigado	4.613	1.734	-62,4	3.661	1.889	-48,4
Soja	2.747.634	2.418.401	-12,0	3.036	2.552	-15,9
Sorgo granífero	103.049	126.998	23,2	1.599	1.440	-9,9
Tomate	269.754	264.838	-1,8	44.099	44.949	1,9
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	1.425.709	1.429.010	0,2	15.442	15.459	0,1
Cacau	139.331	135.422	-2,8	255	256	0,4
Café	170.680	180.140	5,5	1.105	1.165	5,4
Castanha-de-cajú	4.536	5.130	13,1	186	208	11,8
Coco-da-baía ⁴	598.815	623.573	4,1	7.394	7.503	1,5
Guaraná	2.071	2.054	-0,8	318	316	-0,6
Laranja ⁵	1.125.609	1.118.887	-0,6	17.462	17.316	-0,8
Mamão ⁵	1.128.754	813.191	-28,0	62.417	50.847	-18,5
Pimenta-do-reino	4.181	3.765	-9,9	2.362	2.245	-5,0
Sisal	240.084	236.058	-1,7	878	900	2,5
Uva	101.787	92.299	-9,3	23.107	24.482	6,0

Fonte: IBGE/GCEA-LSPA-PAM.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2008 (dados sujeitos a retificação).³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto de 2009 (dados sujeitos a retificação).⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual.

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2008/2009

Produtos do LSPA¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)⁴	
	2008²	2009³	Variação (%)	2008²	2009³	Variação (%)	2008²	2009³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	9.328	10.098	8,3	6.807	6.925	1,7	2.521	3.173
Algodão herbáceo	315.477	300.665	-4,7	315.477	300.370	-4,8	0	295
Alho	610	639	4,8	610	639	4,8	0	0
Amendoim	6.887	7.124	3,4	6.887	7.124	3,4	0	0
Arroz total	25.642	33.667	31,3	25.587	33.667	31,6	55	0
Arroz sequeiro	23.916	32.043	34,0	23.916	32.043	34,0	0	0
Arroz irrigado	1.726	1.624	-5,9	1.726	1.624	-5,9	0	0
Batata-inglesa	7.298	7.720	5,8	7.298	7.720	5,8	0	0
Cana-de-açúcar	109.558	107.568	-1,8	108.479	105.070	-3,1	1.079	2.498
Cebola	10.883	8.686	-20,2	10.883	8.686	-20,2	0	0
Feijão total	578.400	578.299	0,0	489.617	529.070	8,1	88.783	49.229
Feijão 1ª safra	259.383	261.466	0,8	175.970	212.237	20,6	83.413	49.229
Sequeiro	135.607	109.135	-19,5	62.823	67.500	7,4	72.784	41.635
Irrigado	4.660	3.665	-21,4	4.660	3.665	-21,4	0	0
Caupi	119.316	148.666	24,6	108.687	141.072	29,8	10.629	7.594
Feijão 2ª safra	319.017	316.833	-0,7	313.647	316.833	1,0	5.370	0
Sequeiro	287.208	287.183	0,0	282.868	287.183	1,5	4.340	0
Irrigado	12.795	11.729	-8,3	12.795	11.729	-8,3	0	0
Caupi	19.014	17.921	-5,7	17.984	17.921	-0,4	1.030	0
Fumo	8.850	7.657	-13,5	8.850	7.657	-13,5	0	0
Girassol	9.071	4.310	-52,5	9.071	4.252	-53,1	0	58
Mamona	120.379	106.468	-11,6	117.934	105.227	-10,8	2.445	1.241
Mandioca	393.036	405.348	3,1	344.364	323.577	-6,0	48.672	81.771
Milho total	804.372	820.216	2,0	707.014	697.556	-1,3	97.358	122.660
Milho 1ª safra	471.310	512.797	8,8	377.117	390.137	3,5	94.193	122.660
Sequeiro	452.100	493.762	9,2	357.907	371.102	3,7	94.193	122.660
Irrigado	19.210	19.035	-0,9	19.210	19.035	-0,9	0	0
Milho 2ª safra	333.062	307.419	-7,7	329.897	307.419	-6,8	3.165	0
Sequeiro	331.802	306.501	-7,6	328.637	306.501	-6,7	3.165	0
Irrigado	1.260	918	-27,1	1.260	918	-27,1	0	0
Soja	905.018	947.823	4,7	905.018	947.823	4,7	0	0
Sorgo granífero	65.540	97.220	48,3	64.440	88.180	36,8	1.100	9.040
Tomate	6.117	5.892	-3,7	6.117	5.892	-3,7	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	96.889	98.190	1,3	92.326	92.439	0,1	4.563	5.751
Cacau	569.155	558.326	-1,9	547.244	528.569	-3,4	21.911	29.757
Café	160.569	165.085	2,8	154.399	154.568	0,1	6.170	10.517
Castanha-de-cajú	24.613	25.168	2,3	24.324	24.679	1,5	289	489
Coco-da-baía	81.954	83.705	2,1	80.992	83.115	2,6	962	590
Guaraná	6.667	6.657	-0,1	6.512	6.491	-0,3	155	166
Laranja	64.513	64.876	0,6	64.462	64.617	0,2	51	259
Mamão	18.154	16.540	-8,9	18.084	15.993	-11,6	70	547
Pimenta-do-reino	1.840	1.774	-3,6	1.770	1.677	-5,3	70	97
Sisal	280.813	267.416	-4,8	273.398	262.401	-4,0	7.415	5.015
Uva	4.405	3.770	-14,4	4.405	3.770	-14,4	0	0

Fonte: IBGE/GCEA–LSPA–PAM.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2008 (dados sujeitos a retificação).

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto/2009 (dados sujeitos a retificação).

⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida.

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – jul. 2009

(%)

Classes e gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria geral	-9,6	-10,1	-5,8
Extrativa mineral	0,8	-4,7	-1,7
Indústria de transformação	-10,1	-10,3	-6,0
Alimentos e bebidas	-1,2	2,2	3,7
Celulose, papel e produtos de papel	-16,2	-1,6	8,9
Refino de petróleo e álcool	-28,4	-25,9	-15,0
Produtos químicos	1,6	-4,8	-7,1
Borracha e plástico	-13,0	-8,1	-2,9
Minerais não metálicos	9,3	7,7	14,4
Metalurgia básica	-10,7	-21,8	-12,1
Veículos automotores	-54,2	-18,5	-21,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – jul. 2008 / jul. 2009

(%)

Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Julho 2008	0,6	4,1	3,6
Agosto	7,3	4,5	4,1
Setembro	11,3	5,3	5,2
Outubro	-0,8	4,6	4,8
Novembro	-3,3	3,9	4,3
Dezembro	-14,5	2,4	2,4
Janeiro	-18,1	-18,1	0,8
Fevereiro	-10,0	-14,2	-0,9
Março	-2,3	-10,3	-1,1
Abril	-20,9	-13,0	-3,8
Maiο	-12,5	-12,9	-5,4
Junho	2,8	-10,4	-5,1
Julho 2009	10,1	-10,3	-6,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – jun. 2009				
				(%)
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	31,5	-13,2	-9,7	-1,1
Residencial	-5,6	5,8	8,5	7,8
Industrial ¹	2,4	-11,2	-10,4	-1,0
Comercial	-1,0	6,0	5,6	6,9
Utilidades públicas ²	2,5	7,4	4,0	2,1
Setor público	-2,3	5,3	4,8	5,8
Concessionária	-5,9	-4,7	-2,0	-1,1
Total	0,9	-3,9	-2,7	2,3

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.⁵ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ – Bahia – jul. 2009			
			(%)
Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio Varejista	8,5	5,2	6,2
Combustíveis e lubrificantes	1,0	1,1	5,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	13,5	8,0	6,9
Hipermercados e supermercados	13,5	6,9	5,6
Tecidos, vestuário e calçados	-1,3	-3,5	-5,8
Móveis e eletrodomésticos	4,7	-0,4	4,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	11,7	7,8	8,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	15,5	18,7	21,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-32,6	-27,6	-15,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	34,3	37,7	33,1
Veículos, motos e peças	-4,3	5,5	3,7
Material de construção	-6,3	-7,5	-2,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Dados deflacionados pelo IPCA² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados – Bahia – jul. 2008/jul. 2009

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³
Julho 2008	5,3	-15,5	-12,1	9,3	5,3	3,0
Agosto	-6,7	-17,5	-12,8	-6,0	-0,84	2,5
Setembro	11,0	3,0	-11,2	9,3	21,8	4,5
Outubro	-3,3	-16,5	-11,8	3,4	5,2	4,6
Novembro	-12,7	-20,1	-12,5	-15,4	-3,5	3,8
Dezembro	18,1	-2,2	-11,7	16,3	12,5	4,6
Janeiro	-10,4	-23,3	-23,3	-9,9	-13,1	-13,1
Fevereiro	-13,1	-20,3	-21,9	-12,3	-9,4	-11,4
Março	20,5	-5,0	-16,6	20,5	6,6	-5,7
Abril	-9,4	-7,9	-14,6	-8,6	0,4	-4,2
Maio	-5,9	-12,0	-14,1	-2,8	-2,4	-3,9
Junho	11,6	-2,9	-12,4	10,0	6,2	-2,2
Julho 2009	-0,1	-7,9	-11,7	1,1	-1,7	-2,2

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador – jun. 2009			
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego total	21,3	19,3	28,9
Desemprego aberto	13,9	12,6	18,6
Desemprego oculto	7,5	6,7	10,2
Participação (PEA/PIA)	58,6	59,2	56,4

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/jun. 2009				
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2008	11,7	11,1	61,8	62,5
Fevereiro	11,9	11,1	61,4	61,7
Março	12,3	11,6	60,9	61,3
Abril	12,6	12,0	60,1	60,3
Maio	12,4	11,7	59,9	60,1
Junho	12,2	11,5	59,7	59,9
Julho	12,2	11,3	59,6	60,2
Agosto	12,2	11,5	60,0	60,7
Setembro	12,2	11,6	60,3	60,8
Outubro	12,6	12,0	60,5	60,7
Novembro	11,9	11,3	60,1	60,2
Dezembro	11,7	11,0	59,3	59,4
Janeiro 2009	11,5	10,9	58,9	59,4
Fevereiro	11,5	11,0	58,7	59
Março	12,0	10,9	58,7	59,1
Abril	12,7	11,5	58,8	58,9
Maio	13,6	12,1	58,6	59,0
Junho	13,9	12,6	58,6	59,2

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/jun. 2009**

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	10 anos Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2008	1.862	141,9	1.493	142,7	369	138,7	1.151	125,7	61,8	19,8	3.506
Fevereiro	1.855	141,4	1.467	140,2	388	145,9	1.165	127,2	61,4	20,9	3.512
Março	1.844	140,5	1.457	139,3	387	145,5	1.183	129,1	60,9	21,0	3.518
Abril	1.824	139,0	1.445	138,1	379	142,5	1.210	132,1	60,1	20,8	3.524
Maio	1.822	138,9	1.443	138,0	379	142,5	1.220	133,2	59,9	20,8	3.531
Junho	1.820	138,7	1.445	138,1	375	141,0	1.229	134,2	59,7	20,6	3.537
Julho	1.821	138,8	1.449	138,5	372	139,8	1.235	134,8	59,6	20,4	3.543
Agosto	1.838	140,1	1.472	140,7	366	137,6	1.225	133,7	60,0	19,9	3.549
Setembro	1.851	141,1	1.486	142,1	365	137,2	1.219	133,1	60,3	19,7	3.555
Outubro	1.862	141,9	1.482	141,7	380	142,9	1.216	132,8	60,5	20,4	3.562
Novembro	1.854	141,3	1.485	142,0	369	138,7	1.231	134,4	60,1	19,9	3.568
Dezembro	1.833	139,7	1.470	140,5	363	136,5	1.259	137,4	59,3	19,8	3.574
Janeiro 2009	1.825	139,1	1.471	140,6	354	133,1	1.273	139,0	58,9	19,4	3.580
Fevereiro	1.823	138,9	1.469	140,4	354	133,1	1.283	140,1	58,7	19,4	3.587
Março	1.827	139,3	1.460	139,6	367	138,0	1.285	140,3	58,7	20,1	3.593
Abril	1.834	139,8	1.458	139,4	376	141,4	1.285	140,3	58,8	20,5	3.599
Maio	1.832	139,6	1.436	137,3	396	148,9	1.294	141,3	58,6	21,6	3.605
Junho	1.836	139,9	1.445	138,1	391	147,0	1.297	141,6	58,6	21,3	3.612
Variação mensal Jun-09/Mai-09		0,2		0,6		-1,3		0,2	0,0	-1,4	
Variação no ano Jun-09/Dez-08		0,2		-1,7		7,7		3,0	-1,2	7,6	
Variação anual Jun-09/Jun-08		0,9		0,0		4,3		5,5	-1,8	3,4	

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.² Base: Dezembro 1996 = 100.

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/jun. 2009

(%)

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2008	9,4	6,3	16,5	31,6	26,8	8,6	0,8
Fevereiro	9,5	6,0	17,0	31,6	26,5	8,4	1,0
Março	9,2	5,8	16,1	31,9	27,5	8,2	1,3
Abril	9,0	4,9	16,2	32,5	28,1	8,0	1,3
Mai	8,4	5,2	15,7	33,7	27,7	8,0	1,3
Junho	8,7	5,5	15,3	34,0	27,1	8,4	1,0
Julho	8,5	5,9	15,2	34,2	26,6	8,6	1,0
Agosto	8,6	5,8	15,6	33,5	27,0	8,5	1,0
Setembro	8,5	5,7	15,5	33,3	27,5	8,7	0,8
Outubro	8,8	6,2	15,2	32,7	27,6	8,3	1,2
Novembro	8,9	6,0	15,0	32,6	28,5	8,0	1,0
Dezembro	8,8	6,3	16,0	32,5	27,6	7,7	1,1
Janeiro 2009	8,6	6,1	17,0	32,4	26,7	8,2	1,0
Fevereiro	9,0	6,2	16,6	32,7	26,1	8,5	0,9
Março	8,5	6,2	16,0	33,1	26,7	8,5	1,0
Abril	8,5	6,0	15,0	33,4	27,9	8,1	1,1
Mai	7,8	6,3	16,0	33,4	27,7	7,9	0,9
Junho	8,2	6,5	16,9	32,1	27,4	7,9	1,0

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

**Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/jun. 2009**

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa	Empregador	Domésticos	Outros ¹
Janeiro 2008	61,9	39,3	9,7	12,8	23,4	19,3	4,1	2,9	8,6	3,2
Fevereiro	61,2	39,1	9,3	12,8	23,8	19,1	4,7	3	8,4	3,6
Março	61,9	38,6	9,7	13,6	23,2	18,9	4,3	3,5	8,2	3,2
Abril	63,2	38,7	10,1	14,4	22,5	18,6	3,9	3,4	8,1	2,8
Maio	63,8	39,1	10,7	14,0	22,5	19,2	3,4	3,2	8,0	2,5
Junho	64,8	39,7	10,9	14,3	21,6	18,9	2,8	2,9	8,4	2,3
Julho	64,7	39,9	10,7	14,0	21,7	19,3	2,4	2,9	8,6	2,1
Agosto	64,5	39,7	10,6	14,0	21,7	19,2	2,5	3,1	8,5	2,2
Setembro	64,5	40,2	10,6	13,6	21,4	18,8	2,6	3,2	8,7	2,2
Outubro	64,9	40,3	10,5	14,0	21,4	18,8	2,5	3,4	8,3	2,0
Novembro	65,4	40,4	10,2	14,6	21,0	18,2	2,9	3,5	8,0	2,1
Dezembro	64,5	40,3	9,6	14,5	21,9	18,6	3,4	3,6	7,7	2,3
Janeiro 2009	64,0	40,6	9,3	13,9	22,3	18,7	3,6	3,2	8,2	2,3
Fevereiro	64,2	41,0	9,4	13,8	22,5	19,3	3,2	2,9	8,5	1,9
Março	64,7	40,8	9,5	14,4	21,9	19,3	2,6	2,8	8,5	2,1
Abril	65,7	41,4	9,2	15,1	21,3	18,6	2,7	3,0	8,1	1,9
Maio	66,1	42,2	9,0	14,9	20,9	18,3	2,7	3,0	7,9	2,1
Junho	66,2	42,4	9,1	14,6	21,2	18,4	2,8	2,9	7,9	1,8

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/jun. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados ¹			Assalariados ²		
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2008	952,4	541,3	90,4	1.078,9	643,6	89,3
Fevereiro	945,7	536,6	89,8	1.050,5	638,4	87,0
Março	935,8	531,7	88,9	1.048,3	638,3	86,8
Abril	945,0	548,3	89,7	1.056,3	657,3	87,5
Maio	970,2	574,0	92,1	1.093,6	683,6	90,6
Junho	970,5	573,1	92,2	1.099,1	678,8	91,0
Julho	977,3	569,2	92,8	1.104,8	676,6	91,5
Agosto	971,8	569,4	92,3	1.082,6	675,7	89,6
Setembro	983,3	567,3	93,4	1.081,3	669,3	89,5
Outubro	1004,7	594,9	95,4	1.102,2	666,7	91,3
Novembro	1006,4	594,8	95,6	1.113,5	671,6	92,2
Dezembro	989,9	610,0	94,0	1.088,5	685,5	90,1
Janeiro 2009	973,5	605,5	92,4	1.077,1	685,3	89,2
Fevereiro	976,7	603,4	92,7	1.079,8	675,8	89,4
Março	1005,0	601,6	95,4	1.104,1	660,7	91,4
Abril	994,6	601,3	94,4	1.093,5	656,4	90,5
Maio	993,1	600,0	94,3	1.089,4	661,0	90,2
Variação mensal						
Mai-09/abr-09	-0,2	-0,2	-0,2	-0,4	0,7	-0,4
Variação anual						
Mai-09/mai-08	2,4	4,5	2,4	-0,4	-3,3	-0,4

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.² Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.³ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de maio – 2009.⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro –1996 = 100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/maio 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2008	379	525	608	981	2.400
Fevereiro	419	515	606	949	2.425
Março	384	495	607	907	2.433
Abril	372	489	602	905	2.450
Maio	371	492	604	921	2.450
Junho	351	481	605	945	2.441
Julho	346	501	621	949	2.516
Agosto	340	500	613	950	2.531
Setembro	333	531	593	941	2.628
Outubro	333	522	573	969	2.645
Novembro	318	519	564	982	2.687
Dezembro	345	516	582	988	2.615
Janeiro 2009	345	523	604	973	2.480
Fevereiro	350	527	610	955	2.423
Março	352	532	616	961	2.448
Abril	361	526	590	956	2.453
Maio	406	541	587	956	2.489

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de maio – 2009

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/maio 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não assinada
Janeiro 2008	907	1.137	687	892	980	587
Fevereiro	882	1.093	682	856	968	523
Março	865	1.145	682	835	945	551
Abril	879	1.218	695	848	970	535
Maio	896	1.286	754	851	990	551
Junho	915	1.299	789	869	1.016	534
Julho	917	1.288	830	862	1.015	538
Agosto	919	1.232	805	879	1.017	532
Setembro	913	1.264	771	868	1.010	526
Outubro	939	1.341	749	893	1.038	536
Novembro	944	1.411	746	892	1.038	530
Dezembro	916	1.280	745	885	999	540
Janeiro 2009	895	1.162	740	879	967	567
Fevereiro	882	1.146	716	875	947	583
Março	888	1.163	728	885	956	573
Abril	884	1.209	688	884	945	583
Maio	887	1.194	697	879	950	585

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de maio – 2009

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

**Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/maio 2009**

(R\$)

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados²					Assalariados³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2008	213	408	541	1.065	2.148	405	437	644	1.181	2.228
Fevereiro	212	404	537	1.060	2.131	403	430	638	1.172	2.148
Março	211	404	532	1.054	2.024	402	438	638	1.161	2.121
Abril	210	413	548	1.048	2.087	403	437	657	1.176	2.109
Maio	209	433	574	1.054	2.096	433	437	684	1.258	2.161
Junho	208	430	573	1.048	2.087	430	439	679	1.257	2.201
Julho	207	429	569	1.043	2.087	429	445	677	1.243	2.284
Agosto	206	428	569	1.033	2.072	428	444	676	1.213	2.239
Setembro	206	427	567	1.033	2.065	427	431	669	1.141	2.173
Outubro	205	427	595	1.031	2.063	426	442	667	1.233	2.154
Novembro	205	425	595	1.128	2.059	425	450	672	1.235	2.152
Dezembro	204	423	610	1.062	2.051	423	461	685	1.228	2.061
Janeiro 2009	204	419	606	1.023	2.047	419	454	685	1.211	2.119
Fevereiro	203	422	603	1.020	2.039	418	468	676	1.211	2.112
Março	221	448	602	1.103	2.018	418	467	661	1.206	2.212
Abril	241	466	601	1.102	2.010	466	467	656	1.203	2.104
Maio	230	465	600	1.002	2.005	465	466	661	1.202	2.204

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de maio – 2009.

² Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

³ Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia – jan. 2008/ago. 2009					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços
2008	40.922	4.094	3.892	13.643	19.292
Janeiro	2.714	691	1.564	154	-506
Fevereiro	810	-277	1.508	708	-764
Março	10.595	767	3.561	88	4.854
Abril	11.990	2.600	2.390	573	2.793
Maio	13.619	3.340	3.181	1.256	1.781
Junho	6.427	161	-485	2.177	2.570
Julho	6.685	1.033	-1.425	-552	3.040
Agosto	4.793	1.344	805	2.041	1.122
Setembro	5.313	916	739	2.378	4.095
Outubro	-6.446	-333	-3.834	2.140	-1.317
Novembro	-353	-2.728	231	2.898	3.300
Dezembro	-15.225	-3.420	-4.343	-218	-1.676
2009	43.975	3.985	14.206	3.535	14.691
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Fevereiro	422	-277	-282	-421	945
Março	4.497	27	1.839	-425	2.042
Abril	3.917	-381	2.565	490	1.485
Maio	9.060	1.870	624	1.390	2.086
Junho	6.119	278	950	720	1.514
Julho	9.792	995	3.824	980	2.532
Agosto	11.085	2.491	3.780	2.281	4.343
set. 2008 – ago. 2009	27.264	-1.580	6.999	10.733	19.093

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/ago. 2009

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços
2008	22.035	909	1.873	4.550	13.636
Janeiro	67	121	1.378	-313	-1.122
Fevereiro	1.241	-58	925	366	-159
Março	6.943	55	2.495	87	4.250
Abril	3.287	419	1.465	7	1.444
Maio	5.375	611	2.810	344	1.427
Junho	2.592	318	-517	595	1.983
Julho	96	44	-1.689	-384	1.958
Agosto	2.074	488	21	810	512
Setembro	4.909	528	76	1.101	3.096
Outubro	-3.081	-21	-2.569	932	-1.343
Novembro	4.532	-464	716	1.077	2.952
Dezembro	-6.000	-1.132	-3.238	-72	-1.362
2009	19.218	-1.363	9.723	253	10.660
Janeiro	-1.146	101	378	-1.179	-241
Fevereiro	-1.219	-649	-489	-359	333
Março	2.810	-620	1.529	-295	2.185
Abril	3.065	-371	2.173	222	1.134
Maio	1.970	-152	238	348	1.471
Junho	1.474	-258	163	425	1.177
Julho	4.894	242	2.753	320	1.697
Agosto	7.370	344	2.978	771	2.904
set. 2008 – ago.2009	19.578	-2.452	4.708	3.291	14.003

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2009							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Mai-jun / 2009 (c)	% C/b	Até o bimestre (d)	% D/b	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	1.043.551.330	1.043.551.330	129.109.495	12.37	613.169.462	58.76	430.402.234
Receitas correntes	839.902.453	839.902.453	116.321.692	13.85	362.843.602	43.2	477.079.218
Receita tributária	289.838.529	289.838.529	36.388.668	12.55	122.686.849	42.33	167.151.680
Receita de contribuições	431.990.477	431.990.477	60.933.364	14.11	184.046.754	42.6	247.943.722
Receita patrimonial	51.636.459	51.636.459	8.899.841	17.24	22.893.250	44.34	28.743.208
Receita agropecuária	23.078	23.078	3.7	16.03	10.783	46.72	12.295
Receita industrial	653.879	653.879	83.257	12.73	263.327	40.27	390.552
Receita de serviços	33.660.979	33.660.979	4.942.211	14.68	17.502.185	52,00	16.158.794
Transferências correntes	304.76	304.76	21.208	6.96	71.273	23.39	233.487
Receitas correntes a classificar	-	-	13.859	-	20.367	-	(20.367)
Outras receitas correntes	31.794.293	31.794.293	5.035.585	15.84	15.348.813	48.28	16.445.480
Receitas de capital	203.648.877	203.648.877	12.787.803	6.28	250.325.861	122.92	(46.676.984)
Operações de crédito	119.064.938	119.064.938	636.026	0.53	35.063.931	29.45	84.001.007
Alienação de bens	5.070.315	5.070.315	27.811	0.55	175.169	3.45	4.895.146
Amortizações de empréstimos	22.261.895	22.261.895	5.880.559	26.42	15.284.142	68.66	6.977.754
Transferências de capital	149.781	149.781	9.462	6.32	36.151	24.14	113.629
Outras receitas de capital	57.101.948	57.101.948	6.233.946	10.92	199.766.468	349.84	(142.664.521)

Fonte: STN/CCONT/Geinc– Siafi.

(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Mai-jun / 2009 (c)	% C/b	Até o bimestre (d)	% D/b	
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	12.349.868	12.349.868	1.655.067	13.4	4.860.429	39.36	7.489.439,00
Receitas correntes	12.349.868	12.349.868	1.655.067	13.4	4.860.429	39.36	7.489.439,00
Receita tributária	-	-	243	-	767	-	(767,00)
Receita de contribuições	12.166.601	12.166.601	1.623.090	13.34	4.779.057	39.28	7.387.544,00
Receita patrimonial	2.039	2.039	5.128	251.52	6.065	297.5	(4.027,00)
Receita industrial	135.172	135.172	21.923	16.22	60.213	44.55	74.958,00
Receita de serviços	42.862	42.862	3.937	9.18	12.453	29.05	30.409,00
Outras receitas correntes	3.195	3.195	746	23.35	1.873	58.63	1.322,00
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	1.055.901.198	1.055.901.198	130.764.562	12.38	618.029.891	58.53	437.891.674
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	525.546.563	525.546.563	93.639.290	17.82	159.665.965	30.38	365.880.598
Operações de crédito internas	525.546.563	525.546.563	92.416.788	17.58	157.527.534	29.97	368.019.029
Mobiliária	525.546.563	525.546.563	92.416.788	17.58	157.527.534	29.97	368.019.029
Operações de crédito externas	-	-	1.222.502	-	2.138.431	-	(2.138.431)
Mobiliária	-	-	1.222.502	-	2.138.431	-	(2.138.431)
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	1.581.447.762	1.581.447.762	224.403.852	14.19	777.695.856	49.18	803.772.272
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	1.581.447.762	1.581.447.762	224.403.852	14.19	777.695.856	49.18	803.772.272
Saldo de exercícios anteriores	-	12.027.911	-	-	1.325.099	-	-

Fonte: STN/CCONT/Geinc– Siafi.

Demonstrativo das Receitas da União										(R\$ 1.000)
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan. - jun. 2009										
Despesas	Dotação Inicial (A)	Créditos Adicionais (B)	Dotação Atualizada (C)=a+b)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% H = (g/c)	Saldo A liquidar J = c-g	
				Mai-jun /2009 (d)	Até o bimestre (e)	Mai-jun /2009 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas (exceto intraorçamentárias) (VIII)	1.041.827.202	5.234.127	1.047.061.329	87.029.344	791.551.963	131.140.264	414.802.568	39.62	632.258.761	
Despesas correntes	820.787.459	3.124.128	823.911.587	78.330.606	668.825.669	123.479.611	360.045.734	43.7	463.865.853	
Pessoal e encargos sociais	155.798.824	58.892	155.857.716	25.094.502	76.058.695	25.573.114	74.513.374	47.81	81.344.341	
Juros e encargos da dívida	124.710.971	-	124.710.971	37.538.127	120.802.978	15.088.103	55.255.812	44.31	69.455.160	
Outras despesas correntes	540.277.664	3.065.236	543.342.900	15.697.977	471.963.995	82.818.395	230.276.548	42.38	313.066.352	
Transf. A estados, DF e municípios	194.292.988	991.31	195.284.298	7.584.372	174.765.087	31.872.739	82.186.843	42.09	113.097.455	
Benefícios previdenciários	222.090.436	-	222.090.436	10.958	218.099.528	33.938.254	99.775.841	44.93	122.314.595	
Demais despesas correntes	123.894.241	2.073.926	125.968.166	8.102.647	79.099.380	17.007.402	48.313.864	38.35	77.654.302	
Despesas de capital	195.110.661	2.934.297	198.044.959	8.698.738	122.726.294	7.660.653	54.756.834	27.65	143.288.124	
Investimentos	47.581.612	2.850.806	50.432.418	6.306.675	14.313.704	1.775.852	2.630.228	5.22	47.802.190	
Inversões financeiras	41.280.886	83.491	41.364.377	2.294.648	25.312.123	5.084.753	11.144.484	26.94	30.219.894	
Amortização da dívida	106.248.163	-	106.248.163	97.415	83.100.467	800.048	40.982.122	38.57	65.266.041	
Reserva de contingência	25.929.081	(824.298)	25.104.783	-	-	-	-	-	25.104.783	
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	14.190.971	3.085	14.194.056	1.985.344	6.374.485	2.016.164	5.742.549	40.46	8.451.508	
Despesas correntes	13.477.121	2.065	13.479.186	1.830.161	5.689.739	1.850.347	5.464.498	40.54	8.014.688	
Pessoal e encargos sociais	12.999.053	40	12.999.093	1.753.289	5.399.500	1.781.201	5.290.876	40.7	7.708.217	
Outras despesas correntes	478.068	2.025	480.093	76.872	290.239	69.146	173.622	36.16	306.471	
Despesas de capital	713.851	1.02	714.871	155.183	684.746	165.817	278.051	38.9	436.82	
Investimentos	35.15	1.02	36.17	3.307	15.066	1.074	1.908	5.28	34.262	
Inversões financeiras	678.701	-	678.701	151.876	669.68	164.743	276.143	40.69	402.559	
Subtotal das despesas (X) = (VIII+IX)	1.056.018.173	5.237.212	1.061.255.385	89.014.689	797.926.448	133.156.428	420.545.117	39.63	640.710.268	
Amortização da dívida – refinanciamento (XI)	525.429.589	-	525.429.589	-	518.643.404	50.552.846	179.618.604	34.19	345.810.984	
Amortização da dívida interna	511.274.394	-	511.274.394	-	511.274.394	49.399.992	176.242.930	34.47	335.031.464	
Dívida mobiliária	511.274.074	-	511.274.074	-	511.274.074	49.399.961	176.242.721	34.47	335.031.353	
Outras dívidas	320	-	320	-	320	31	209	65.31	111	
Amortização da dívida externa	14.155.195	-	14.155.195	-	7.369.010	1.152.854	3.375.675	23.85	10.779.520	
Dívida mobiliária	11.204.500	-	11.204.500	-	4.753.172	670.349	2.141.163	19.11	9.063.337	
Outras dívidas	2.950.695	-	2.950.695	-	2.615.838	482.504	1.234.511	41.84	1.716.184	
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X+XI)	1.581.447.762	5.237.212	1.586.684.974	89.014.689	1.316.569.852	183.709.274	600.163.721	37.83	986.521.253	
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	177532135.1	-	-	
Total XIV = (XII + XIII)	1.581.447.762	5.237.212	1.586.684.974	89.014.689	1.316.569.852	183.709.274	777.695.856	-	986.521.253	

Fonte: STN/CCONT/Geinc-Siafi.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Estado

(Continua)

Balço Orçamentário – Receita							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2009							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mai-jun /2009 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	21.191.016.222	21.766.618.489	3.467.553.654	15,93	9.260.776.667	42,55	12.505.841.822
Receitas correntes	19.694.297.535	19.939.522.286	3.390.039.284,6	17	9.123.824.622,2	46	10815697664
Receita tributária	10.829.527.822	11.184.657.218	1.815.881.152	16,24	5.210.772.479	46,59	5.973.884.739
Impostos	10.472.927.837	10.828.057.233	1.751.568.763,5	16	5.033.907.049,6	46	5794150183
Taxas	356.599.985	356.599.985	64.312.388	18,03	176.865.430	49,60	179.734.555
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	1.276.609.873	1.276.609.873	201.248.980	15,76	543.544.164	42,58	733.065.709
Contribuições sociais	1.276.609.873	1.276.609.873	201.248.980,4	16	543.544.163,8	43	733065709,3
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	234.133.247	233.314.365	46.841.432,7	20	109.156.678,1	47	124157686,9
Receitas imobiliárias	23.517.358	23.607.358	2.244.713	9,51	7.419.179	31,43	16.188.179
Receitas de valores mobiliários	203.190.889	202.282.007	44.351.507,2	22	101.050.096,2	50	101231910,8
Receitas de concessões e permissões	6.375.000	6.375.000	224.012	3,51	583.378	9,15	5.791.622
Outras receitas patrimoniais	1.050.000	1.050.000	21.200,6	2	104.024,5	10	945975,47
Receita agropecuária	1.232.000	1.232.000	68.054	5,52	69.488	5,64	1.162.512
Receita da produção vegetal	11.000	11.000	-	-	-	-	11000
Receita da produção animal e derivados	907.000	907.000	67.350	7,43	68.784	7,58	838.216
Outras receitas agropecuárias	314.000	314.000	704,0	0	704,0	0	313296
Receita industrial	124.000	124.000	3.227	2,60	3.227	2,60	120.773
Receita da indústria de transformação	124.000	124.000	3.227,4	3	3.227,4	3	120772,6
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	118.834.730	120.338.531	11.168.753	9,28	34.467.739	28,64	85.870.792
Transferências correntes	8.612.222.303	8.470.690.870	1.584.910.346,2	19	4.069.296.128,7	48	4401394741
Transferências intergovernamentais	8.337.289.446	8.193.800.050	1.514.950.210	18,49	3.945.828.293	48,16	4.247.971.757
Transferências de instituições privadas	-	260.000	-	-	600.000,0	231	-340000
Transferências do exterior	3.256.500	3.643.029	-	-	386.529	10,61	3.256.500
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	271.676.357	272.987.791	69.960.136	25,63	122.481.307	44,87	150.506.484
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	1.127.295.097	1.158.236.966	131.588.383	11,36	301.765.804	26,05	856.471.162
Multas e juros de mora	180.060.747	180.320.747	23.021.262,7	13	57.271.357,6	32	123049389,4
Indenizações e restituições	115.261.302	115.261.302	4.847.492	4,21	9.437.031	8,19	105.824.271
Receita da dívida ativa	14.030.000	14.030.000	1.579.367,8	11	4.250.023,3	30	9779976,74
Receitas diversas	817.943.048	848.624.917	102.140.260	12,04	230.807.392	27,20	617.817.525
Conta retificadora da receita orçamentária	(2.505.681.537)	(2.505.681.537)	(401.671.043,0)	16	(1.145.251.086,4)	46	-1360430451
Receitas de capital	1.496.718.687	1.827.096.203	77.514.369	4,24	136.952.044	7,50	1.690.144.159
Operações de crédito	592.951.645	922.265.645	5.212.427,2	1	29.294.762,6	3	892970882,4
Operações de crédito internas	96.496.000	425.810.000	1.328.096	0,31	18.943.829	4,45	406.866.171
Operações de crédito externas	496.455.645	496.455.645	3.884.330,8	1	10.350.933,2	2	486104711,8
Alienação de bens	98.260.617	98.260.617	1.261.232	1,28	1.353.709	1,38	96.906.908
Alienação de bens móveis	93.166.866	93.166.866	1.261.232,0	1	1.261.232,0	1	91905634
Alienação de bens imóveis	5.093.751	5.093.751	-	-	92.477	1,82	5.001.274
Amortização de empréstimos	52.662.367	52.662.367	9.451.511,3	18	21.776.668,1	41	30885698,9
Amortização de empréstimos	52.662.367	52.662.367	9.451.511	17,95	21.776.668	41,35	30.885.699

(Conclusão)

Balço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2009

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mai-jun /2009 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências de capital	752.631.058	753.694.574	61.589.198,4	8	84.521.380,4	11	669173193,6
Transferências intergovernamentais	98.832.903	98.832.903	9.267.708	9,38	10.782.442	10,91	88.050.461
Transferências de instituições privadas	1.022.000	1.022.000	-	-	-	-	1022000
Transferências do exterior	1.216.200	1.216.200	-	-	-	-	1.216.200
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	651.559.955	652.623.471	52.321.490,8	8	73.738.938,8	11	578884532,2
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	213.000	213.000	-	-	5.524,0	3	207475,98
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-
Div. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	213.000	213.000	-	-	5.524,0	3	207475,98
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	1.289.168.127	1.289.168.127	215.388.223	16,71	666.454.110	51,70	622.714.017
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	22.480.184.349	23.055.786.616	3.682.941.877	15,97	9.927.230.777	43,06	13.128.555.839
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III+IV)	22.480.184.349	23.055.786.616	3.682.941.877	15,97	9.927.230.777	43,06	13.128.555.839
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V+VI)	22.480.184.349	23.055.786.616	3.682.941.877	15,97	9.927.230.777	43,06	13.128.555.839
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	242.501.869	-	-

Receitas intraorçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan-fev / 2009 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas correntes	1.289.168.127	1.289.168.127	215.388.223	16,71	666.454.110	51,70	622.714.017
Receita de contribuições	1.287.268.127	1.287.268.127	212.279.612	16,49	654.325.286	50,83	632.942.841
Contribuições sociais	1.287.268.127	1.287.268.127	212.279.612	16,49	654.325.286	50,83	632.942.841
Total	1.289.168.127	1.289.168.127	215.388.223	16,71	666.454.110	51,70	622.714.017

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop-Sicof.

Balção Orçamentário – Despesa Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2009										R\$ 1
Despesas	Dotação (d)	Créditos (e)	Dotação (f) = (d+e)	Despesas empenhadas			Despesas liquidadas			Saldo a executar (f-i)
				Mai-jun /2009 (g)	Até o bimestre (h)		Mai-jun /2009 (i)	Até o bimestre (j)	% (j/f)	
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	21.192.701.222	524.005.938	21.716.707.160	3.140.334.392	9.140.188.676		3.052.923.284	8.803.218.536	40,54	12.913.488.624
Despesas correntes	17.352.172.034	265.698.927	17.617.870.961	2.727.166.089	7.850.614.922		2.661.368.260	7.608.872.966	43,19	10.008.997.995
Pessoal e encargos sociais	8.979.276.674	142.227.267	9.121.503.941	1.435.544.043	4.349.158.524		1.433.730.441	4.340.383.148	47,58	4.781.120.793
Juros e encargos da dívida	465.075.358	(13.666.500)	451.408.858	85.624.491	243.979.253		85.624.491	243.979.253	54,05	207.429.605
Outras despesas correntes	7.907.820.002	137.138.160	8.044.958.162	1.205.997.555	3.257.477.146		1.142.013.328	3.024.510.565	37,60	5.020.447.597
Transferências a municípios	2.848.612.230	-	2.848.612.230	463.518.015	1.293.418.442		463.518.015	1.293.418.442	45,41	1.555.193.788
Demais despesas correntes	5.059.207.772	137.138.160	5.196.345.932	742.479.540	1.964.058.703		678.495.313	1.731.092.122	33,31	3.465.253.810
Despesas de capital	3.758.715.188	310.121.011	4.068.836.199	413.168.302	1.289.573.754		391.555.024	1.194.345.570	29,35	2.874.490.624
Investimentos	2.309.186.546	299.468.546	2.608.655.092	153.686.869	403.830.560		131.319.724	309.116.206	11,85	2.299.538.886
Inversões financeiras	278.172.000	1.212.000	279.384.000	45.455.342	99.713.836		46.209.209	99.200.007	35,51	180.183.993
Amortização da dívida	1.171.356.642	9.440.465	1.180.797.107	214.026.091	786.029.357		214.026.091	786.029.357	66,57	394.767.750
Reserva de contingência	30.000.000	-	30.000.000	-	-		-	-	-	30.000.000
Reserva do RPPS	51.814.000	(51.814.000)	-	-	-		-	-	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (II)	1.287.483.127	51.596.329	1.339.079.456	218.269.591	657.137.855		218.483.883	655.595.197	48,96	683.484.259
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	22.480.184.349	575.602.267	23.055.786.616	3.358.603.982	9.797.326.532		3.271.407.167	9.458.813.733	41	13.596.972.883
Amortização da dívida/refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	22.480.184.349	575.602.267	23.055.786.616	3.358.603.982	9.797.326.532		3.271.407.167	9.458.813.733	41	13.596.972.883
Superávit (VI)	-	-	-	-	-		-	468.417.044	-	-
Total (VII) = (V + VI)	22.480.184.349	575.602.267	23.055.786.616	3.358.603.982	9.797.326.532		3.271.407.167	9.927.230.777	43	13.596.972.883

Despesas intraorçamentárias	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f) = (d + e)	Despesas empenhadas			Despesas liquidadas			Saldo a executar (f-i)
				Mai-jun /2009 (g)	Até o bimestre (h)		Mai-jun /2009 (i)	Até o bimestre (j)	% (j/f)	
Despesas correntes	1.287.483.127	51.595.154	1.339.078.281	218.269.591	657.137.855		218.483.883	655.595.197	48,96	683.483.084
Pessoal e encargos sociais	1.287.483.127	18.043.060	1.305.526.187	215.999.792	643.766.814		217.124.156	648.134.228	49,65	657.391.959
Total	1.287.483.127	51.596.329	1.339.079.456	218.269.591	657.137.855		218.483.883	655.595.197	48,96	683.484.259

Fonte: Setaz/SAF/Dicop-Sicof.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2008-jun. 2009

(R\$ 1.000)

Janeiro-fevereiro/2008	ICMS		Outras		Total	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Janeiro	799.172	779.342	80.784	71.996	879.956	851.338
Fevereiro	873.329	770.421	105.360	113.144	978.689	883.566
Março	762.968	682.089	91.822	102.636	854.790	784.725
Abril	759.911	741.772	102.448	133.490	862.358	875.262
Mai	746.918	799.888	128.088	133.409	875.006	933.296
Junho	831.137	740.577	117.469	142.008	948.606	882.585
Julho	725.767		857.154		857.154	
Agosto	847.276		986.625		986.625	
Setembro	821.628		951.855		951.855	
Outubro	832.036		922.936		922.936	
Novembro	811.058		87.201		898.259	
Dezembro	746.839		123.495		870.334	
Total	9.558.039	4.514.090	4.555.236	696.683	10.886.568	5.210.772

Fonte: Sefaz – Balancetes mensais

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

Balanço orçamentário

(Continua)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2009							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Mai-jun / 2009 (B)	% B/A	Até o bimestre (C)	% C/A	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	2848678000	2900369654	452740650,9	15,61	1272814339	43,88	1627555315
Receitas correntes	2880126000	2931817654	467774436,4	15,96	1330558410	45,38	1601259244
Receita tributária	827878000	827878000	127494180,2	15,4	453644844,5	54,8	374233155,5
Impostos	712024000	712024000	110339349,2	15,5	384905332	54,06	327118668
Taxas	114147000	114147000	17024298,31	14,91	68137885,61	59,69	46009114,39
Outras receitas tributárias	1707000	1707000	130532,72	7,65	601626,89	35,24	1105373,11
Receita de contribuições	86435000	86435000	16865971,63	19,51	45989735,48	53,21	40445264,52
Contribuições sociais	34435000	34435000	8213075,69	23,85	21811595,99	63,34	12623404,01
Contribuições econômicas	52000000	52000000	8652895,94	16,64	24178139,49	46,5	27821860,51
Receita patrimonial	74024000	74024000	4814225,75	6,5	18657076,11	25,2	55366923,89
Receitas imobiliárias	2794000	2794000	136926,37	4,9	606015,34	21,69	2187984,66
Receitas de valores mobiliários	25596000	25596000	3644795,38	14,24	13107143,96	51,21	12488856,04
Receitas de concessões e permissões	45089000	45089000	1032504	2,29	4943916,81	10,96	40145083,19
Outras receitas patrimoniais	545000	545000	-	-	-	-	545000
Receita industrial	1574000	1574000	298135,19	18,94	938248,17	59,61	635751,83
Receita da indústria de construção	1574000	1574000	298135,19	18,94	938248,17	59,61	635751,83
Receita de serviços	13538000	13538000	169551,59	1,25	804031,65	5,94	12733968,35
Transferências correntes	1735509000	1785960810	301907701,8	16,9	765504060,2	42,86	1020456750
Transf. intergovernamentais	1666756000	1666756000	299395050,2	17,96	754891394,8	45,29	911864605,2
Transf. de instituições privadas	8951000	8951000	1129,29	0,01	3534729,29	39,49	5416270,71
Transf. de pessoas	120000	120000	1090,54	0,91	2044,41	1,7	117955,59
Transferências de convênios	59682000	110133810	2510431,74	2,28	7075891,78	6,42	103057918,2
Outras receitas correntes	141168000	142407844	16224670,22	11,39	45020413,98	31,61	97387430,02
Multas e juros de mora	68167000	68167000	10003443,48	14,67	25205812,46	36,98	42961187,54
Indenizações e restituições	2385000	3624844	396810,6	10,95	782739,31	21,59	2842104,69
Receita da dívida ativa	51951000	51951000	4996725,74	9,62	15543025,53	29,92	36407974,47
Receitas diversas	18665000	18665000	827690,4	4,43	3488836,68	18,69	15176163,32
Receitas de capital	155445000	155445000	15456605,83	9,94	19364062,75	12,46	136080937,3
Operações de crédito	10566000	10566000	-	-	-	-	10566000
Operações de crédito internas	10566000	10566000	-	-	-	-	10566000
Alienação de bens	107000	107000	-	-	-	-	107000
Alienação de bens móveis	107000	107000	-	-	-	-	107000
Transferências de capital	144663000	144663000	15456605,83	10,68	19364062,75	13,39	125298937,3
Transf. Intergovernamentais	3650000	3650000	-	-	-	-	3650000
Transferências de convênios	141013000	141013000	15456605,83	10,96	19364062,75	13,73	121648937,3
Outras receitas de capital	109000	109000	-	0	-	-	109000
Receitas de capital diversas	109000	109000	-	0	-	-	109000
Dedução da receita corrente	-186893000	-186893000	-30490391,28	16,31	-77108133,59	41,26	-109784866,4
Receitas intraorçamentárias (II)	54575000	54575000	5837912,71	10,7	20320589,33	37,23	34254410,67

(Conclusão)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-jun. 2009							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Mai-jun / 2009 (B)	% B/A	Até o bimestre (C)	% C/A	
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	2.903.253.000	2.954.944.654	458.578.564	15,52	1.293.134.929	43,76	1.661.809.725
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + VI)	2.903.253.000	2.954.944.654	458.578.564	15,52	1.293.134.929	43,76	1.661.809.725
Saldos de exercícios anteriores	2.903.253.000	2.954.944.654	458.578.564	16	1.293.134.929	44	1.661.809.725

Fonte: Sefaz/CGM/Supig.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

(R\$ 1.000)							
Receitas intraorçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mai-jun /2009 (b)	% b/a	Mai-jun /2009 (c)	% c/a	
Receitas correntes	53.953.000	53.953.000	5.837.913	10,82	20.320.589	37,66	33.632.411
Receita de contribuições	52.945.000	52.945.000	5.372.776	10	19.503.089	37	33.441.911
Receita de serviços	1.008.000	1.008.000	465.137	46,14	817.501	81,10	190.499
Total	53.953.000,00	53.953.000	8.331.722	15	8.331.722	15	45.621.278

Fonte: Sefaz/CGM/Supig.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – jan.-jun. 2009

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% h = (g/c)	Saldo i = (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mai-jun /2009 (d)	Até o bimestre (e)	Mai-jun /2009 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (exceto intraorçamentárias)(I)	2.848.678.000	49.368.979	2.898.046.979	358.717.024	2.189.999.717	400.247.375	1.204.338.794	42	1.693.708.185
Despesas Correntes	2.542.806.000	17.731.005	2.560.537.005	342.731.030	2.024.207.385	380.129.432	1.100.875.146	43	1.459.661.859
Pessoal e encargos sociais	930.891.000	(5.205.445)	925.685.555	(846.884)	816.481.450	137.740.348	426.152.611	46	499.532.944
Juros e encargos da dívida	92.385.000	35.500	92.420.500	182.192	73.545.769	11.859.969	35.258.091	38	57.162.409
Outras despesas correntes	1.519.530.000	22.900.950	1.542.430.950	343.395.721	1.134.180.166	230.529.115	639.464.444	41	902.966.506
Despesas de capital	299.932.000	31.637.974	331.569.974	15.985.995	165.792.332	20.117.943	103.463.648	31	228.106.326
Investimentos	203.985.000	37.613.134	241.598.134	14.214.707	81.256.619	2.424.522	49.362.286	20	192.235.848
Inversões financeiras	4.284.000	63.840	4.347.840	-	4.242.840	1.442.280	1.442.280	33	2.905.560
Amortização da dívida	91.663.000	(6.039.000)	85.624.000	1.771.288	80.292.873	16.251.141	52.659.082	62	32.964.918
Reserva de contingência	5.940.000	-	5.940.000	-	-	-	-	-	5.940.000
Despesas (intraorçamentárias) (II)	54.575.000	2.843.500	57.418.500	2.483.624	53.455.488	7.635.818	22.694.264	40	34.724.236
Subtotal das despesas (III) = (I+II)	2.903.253.000	52.212.479	2.955.465.479	361.200.648	2.243.455.205	407.883.193	1.227.033.058	42	1.728.432.421
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	66.101.870	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.903.253.000	52.212.479	2.955.465.479	361.200.648	2.243.455.205	407.883.193	1.293.134.929	44	1.662.330.550

Fonte: Sefaz/CGM/Suplig.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

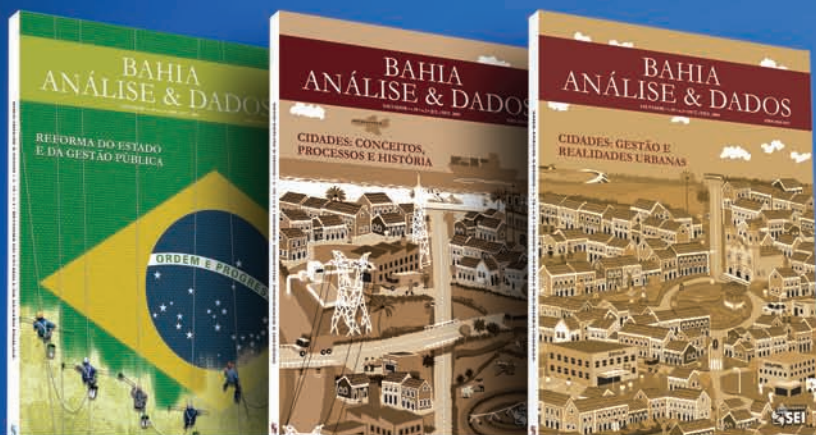
Despesas intraorçamentárias										(R\$ 1,00)
	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% h = (g/c)	Saldo i = (c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas				
				Mai-jun /2009 (d)	Até o bimestre (e)	Mai-jun /2009 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas correntes	54.295.000	2.933.500	57.228.500	2.483.624	53.455.488	7.635.818	22.694.264	39,66	34.534.236	
Pessoal e encargos sociais	52.945.000	1.449.500	54.394.500	1.000.000	50.887.900	7.384.618	22.435.612	41	31.958.888	
Outras despesas correntes	1.350.000	1.484.000	2.834.000	1.483.624	2.567.588	251.200	258.652	9,13	2.575.348	
Despesas de capital	280.000	(90.000)	190.000	-	-	-	-	-	190.000	
Investimentos	280.000	(90.000)	190.000	-	-	-	-	-	190.000	
Total	54.575.000	2.843.500	57.418.500	2.483.624	53.455.488	7.635.818	22.694.264	40	34.724.236	

Fonte: Sefaz/CGM/Suplig.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.

Onde comprar:

Biblioteca Rômulo Almeida – SEI
CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Preço para aquisição:

R\$ 15,00 cada

Download gratuito: www.sei.ba.gov.br

